

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**

**AUTOCONSUMO E SEGURANÇA ALIMENTAR EM  
ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL DO  
PARANAPANEMA.**

**LUIZ ANTONIO DOMBEK**

**CAMPINAS  
FEVEREIRO 2006**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**

**AUTOCONSUMO E SEGURANÇA ALIMENTAR EM  
ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL DO  
PARANAPANEMA.**

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora para obtenção de título de mestre em Engenharia Agrícola na área de Concentração de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável.

**LUIZ ANTONIO DOMBEK**

Orientador: Prof. Dr Mauro José Andrade Tereso

Co-orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Sonia Maria Pereira Pessoa Bergamasco

**CAMPINAS  
FEVEREIRO 2006**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE - UNICAMP

D711a Dombek, Luiz Antonio  
Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema / Luiz Antonio Dombek. --Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientadores: Mauro José Andrade Tereso, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Assentamentos rurais. 2. Segurança alimentar. 3. Fome. 4. Alimentos – consumo. 5. Reforma agrária. 6. Pobreza. I. Tereso, Mauro José Andrade. II. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.

Título em Inglês: Self-consumption and the food security in the Pontal of Paranapanema's rural settlements

Palavras-chave em Inglês: Rural settlements, Food security, Self-consumption, hungry, Poverty, Food-consumption balance, MST – Landless Workers Movement, Agrarian reform

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável

Titulação: Mestre em Engenharia Agrícola.

Banca examinadora: Ana Maria Segall Corrêa e Julieta Teresa Aier de Oliveira

Data da defesa: 23/02/2006

*“O que mais a impressionou no passeio foi a miséria geral,  
a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre.  
Educada na cidade, ela tinha dos roceiros idéia de que eram felizes, saudáveis e alegres.  
Havendo tanto barro, tanta água, por que as casas não eram de tijolos e não tinham telhas?  
Era sempre aquele sapê sinistro e aquele "sopapo" que deixava ver a trama de varas, como o  
esqueleto de um doente.*

*Por que, ao redor dessas casas, não havia culturas, uma horta, um pomar?  
Não seria tão fácil, trabalho de horas? E não havia gado, nem grande nem pequeno.*

*Era raro uma cabra, um carneiro.*

*Por quê?*

*Mesmo nas fazendas, o espetáculo não era mais animador.*

*Todas soturnas, baixas, quase sem o pomar olente e a horta succulenta.*

*A não ser o café e um milharal, aqui e ali, ela não pôde ver outra lavoura, outra indústria  
agrícola. Não podia ser preguiça só ou indolência.*

*Para o seu gasto, para uso próprio, o homem tem sempre energia para trabalhar.*

*As populações mais acusadas de preguiça, trabalham relativamente.*

*Na África, na Índia, na Cochinchina, em toda parte, os casais, as famílias, as tribos, plantam  
um pouco, algumas coisas para eles.*

*Seria a terra? Que seria?*

*E todas essas questões desafiavam a sua curiosidade, o seu desejo de saber, e também a sua  
piedade e simpatia por aqueles párias, maltrapilhos, mal alojados, talvez com fome,  
sorumbáticos!(...)” (pág. 90)*

*“-- Terra não é nossa (...) E "frumiga"? (...) Nós não "tem" ferramenta (...) isso é bom para  
italiano ou "alamão", que governo dá tudo (...) Governo não gosta de nós (...)” (pág. 91)*

*“E a terra não era dele? Mas de quem era então, tanta terra abandonada que se  
encontrava por aí? Ela vira até fazendas fechadas, com as casas em ruínas(...) Por que esse  
acaparamento, esses latifúndios inúteis e improdutivos?” (pág. 91)*

**Triste Fim de Policarpo Quaresma**

**Lima Barreto, 1911**

## Dedicatória

Ao meu pai, Vacílio, (in memorian) e minha mãe, Verônica, que foram agricultores expulsos para a “cidade grande”.

Assim com minha “vovózona” “Baba Tecla”, pela firmeza e perseverança radiante pela e na vida.

À Kathiussa, Edson e Marcelo, irmãos amados, família a qual me orgulho pertencer.

À minha “Baixinha” e companheira Iracema pelo estímulo, desde as primeiras linhas.

Aos “sem terra”, mas com esperanças, pois “o amanhã pertence a nós trabalhadores”.

Ao Nosso Criador e à Vida, por tudo que nos proporcionam.

## **Agradecimentos**

*Este talvez seja um dos itens mais agradáveis, porém mais difíceis, devido estar, por ventura, esquecendo de alguém, cometendo alguma injustiça com os que foram importantes neste trabalho, mas, mesmo assim, vamos lá...*

À CAPES pelo período que precisei utilizar-me da bolsa, com esperanças que possas aumentar suas cotas e servir a quem de fato precisa. À Escola Pública, na qual sempre estudei, sendo assim meu referencial, por mais maltratada e “sucateada” que seja, nos diversos governos e esferas de poder. À UNICAMP, apesar da influência “privatista”, ainda se mantém pública, como realmente deve ser. À FEAGRI por proporcionar o ambiente para o desenvolvimento dos estudos.

Ao meu orientador Mauro Tereso, pelo fato de aceitar o desafio de poder me orientar e a co-orientadora Sônia Bergamasco, muita mais que “co”, uma fonte de inspiração. Aos mestres da FEAGRI, principalmente pro Nilsão, Ângela, e ao Wirley pela participação e observações na banca de qualificação bem como à Julieta pelas importantes observações na banca de defesa.

Às sempre queridas e atenciosas meninas da secretaria da nossa pós-graduação. Aos colegas, Roberto, Cris, às Tati’s, Ju, Eduardo, Amira, que compartilharam os momentos do mestrado.

A minha família que mesmo lá de Curitiba sempre me estimulou para chegar até este momento. A minha “Baixinha” pela ajuda nas tabulações, leituras e críticas. À Maria de Fátima Fajardo Archanjo Sampaio e à professora Ana Segal que se dispuseram a me ajudar em vários momentos. À Ana agradeço também por participar nas bancas de qualificação e defesa.

Aos colegas da Secretária de Programas Regionais (SPR), principalmente meu diretor Rogério por entender este trabalhador-mestrando e mestrando-trabalhador e também a Íris, pela ajuda nos mapas. À equipe que ficou sob minha “quase” coordenação para buscar os dados da pesquisa realizada em conjunto com a FCM, lá no Pontal, às vésperas da Páscoa de 2005. Ao Sérgio que auxiliou nas estatísticas dos dados e à Patrícia Karina e à Andréia Moreira que me “deram uma mãozona” no português. A todos do ITESP, que auxiliaram principalmente ao Zé Luiz, Arthur, Isabel, Márcia, Betão, Eugênio, Lois e Marilena.

Por último, e mais importante, principalmente às famílias de assentados visitados que gentilmente nos receberam e permitiram a coleta dos dados para realização deste trabalho.

Enfim, a todos aqueles que foram, e, principalmente os que, por algum deslize, não foram citados aqui, e que contribuíram para o desfecho deste trabalho e realização de vida. VALEU!!

## SUMÁRIO

	<b>Lista de siglas</b>	viii
	<b>Lista de Quadros</b>	ix
	<b>Lista de Tabelas</b>	ix
	<b>Lista de Figuras</b>	x
	<b>Lista de Anexos</b>	x
	<b>Resumo</b>	xi
	<b>Abstract</b>	xii
Capítulo I	<b>Introdução</b>	1
Capítulo II	<b>Alimentação: Uma Questão de Direitos</b>	4
	2.1 - Contexto e Conceito da Segurança Alimentar no Brasil	7
	2.2 - A Construção do Conceito de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil	11
	2.3 - Pobreza e (In)Segurança Alimentar	15
Capítulo III	<b>Assentamentos Rurais e Segurança Alimentar</b>	27
	3.1 - Os projetos de assentamentos (P.A's) e a produção para o Autoconsumo	28
	3.2 - O Pontal do Paranapanema.	40
Capítulo IV	<b>A Segurança Alimentar e a produção de Autoconsumo em Assentamentos do Pontal do Paranapanema</b>	51
	4.1 - As Metodologias Mais Utilizados Para Captar a (In)segurança Alimentar.	52
	4.2 - A construção da metodologia brasileira.	56
	4.3 - A Pesquisa de Campo	58
	4.4 – Resultados e Discussões	62
	<b>Considerações Finais</b>	82
	<b>Anexos</b>	87
	<b>Referências bibliográficas</b>	89

## LISTA DE SIGLAS.

ABAG - Associação Brasileira de Agribusiness.  
ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária.  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento.  
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar.  
CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos.  
EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.  
ENDEF - Estudo Nacional sobre a Despesa Familiar.  
CONCRAB - Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.  
FBSAN - Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional.  
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
IG - Insegurança Alimentar Grave.  
IL - Insegurança Alimentar Leve.  
IM - Insegurança Alimentar Moderada.  
(I)SA - (In)segurança Alimentar.  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.  
ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”.  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.  
OGM’s - Organismos Geneticamente Modificados.  
ONU - Organização das Nações Unidas.  
NEPA - Núcleo de Pesquisa em Alimentação.  
PIDESC - Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.  
PNSN - Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição.  
SA – Segurança Alimentar.  
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional.  
SM – Salário Mínimo.  
POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares.  
PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar.  
PA - Projeto de Assentamento.  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

## LISTA DE QUADROS

Nº do Quadro		Pág
2.1	Participação na despesa de consumo monetário e não monetário médio mensal por famílias, por situação do domicílio na ENDEF e na POF, segundo os tipos de despesa – Brasil – 1974/2003	24
2.2	Percentual gasto com alimentação em relação ao número de salários mínimos da família	25

## LISTA DE TABELAS

Nº da Tabela		
2.1	Produção de Grãos, População e Produção per capita no Brasil.	10
3.1	Decréscimo da população rural e crescimento da população urbana Pontal do Paranapanema – 1970 – 2000.	43
3.2	Assentamentos do Estado de São Paulo	45
3.3	Assentamentos na Região do Pontal	49
4.1	Número de lotes e percentual visitado em cada um dos assentamentos onde foi realizada a pesquisa.	59
4.2	Escolaridade, número de casos e porcentagem dos chefes de família dos assentamentos pesquisados.	63
4.3	Detalhamento no nível de (in)segurança Alimentar nos assentamentos estudados.	63
4.4	Detalhamento no nível de (in)segurança Alimentar com relação a cor/raça nos assentamentos estudados.	68
4.5	Quantidade de famílias e suas rendas nos assentamentos estudados.	69
4.6	Detalhamento no nível de (in)segurança Alimentar com relação ao nível de renda nos assentamentos estudados.	70
4.7	Detalhamento no nível de (in)segurança Alimentar com relação a escolaridade do chefe de família, nos assentamentos estudados	73
4.8	Detalhamento no nível de (in)segurança Alimentar com relação a presença de lavoura/criação nos assentamentos estudados.	78
4.9	Detalhamento do nível de (in)segurança alimentar com relação a presença ou não de Autoconsumo de origem animal	80

## LISTA DE FIGURAS

Figura		Pág.
2.1	Aquisição domiciliar per capita anual de alimentos selecionados, por meio da realização de despesas não monetárias e sub-grupos, Brasil – 2002-03 em %	23
2.2	Evolução da participação das despesas com alimentação nas despesas totais realizadas pelas famílias, por classes de rendimentos, em salários mínimos – 1996 e 2003 – em (%)	25
3.1	Mapa da região do Pontal do Paranapanema.	46
3.2	Mapa de localização do projeto de assentamento estudado bem como dos demais projetos de assentamento do Município do Mirante do Paranapanema (SP).	47
3.3	Mapa de localização dos projetos de assentamento estudados bem como dos demais projetos de assentamento do Município do Teodoro Sampaio (SP).	48
4.1	Assentamento Laudenor de Souza (Teodoro Sampaio) contendo os índices de (in)segurança alimentar por lote	65
4.2	Assentamento Santa Zélia (Teodoro Sampaio) contendo os índices de (in)segurança alimentar por lote	66
4.3	Assentamento São Bento (Mirante do Paranapanema) contendo os índices de (in)segurança alimentar por lote	67
4.4	Percepção dos assentados sobre os meses do ano mais difíceis para o trabalho e/ou sobrevivência da família, de uma maneira geral (em % do total dos entrevistados)	75
4.5	Consideração quanto a percepção do entrevistado com relação à produção nos seis meses anteriores a pesquisa nos assentamentos estudados	76

## LISTA DE ANEXOS

1	Quadro contendo os Assentamentos do município de Mirante do Paranapanema até janeiro/2006	87
2	Quadro contendo os Assentamentos do município de Teodoro Sampaio até janeiro/2006	88

## RESUMO

O trabalho apresentado utiliza-se da base e de dados de uma pesquisa maior denominada “*(In)Segurança Alimentar em Grupos de Agricultores Familiares do Brasil*”, desenvolvida pela Faculdade de Ciências Médicas (FCM) e Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), cadastrada pelo número 503527/2003-3, viabilizada pelo edital promovido pelo CTAGRO/MCT/CNPq/MESA 01/2003. Os dados referem-se a três assentamentos rurais de diferentes anos de implantação, criados a partir da luta pela terra, promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e localizados na região oeste do Estado de São Paulo, conhecido por Pontal do Paranapanema, que tem forte presença deste movimento social. O objetivo principal foi mensurar a (in)segurança alimentar das famílias daqueles assentamentos, bem como a relação desta condição com a presença ou não na produção para seu autoconsumo, aqui entendido como produção de hortas e pomares domésticos bem como a criação de pequenos animais. Para tanto, utilizou-se da metodologia denominada de Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) que possui questionário próprio, com perguntas-chave, que indicam a condição de segurança bem como de insegurança alimentar (esta última subdividida em leve, moderada e grave). Nas 301 famílias entrevistadas encontrou-se as seguintes condições: 41,1% em estado de segurança alimentar, 40,7% em insegurança alimentar leve (IL), 14,1% em insegurança alimentar moderada (IM) e 4,0% em insegurança alimentar grave (IG). Verificou-se ainda que as famílias que utilizaram a estratégia de produzir o seu autoconsumo (tanto de origem vegetal como animal) estão em condições de segurança alimentar melhores que as que não produziram para tal finalidade. Portanto observar como as famílias assentadas relacionam as questões de produção destinadas para o autoconsumo e sua relação com a condição (in)segurança alimentar aparece como indicativo para superação da condição de fome que atinge milhares de famílias, inclusive no meio rural.

**Palavras-chave: Assentamentos Rurais; (In)Segurança Alimentar; Autoconsumo; Fome; Consumo de alimentos; MST; reforma agrária; Pobreza**

## ABSTRACT

The present work was based in a data set obtained in a larger research project named “(In)Segurança Alimentar em Grupos de Agricultores Familiares do Brasil” developed in the Faculdade de Ciências Médicas (FCM) and Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) with Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) registered as number 503527/2003-3, and made possible by the Edital CTAGRO/MCT/CNPq/MESA 01/2003. The data refers to three assentamentos rurais established at different times, through the action of the Landless Movement (MST) in Pontal do Paranapanema region, where social movements like that are very strong. The main objective was to measure the food security of the population living in the rural settlements, as much as its relation with self sustainable food production, here understood as production of fruits and vegetables in small areas and raising of small animals. For that the methodology called Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) was used. This method uses questionnaires with key questions that indicate whether there is food security or food insecurity (this last one divided in light, moderate and strong). From the 301 families interviewed, the following situation was envisaged: 41,1% in food security (SA); 40,7% in light food insecurity (IL), 14,1% in moderate food insecurity (IM) and 4,0% in strong food insecurity (IG). It was verified that the families that have self-sustainable production (animal and plant production) are in better food security conditions than those that did not had this production. It was concluded that to observe how the settled families relate the production designated to self consumption and yours relation with the insecurity food condition seems to be an indication to overcome the hunger condition that affect many families even in the rural area.

**Key words: Rural Settlements; Food (In)Security; Self Consumption; Poverty; Food-consumption; MST; Agrarian Reform; Starvation**

## Capítulo I - Introdução

*“A fome é apenas uma manifestação biológica nas pessoas,  
de uma enfermidade social.”*

**Josué de Castro**

Os conteúdos da segurança alimentar (quantidade e qualidade de alimentos ao longo de tempo) estão relacionados aos problemas específicos de insegurança alimentar (acesso). A superação de cada um destes problemas exige, por sua vez, a implementação de um conjunto distinto de políticas públicas por parte dos governos. O PROJETO FOME ZERO (2002) indica que pelo menos 44 milhões de brasileiros com renda inferior a US\$ 1,00 por dia estariam vulneráveis à fome. Isto representa 28% da população total, sendo 25% da população urbana e 46% da população rural.

A questão da segurança alimentar poderia ser colocada como eixo estratégico de desenvolvimento, uma vez que:

- 1) Estar bem alimentado é condição básica para a existência;
- 2) Atividades de produção, distribuição e consumo de alimentos (o sistema alimentar) têm papel central para as questões econômicas, sociais e culturais dos países;
- 3) A questão da alimentação é fonte de preocupação, mobilização social e políticas públicas.

No que refere ao acesso aos alimentos, a abordagem de segurança alimentar pode permitir compreender porque, junto com o crescimento da capacidade de produção de alimentos, cresceu também a dificuldade de um número significativo de pessoas e grupos sociais de acessarem os alimentos.

Entretanto o acesso aos alimentos pode ser garantido, total ou parcialmente, pela produção realizada para o próprio consumo (autoconsumo<sup>1</sup>). Produção esta presente, e muito comum, na agricultura familiar. Por outro lado, a concentração da terra é apontada como um dos fatores de pobreza rural, pois também concentra renda e poder político, o que impossibilita ou inibe que as pessoas garantam seu bem estar por não estarem em algo (terra) que é seu.

---

<sup>1</sup> Principalmente no que se refere a hortas e pomares caseiros, bem como a criação de pequenos animais doméstico para fornecimento de produtos alimentícios como carnes, leite e/ou ovos.

Neste aspecto, a luta pela terra faz surgir novos atores no meio rural, através dos programas de assentamentos rurais em todo o país. A região localizada no extremo oeste do estado de São Paulo, denominada de Pontal do Paranapanema, ficou nacionalmente conhecida devido aos graves e incessantes conflitos pela posse e uso da terra, surgindo como uma das áreas de maior concentração de assentamentos, assentados e acampados do Brasil. Isto permite apontar que estudos naquela região são importantes na busca de compreender e quiçá contribuir neste caloroso debate, bem como desenvolvimento, daqueles que buscam na terra, casa, comida e trabalho (NORDER, 1997) prover sua vivência e opção de vida.

Então, a verificação, observação, demonstração, avaliação, ou seja, buscar indicadores para permitir a mensuração de determinados aspectos da realidade social, mesmo que seja por meio de um determinado ponto de vista e metodologia, apresentam-se como importantes contribuições que, tanto o pesquisador como a academia, podem contribuir com essa complexa realidade dos assentamentos rurais.

Para este trabalho, partiu-se da hipótese de que algumas famílias assentadas produzem o seu autoconsumo, o que garantiria uma segurança alimentar maior do que as famílias que não tinham tal produção.

O objetivo principal foi observar a importância e a relação quanto à produção de autoconsumo e os níveis de Segurança Alimentar em três assentamentos rurais, localizado na região do Pontal do Paranapanema (SP), analisando e correlacionando a Segurança Alimentar e a produção de autoconsumo, com determinadas variáveis sócio-demográficas, deste importante agrupamento da agricultura familiar para a região.

Especificamente buscou-se:

1. Medir os índices de segurança e insegurança alimentar (subdividida em leve, moderada e severa) nos assentamentos estudados, segundo a Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA).
2. Confrontar os índices de segurança e insegurança alimentar com a presença, ou não, da produção de autoconsumo nesses assentamentos.

Diante disto, organizou-se a apresentação deste trabalho da seguinte forma:

O segundo capítulo contém as principais conceituações e observações quanto à segurança alimentar na atualidade. No terceiro, apresenta-se um pouco da visão agrária e a questão da inserção dos assentamentos rurais no tema, centralizando na região estudada. Para esses dois capítulos (segundo e terceiro) foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os temas tratados, buscando assim o embasamento teórico para a compreensão da situação de produção de autoconsumo na agricultura familiar e sua relação com a reforma agrária e segurança alimentar no meio rural.

O quarto capítulo refere-se à pesquisa e à metodologia utilizada contendo a sua aplicação em três assentamentos localizados no Pontal do Paranapanema, totalizando 301 famílias entrevistadas, trazendo um pouco dos resultados e discussões, do que foi encontrado. Os dados foram obtidos por meio da pesquisa exploratória e quantitativa, aplicando-se questionário na população estudada, segundo a metodologia de avaliação familiar de segurança alimentar originado de RADIMER; OLSON; GREENE (1992) e adaptado pelo departamento de agricultura dos Estados Unidos (USDA, 2003). Questionário este já foi modificado, testados e validado para o meio urbano (SEGGAL-CORREA; ESCAMILHA; MARANHA; SAMPAIO, 2003) em quatro cidades brasileiras (Campinas, Brasília, Manaus e João Pessoa).

Por último, como considerações finais, são apresentados os principais pontos quanto à discussão dos dados obtidos, bem como, algumas considerações, levantadas no decorrer da pesquisa.

Importante destacar que o trabalho apresentado utiliza-se da base e de dados de uma pesquisa maior denominada “*In)Segurança Alimentar em Grupos de Agricultores Familiares do Brasil*”, desenvolvida pela Faculdade de Ciências Médicas (FCM) e Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), cadastrada pelo número 503527/2003-3, viabilizada pelo edital promovido pelo CTAGRO/MCT/CNPq/MESA 01/2003.

## Capítulo II : Alimentação: Uma Questão de Direitos.

*“Vi ontem um bicho,  
Na imundície do pátio,  
Catando comida entre os detritos.  
Quando achava alguma coisa,  
Não examinava, nem cheirava:  
Engolia com voracidade.  
O Bicho não era um cão,  
Não era um gato,  
Não era um rato,  
o Bicho, meu Deus, era um homem.”*

**Manuel Bandeira**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, estabeleceu trinta artigos que apresentam três características: são **direitos universais** (que devem(riam) alcançar todas as pessoas indistintamente), **pautados pelo respeito à diversidade** (religiosa, política, cultural, étnica, de gênero, opção sexual), sendo estes ainda **indivisíveis e interdependentes**, isto é, um direito não se garante caso outro seja violado. Em seu artigo 25, ela estabelece a alimentação, entre os direitos humanos fundamentais, apesar de não apontar os mecanismos necessários para que este se torne efetivo.

“Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família, saúde e bem estar, **inclusive alimentação**, vestuário, habitação, cuidados médicos, os serviços sociais indispensáveis e direitos à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros, casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (...)” (ONU, 1948, grifos nossos).

O direito humano à alimentação vem ganhando espaço nas discussões humanitárias e de desenvolvimento, uma vez que é parte dos direitos fundamentais<sup>2</sup>, definidos por este pacto mundial do qual o Brasil é signatário.

O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), de 1966, também traz a alimentação como sendo um direito humano fundamental. Em 1999 o Comitê de Direitos Econômicos e Sociais da ONU(1999) definiu em seu Comentário Geral nº 12, mais detalhadamente, a questão do direito relacionado à alimentação, como vemos a seguir:

“O direito à alimentação adequada, não deverá, portanto ser interpretado em sentido estrito ou restritivo, que o equacione em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos ( ...) No entanto, os estados têm obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome (...)” (ONU, 1999)

Os signatários destes pactos internacionais assumem algumas obrigações, no intuito de que os agrupamentos humanos possam produzir ou adquirir alimentos, o que implica em acesso a terra, ao emprego, à renda, entre outras premissas.

A Cúpula Mundial da Alimentação, ligada a ONU/FAO<sup>3</sup>, ocorrida entre os dias 13 e 17/11/96, em Roma, Itália, trouxe em um de seus documentos o compromisso firmado pelos chefes de Estados, governos ou representantes reunidos na ocasião, de buscar “erradicar a fome em todos os países, com o objetivo imediato de reduzir até a metade de seu nível atual, o número de pessoas subalimentadas até o ano de 2015”, pois estes consideravam intolerável o fato de “mais de 800 milhões de pessoas no mundo, e, particularmente nos países em desenvolvimento, não terem alimentos suficientes para a satisfação das suas necessidades nutricionais básicas”. (ONU/FAO, 1996).

---

<sup>2</sup> Quando se fala em direitos é necessário definir claramente: a) quem é o titular desse direito (aquele que tem direito); b) quem é o responsável pelo cumprimento das obrigações; c) qual a responsabilidade dos diferentes atores envolvidos.

<sup>3</sup> FAO – *Food and Agriculture Organization*.

Estes governantes observavam o aumento na produção agrícola, porém que a insuficiência de “rendimentos em nível familiar e nacional, a instabilidade na oferta e procura, assim como catástrofes naturais ou causadas pelo homem, têm impedido a satisfação das necessidades alimentares básicas”. Apontavam, então, a pobreza como a “maior causa de insegurança alimentar” e que um “desenvolvimento sustentável capaz de erradicá-la, é crucial para melhorar o aumento do acesso aos alimentos”. Também “conflitos, terrorismo, corrupção e degradação do meio ambiente contribuem significativamente para a insegurança alimentar”. (ONU/FAO, 1996)

No Brasil, a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), ocorrida em Olinda(PE), entre os dias 17 a 19 de março de 2004, apontou inúmeros obstáculos para a realização do direito humano à alimentação, entre os quais pode-se mencionar: o modelo de desenvolvimento (concentrador de terra, riqueza e renda); práticas de monoculturas extensivas com ênfase para a exportação; lentidão na implementação de uma reforma agrária e de projetos de assentamentos; desigualdades sociais históricas em nosso país; forte cultura de discriminação e naturalização da miséria e fome, faltando assim indignação contra esse quadro; apropriação privada dos recursos públicos; fragmentação das políticas públicas desenvolvidas por diferentes instituições sem coordenação e articulação; entre tantos outros fatos (CONSEA, 2004).

Diante do processo de globalização destaca-se a importância do princípio da soberania alimentar que sustenta o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo dos alimentos que necessitam. Esta liberdade, de preservar a escolha dos alimentos que produzem e consomem, está declinando em face ao aumento de controle pelo mercado sobre o que deve ou não ser cultivado; à queda da biodiversidade; ao crescimento de monoculturas; e, à predominância da mídia transnacional de massa que promove determinados estilos de vida e alimentos. Soberania alimentar diz respeito também à promoção da produção nacional dos alimentos básicos, em que se busca a auto-suficiência evitando a dependência das oscilações do comércio internacional.

O Fórum Mundial de Soberania Alimentar, realizado em Havana (Cuba), de 3 a 7/09/2001, além de trazer uma declaração bastante dura quanto ao “*comércio da alimentação*” conceituou a soberania alimentar<sup>4</sup> como:

“O direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população, como base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização, e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (...) A soberania alimentar é via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos.” (FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTARIA, 2001)

A Declaração de Havana, retirada daquele Fórum Mundial, aponta alguns pontos negativos do modelo (dominante) de produção alimentar, tais como: **sociais** (exclusão de pequenos produtores e baixa geração de empregos), **ambientais** (poluição e esgotamento dos recursos naturais), de **saúde** (padrão alimentar pouco equilibrado) e **culturais** (comprometimento da diversidade cultural). (IDEM, 2001).

## 2.1- Contexto e Conceito de Segurança Alimentar no Brasil

O Brasil vem, periodicamente, redescobrando a fome, quer seja com fases de exacerbações e outras vezes de calmarias, nas quais quase se esquece da sua existência. No passado, os trabalhos de Josué de Castro e, mais recentemente, as campanhas do Betinho são marcos e denúncias desta inaceitável realidade com suas gravíssimas conseqüências sociais, econômicas e políticas.

PESSANHA(2002) mostra que a população brasileira enfrenta uma grave insegurança alimentar(ISA), que está fortemente associada à pobreza e à desigualdade distributiva e

---

<sup>4</sup> Este conceito, de soberania alimentar, é importante devido à discussão perpassar por diversas entidades, ONGs e movimentos sociais, tal como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que os assentados estudados fazem parte e buscaram adotá-lo como linha orientadora de suas políticas nesta temática, uma vez que esta refere-se a um avanço na discussão e do conceito de segurança alimentar.

estrutural em nossa sociedade, insegurança esta, que pode ser ocasionada pela indisponibilidade dos meios produtivos e/ou financeiros para obter os alimentos.

O que se verifica, com frequência, nos noticiários é o constante aumento na produção das safras agrícolas, principalmente através das inovações tecnológicas, produtos e processos que ocorreram na agricultura. Contraria assim, o diagnóstico malthusiano, que previa a falta de alimentos decorrente do crescimento exponencial da população mundial, levando-nos a focalizar a disponibilidade de alimentos em lugar das restrições de acesso a esses bens por insuficiência de renda ou por incapacidade de produzi-los. Contudo, ainda hoje, há no Brasil, e em outras partes do mundo, muitas pessoas passando fome, quer seja nas cidades ou no campo.

O termo “*segurança alimentar*” começou a ser utilizado após o fim da I Guerra Mundial (1914-18), quando se verificou a possibilidade de um país dominar o outro controlando o fornecimento de alimentos, considerando-se assim uma poderosa arma contra aqueles que não tivessem condição de produzir, por conta própria e suficientemente seus alimentos. Portanto, adquiria, assim, um significado estratégico, principalmente quanto a estoques; e, de soberania, para auto-suprimento de alimentos.

Observou-se um problema semelhante na II Guerra Mundial (1939-45), em que o tema ganha espaços mais significativos no contexto internacional, agregando-se a noção de direitos humanos à alimentação, influenciado pela conferência da FAO, em Hot Springs (nos EUA, em 1943), com a Declaração dos Direitos Humanos em 1948 e a Declaração da ONU a respeito dos Direitos Econômicos e Sociais e Culturais em 1966.

No início da década de setenta, do século XX, registra-se uma conjuntura de crise no abastecimento alimentar em âmbito mundial. Por ocasião da Conferência Mundial de Alimentação em 1974, a Segurança Alimentar foi entendida como sendo “uma oferta de alimentos segura e adequada com base em critérios de necessidades fisicamente estabelecidos”. Este é um período em que os estoques mundiais de alimentos estavam bastante escassos, com frustrações de safras em importantes países produtores. A questão da segurança

alimentar, naquela época, estava muito ligada à produção agrícola dominante, inclusive fortalecendo o argumento das indústrias químicas na defesa da “revolução verde”, procurando convencer que a fome seria exterminada com o emprego dos seus insumos (fertilizantes e agrotóxicos) e uso intensivo de máquinas, algo que, de fato, não se concretizou, como será debatido mais adiante neste trabalho.

De acordo com Altieri e Rosset, citados por Jean Marc Von der WEID (2002), em entrevista à revista “ComCiência”, existem atualmente, no mundo, alimentos suficientes para prover 2kg diários para cada pessoa: sendo 1,1Kg de grãos, aproximadamente 450g de carne, leite e ovos e mais 450g de frutas e vegetais – isto significa que, se os alimentos disponíveis fossem distribuídos adequadamente não subsistiriam carências nas dietas alimentares de qualquer pessoa.

Embora existam alimentos no mundo, isto não, necessariamente, está relacionado com a disponibilidade a todas as pessoas, levando assim a uma compreensão de que devem ser buscadas formas para um melhor acesso das pessoas ao alimento existente. A partir de então, começa a se perceber que, mais do que oferta, a questão acesso a alimentos também se mostra importante para a segurança alimentar.

Portanto, ao que parece, a segurança alimentar não se dá por falta de alimentos. Quando são observados alguns números (oficiais) sobre o nosso país, isto também se torna claro. Combinados os dados **de produção** de grãos (caroço de algodão, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, milho, mamona, soja, sorgo e trigo) com a **população brasileira** observa-se através do **Índice** obtido que entre os anos de 1996 e 2002, a produção por habitante elevou-se em 35,2% (Tabela 2.1).

**Tabela 2.1 - Produção de Grãos, População e Produção per capita no Brasil (1996-2002).**

<b>Anos</b>	<b>Produção de Grãos (1000 ton.)</b>	<b>População (1000 hab.)</b>	<b>Produção (ton.)/ Habitante</b>	<b>Índice</b>
1996	69.036	161.247	0,428	100,00
1997	78.427	163.471	0,480	112,06
1998	76.524	165.688	0,462	107,88
1999	82.438	167.910	0,491	114,67
2000	83.030	169.799	0,489	114,21
2001	98.083	172.075	0,570	133,13
2002	100.923	174.348	0,579	135,20

Fonte: Gasques, 2002

Garantir segurança alimentar é promover uma verdadeira revolução, que envolve além dos aspectos econômicos e sociais, também mudanças profundas na estrutura de dominação política. Em muitas regiões do Brasil, as condições de pobreza são mantidas porque inclusive facilitam a perpetuação no poder das elites conservadoras, que há séculos mandam neste país. E o que é mais interessante de se notar é que as anunciadas “*supersafras*” não têm se refletido em melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo ou das regiões produtoras, a não ser aos próprios (grandes) produtores bem como aos vendedores de insumos e máquinas agrícolas.

A fome que subsiste no Brasil é, essencialmente, uma questão de acesso aos alimentos e não uma questão de disponibilidade. O país produz mais que o necessário para atender às demandas alimentares da população e, no entanto, não consegue promover uma distribuição eqüitativa desses alimentos.

A FAO, trabalhando com a metodologia de transformar disponibilidade de alimentos em kilocalorias e proteínas a serem consumidas por cada pessoa por dia, chegou aos valores de 2242Kcal e 53g de proteínas que permite assim a comparação entre países e regiões buscando saber o número de famintos e subnutridos. O Brasil tem disponibilidade de 3280kcal e 87g de

proteínas/habitante/dia. O método da disponibilidade per capita (kcal/pessoa/dia) é criticado, pois proporciona a soma de diversos produtos indistintamente (como, por exemplo, soja com feijão) do seu significado final.

Existe um desencontro geográfico entre a existência dos produtos e a localização das famílias necessitadas. Quase 90% da população brasileira localizam-se no Sul e Sudeste e parte meridional do Centro Oeste, enquanto 60% dos famintos habitam a região Norte e Nordeste. (MALUF e REIS, 2005f)

## **2.2 - A Construção do Conceito de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**

Em 1985, na chamada Nova República, o objetivo da segurança alimentar apareceu com referência a uma proposta de política contra a fome, formulada por uma equipe de técnicos a convite do Ministério da Agricultura. O documento, então apresentado, teve pouca conseqüência à época, mas continha bases para as principais proposições que surgiram posteriormente baseados em dois objetivos da segurança alimentar:

- a) atender as necessidades alimentares da população;
- b) atingir a auto-suficiência produtiva nacional na produção de alimentos.

Encontram-se nele as diretrizes para uma política nacional de segurança alimentar e a proposta de instituir um Conselho Nacional de Segurança Alimentar, comandado diretamente pela presidência da República.

Em 1986, realizou-se a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, junto à 8ª Conferência Nacional de Saúde, nas quais foram lançadas várias proposições, entre elas a incorporação do adjetivo nutricional à noção de segurança alimentar. Também surgiu a instituição de um sistema nacional de segurança alimentar e nutricional, formado por conselheiros e sistemas nas esferas estadual e municipal. Tal proposta foi retomada em 2004, pela II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II CNSAN), e pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).

Em 1993, no campo empresarial, a Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG) celebrou sua fundação publicando a obra: “A Segurança Alimentar: Uma Abordagem de *Agribusiness*”. Este propõe uma abordagem da segurança alimentar, considerada como a principal responsabilidade social dos agentes envolvidos numa produção para o mercado que, em seu entender, seriam os principais promotores, algo que, de fato, não se concretizou.

A criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em 1998, como uma mobilização social pela segurança alimentar e nutricional no Brasil, congregando quase uma centena de entidades de todo o Brasil, buscou avançar nas formulações e mobilizações com a temática da segurança alimentar e nutricional, no país.

O Projeto Fome Zero, lançado em 2002 pelo Instituto da Cidadania, na busca de uma política nacional de SAN para o Brasil, posteriormente transformando-se no Programa Fome Zero, no governo do presidente Lula, baseou-se em diversas orientações e propostas, apresentando três eixos em sua forma de trabalhar a questão: políticas estruturantes, específicas e locais. Porém como ainda está em andamento, este programa não será tema de comentários e avaliações neste trabalho.

O atual conceito brasileiro de segurança alimentar e nutricional originalmente formulado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2003 e referendado na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda (PE), em 2004, ficou assim estabelecido:

“Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômicas e ambientalmente sustentáveis.” (CONSEA, 2004, p.4)

Esta definição traz em seu conteúdo pontos importantes e que merecem destaque, tais como:

- 1) “(...)direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e quantidade suficiente(...)”. Significa não apenas comer regularmente, “matando a fome”, mas também, alimentar-se bem, ter acesso a alimentos de qualidade, que satisfaçam as necessidades nutricionais, prevenindo doenças associadas à alimentação para poder crescer e viver com saúde, preservando ainda os hábitos culturais e o prazer associado à alimentação;
- 2) “(...) sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”, pois são necessárias outras necessidades à existência humana. Isto leva a crer que diz respeito aos gastos com alimentação, os quais em países com elevada desigualdade social, como o Brasil, podem comprometer uma parcela significativa da renda das famílias, dificultando assim a satisfação de outras necessidades essenciais a uma vida digna, como habitação, vestuário, educação, saúde, saneamento básico. Quanto menor o nível de renda, maior é o seu comprometimento com gastos com alimentação;
- 3) As práticas alimentares devem promover saúde, e ainda “que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômicas e ambientalmente sustentáveis.” SAN significa promover saúde respeitando as diferenças culturais e procurar meios de produção e comercialização dos alimentos que promovam a equidade social e a preservação do meio ambiente para esta e também para as futuras gerações.

Portanto, o conceito de segurança alimentar e nutricional possui, aparentemente, como principais componentes as seguintes questões:

**Alimentar** – relacionada com a disponibilidade, produção, comercialização e acesso ao alimento.

**Nutricional** – relacionada às práticas alimentares (onde, como e quando nos alimentamos, o que escolhemos, como preparamos, o que consumimos) e à utilização biológica do alimento.

A fome<sup>5</sup> e subnutrição<sup>6</sup> que comprometem tanto a possibilidade, como, a qualidade de vida das gerações futuras, seriam, provavelmente, as manifestações mais graves e principais

---

<sup>5</sup> Aqui entendida como uma insuficiência ou ausência de calorias no organismo.

<sup>6</sup> Referindo-se à ingestão de alimentos insuficientes para satisfazer as necessidades de energia alimentar de maneira contínua. Falta de nutrientes, especialmente de vitaminas e minerais. Manifesta sinais clínicos que provêm da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) ou ainda de doenças que provocam o mau aproveitamento dos alimentos.

formas de insegurança alimentar. Também afeta a capacidade de trabalho das pessoas e o potencial de cada um, ainda repercutindo ao longo do ciclo de vida destas.

Nos últimos anos, vem se observando o aumento de outras manifestações de insegurança alimentar, como a questão do sobrepeso e obesidade<sup>7</sup>. Decorrente de uma alimentação inadequada, tanto em quantidade como qualidade, em todas as classes sociais do mundo inteiro vem, assim, comprometendo a saúde das pessoas, tornando-se um problema sério de saúde pública. A questão do sobrepeso e obesidade pode ser explicada pelo consumo de alimentos ricos em gorduras e açúcares, produtos industrializados com alta densidade energética (muitas calorias) ou ainda o sedentarismo.

Ao longo dos anos 1960 a 1980 acreditava-se que era preciso produzir mais (com a utilização de agrotóxicos e insumos) para acabar com a fome, e, agora no início do Século XXI, na utilização dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM's). Porém pelos dados demonstrados, no quadro 1.1, que a produção agroalimentar cresceu, também a insegurança alimentar, ou até mesmo a má nutrição, segue em proporções significativas.

“A promoção da SAN envolve um conjunto de políticas de crescimento econômico com distribuição de renda, políticas sociais compensatórias, políticas de saúde e nutrição, de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar (...)” (MALUF e REIS, 2005a)

A insegurança alimentar vem se manifestando principalmente pela dificuldade no acesso aos alimentos e isto se dá, pelo exposto até aqui, na indisponibilidade de renda que é determinada principalmente, pela falta de trabalho e/ou baixa remuneração de certos empregos, ou ainda da impossibilidade de acesso aos meios produtivos para assim provê-los. No entanto, no âmbito da agricultura familiar, a possibilidade da produção de autoconsumo é apresentado como uma das formas para garantir a segurança alimentar.

---

<sup>7</sup> SOBREPESO e OBESIDADE – peso corporal acima do normal como consequência de uma acumulação excessiva de gordura. Pode ser uma manifestação da hipernutrição. O sobrepeso é definido como Índice de Massa Corporal (IMC) entre 25 e 30 e a obesidade como IMC maior que 30. Este índice é dado pela divisão do peso (Kg) pelo quadrado da altura (m) do indivíduo.

### **2.3- Pobreza e (In)Segurança Alimentar**

Um dos problemas para definir a linha de pobreza é a definição do que seja pobreza. O conceito que associa pobreza com renda insuficiente para comprar determinada cesta de bens essenciais, é criticado porque não inclui outras dimensões da vida humana. No entanto, isto ocorre justamente porque é difícil atribuir valores para algumas dessas dimensões. (CONSEA, 2004).

Segundo MALUF, MENEZES e MARQUES (sd), a pobreza aparece como o principal fator de insegurança alimentar devido à impossibilidade econômica de acesso a uma alimentação adequada, podendo assim originar a desnutrição e a fome. Portanto, pensar em políticas públicas e programas de segurança alimentar, requer ações que promovam formas de acabar com esta condição.

Discutir as desigualdades sociais permite pensar políticas estruturantes, na busca de agregar renda e/ou maneiras para o acesso dos indivíduos aos alimentos de uma maneira não apenas assistencialista, além da necessidade de melhorar as condições de bem estar da população.

“(...) estimar o custo da superação desta condição social (de pobreza) esconde um problema conceitual sobre a problemática alimentar em nossas sociedades e apresenta o risco de um sério retrocesso na concepção dos instrumentos mais adequados para enfrentá-la. É verdade que a pobreza dá origem à fome e que instrumentos de ‘combate à pobreza’ podem ajudar a saciar a fome imediata, porém, eles não dão conta da problemática alimentar, e nem se propõem a isto.” (MALUF, 2003).

Existe uma grande necessidade de se atualizar os dados referentes à composição ou perfil do consumo familiar para que permita identificar os hábitos alimentares e avaliar sua qualidade nutricional. A última pesquisa realizada com esse detalhamento foi o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) do IBGE em 1974. Porém, pesquisas desta natureza são extremamente onerosas, daí a opção em se estimar, indiretamente, a evolução do consumo per capita, da divisão da produção agrícola pelo tamanho da população.

Devido à indisponibilidade de dados para estimar o contingente da população que enfrenta restrições ao acesso de alimentos, outro método adotado, muito utilizado para estimar o potencial de pessoas vulneráveis à fome, tem sido a renda. MALUF e REIS (2005b) destacam algumas limitações no uso deste indicador:

1. Mesmo nível de renda monetária pode resultar em condições de vida bastante distintas, conforme as circunstâncias dos indivíduos e famílias;
2. A compra de alimentos não é, necessariamente, a única forma de ter acesso a uma alimentação adequada. O exemplo da produção para autoconsumo das famílias rurais e hortas domiciliares ou ainda aquelas promovidas pelos programas de agricultura urbana podem contribuir para as famílias obterem alimentos para seus consumos;
3. Dispor de renda monetária indica que o indivíduo ou a família não é vulnerável à fome, porém não é suficiente para analisar sua condição em termos de SAN.

MALUF, MENEZES e MARQUES (sd) afirmam que:

“Os gastos com alimentação têm um peso muito distinto na composição das despesas das famílias nos diferentes estratos de renda, sendo que o acesso regular e adequado aos alimentos nos estratos inferiores é custoso (absorve parte significativa da renda familiar) e pode comprometer o acesso a outros bens e serviços necessários a uma vida digna.”(p.28)

Por outro lado, MALUF e REIS (2005b) apontam para existência de vários métodos para estimar o potencial de pessoas vulneráveis à fome pelo critério da renda. No Brasil utilizou-se por muito tempo o salário mínimo oficial, classificando-se como pobres as famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo mensal, supondo uma família média composta de dois adultos e duas crianças. Por este critério, segundo os autores, são consideradas indigentes as famílias com renda per capita inferior a um quarto de salário mínimo, condição na qual nem mesmo a aquisição de alimentos básicos estaria assegurada.

Segundo o “*Radar Social*”, elaborado pelo IPEA em 2003, 1% dos brasileiros mais ricos (somente 1,7 milhão de pessoas) se apropriava de uma soma das rendas domiciliares semelhante àquela detida pelos 50% mais pobres (86,9 milhões de pessoas). Este estudo aponta ainda que, cerca de um terço (31,7%) da população brasileira é pobre (ou 53,9 milhões de pessoas) sendo que para os muito pobres (ou indigentes) a proporção é de um oitavo

(12,9% ou 21,9 milhões de pessoas). Este mesmo trabalho revela que a renda brasileira somente é menos concentrada que a de Serra Leoa (na África) entre os 130 países pesquisados. (IPEA, 2005).

Diversas foram as pesquisas, apesar de fragmentadas (sem continuidade), mas que trouxeram informações relevantes quanto às questões relativas à alimentação da população brasileira, tais como:

- 1) **Estudo Nacional sobre a Despesa Familiar (ENDEF)** com dados de 1974/5 sobre o consumo alimentar da população. Mostrou a desnutrição protéico-calórica (elevada) na população brasileira; como seu custo foi de elevado, devido o caráter censitário, não teve continuidade.
- 2) **Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN)**, realizada em 1989 pelo Ministério da Saúde, investigando a condição nutricional de crianças, adultos e idosos. Os resultados indicam tendência à redução de desnutrição, onde, nas regiões mais pobres, isso ocorreu devido o aumento de escolaridade, intervalo maior entre o nascimento dos filhos, melhores condições de saneamento, universalização da vacinação e democratização das ações básicas de saúde. A pesquisa mostrou ainda que a obesidade estava se tornando um problema importante.
- 3) **Mapa da Fome**, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 1993, divulga uma estimativa das famílias brasileiras em condições de pobreza e vulneráveis à fome; estimou-se em 32 milhões de brasileiros vivendo nesta condição, sendo que 55% residiam em municípios com até 50 mil habitantes. Este número foi gerado através da “linha da indigência” calculada com base no custo da cesta básica; aquelas famílias cujos rendimentos permitiam no máximo a aquisição dessas cestas, foram consideradas indigentes.
- 4) **Grupo de Trabalho ligado ao Programa Comunidade Solidária**, em 1996, onde uma comissão indicou que deveria criar condições para o cálculo de diversos indicadores relacionados à questão da saúde alimentar e nutricional de vários agrupamentos populacionais. Estes dados foram divulgados em 1998, na página eletrônica do IPEA, porém como não foram atualizados, dois anos depois foram retirados da internet.

- 5) **Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS)**, divulgada também em 1996, foi realizada pela sociedade civil Bem Estar Familiar (BEMFAM), onde foram entrevistadas mulheres de 15 a 44 anos, selecionadas por amostragem, em todas as regiões do país. Traz no capítulo referente à situação nutricional de crianças e mães, uma constatação sobre a desnutrição crônica em 11% da amostra dos filhos menores de 5 anos, sendo que destes, um quinto apresentavam nanismo nutricional grave. A pesquisa mostrou ainda que a obesidade havia se transformado em um problema relevante entre as mulheres.
- 6) **Estudo Multicêntrico de Consumo de Alimentos**, realizado pelo Instituto Nacional de Alimentos e Nutrição (INAN), ligado ao Ministério da Saúde. Utilizando-se da metodologia trabalhada pelo Núcleo de Pesquisa em Alimentação (NEPA), da Universidade Estadual de Campinas, para inquérito de consumo alimentar, efetuaram-se levantamentos de dados sócio-econômicos visando o perfil nutricional nas cidades de Campinas (SP), Curitiba (PR), Goiânia (GO), Ouro Preto (MG) e Rio de Janeiro (RJ), posteriormente agregando-se Belém (PA) e Brasília (DF). Este estudo constatou o consumo inadequado de calorias nas famílias com faixa de renda familiar *per capita* de um salário mínimo e risco nutricional de macro e micro nutrientes, tais como cálcio, ferro, retinol e vitaminas B2, em famílias com renda de até dois salários mínimos.

Mais recentemente, o PROJETO FOME ZERO (2002), utilizando-se do conceito de linha de pobreza extrema, adotado pelo Banco Mundial como critério para cálculo do potencial de pessoas vulneráveis à fome (US \$ 1,08 *per capita*/dia), estimou em 44 milhões de pessoas nesta situação, isto equivale a 9,2 milhões de famílias, ou aproximadamente 28% da população total do país, sendo que destas: 19% eram das regiões metropolitanas, 26% das áreas urbanas não metropolitanas, 46% das áreas rurais, e ainda 64%, dos chefes de família vulneráveis à fome, são de cor parda ou negra.

Segundo o DIEESE, citado por MALUF e REIS (2005b) o salário mínimo necessário que, conforme preceito constitucional, atenderia às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família (dois adultos e mais duas crianças) como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestiário, higiene, transporte e previdência social, deveria ser, em março/05, de R\$ 1.477,49, ao invés dos RS 260,00 vigentes à época.

Estes mesmo autores apontam que a condição para a população rural ter acesso aos alimentos, pode ser garantida, total ou parcialmente, pela produção realizada para o próprio consumo, que será aqui neste trabalho chamado de autoconsumo. Dessa maneira, além da renda, a falta de acesso a terra e a outros bens necessários para a produção como: a água, tecnologia e assistência técnica, insumos, condições edafoclimáticas, pode tornar-se fator determinante para a fome e desnutrição entre as famílias rurais. Os desdobramentos da concentração de renda e fundiária são percebidos através de seus impactos sobre a pobreza urbana e rural.

Observa-se que os preços dos legumes, frutas e verduras aparecem como uma forte restrição para o consumo, ou pelo menos restringe o hábito, desses importantes componentes na busca de garantir a SAN, principalmente no que diz respeito à nutrição e fornecimento de vitaminas e sais minerais. O mesmo ocorre com a carne sendo ela uma das principais fontes fornecedoras de proteína.

Conforme CARMO(1999), ocorreram muitas mudanças no processo de transformação dos alimentos nestes últimos 50 anos, observando, inclusive a dependência de elementos químicos tanto na produção como na transformação dos alimentos, bem como uma grande quantidade consumida de gordura animal, proteína, sal e açúcar, para os estratos mais pobres e grupos de risco alimentar, faltando fibras, minerais, carboidratos complexos e óleos vegetais, ocasionando inúmeras doenças em decorrência desses regimes alimentares.

Cada povo tem suas tradições e costumes que envolvem métodos desde sua produção (plantio), passando pela colheita, preparo e por fim o consumo. Em nosso país isto fica claro na grande diferença entre os povos que para cá vieram e se estabeleceram, trazendo uma variedade de produtos, alimentos e temperos, culturas, preferências, influências, que contribuíram na origem da cozinha brasileira, neste misto entre os negros, indígenas e portugueses (FREYRE, 2002). Demonstrando-se assim, inclusive por seu porte continental, uma das culturas alimentares mais ricas e saborosas, tendo infinitos pratos típicos, nas mais diversas regiões do país. Isto se deve pela agregação das diversas culturas européias e

ocidentais que para cá migraram e se estabeleceram. Somado a tudo isso, as condições edafoclimáticas e de biodiversidade, que transforma, assim, a cozinha brasileira numa das mais complexas e deliciosas do mundo.

Para CARMO (1999) ocorreu uma modificação nos hábitos alimentares dos brasileiros, onde o aumento do consumo de carne, ovos, laticínios (preparados) e açúcares (em geral) e principalmente produtos industrializados, vem se apresentando com forte crescimento à mesa do brasileiro, inclusive das camadas mais pobres. MALUF e REIS, (2005a) ressaltam a presença de inúmeras doenças relacionadas diretamente com este regime alimentar, tais como alguns tipos de câncer, alergias, doenças do aparelho respiratório e a obesidade.

Essa mudança alimentar, baseada na busca da homogeneização do consumo e hábitos alimentares, têm sido constantemente focada nas campanhas publicitárias, e a propaganda de massa vem contribuindo para isso.

“Os alimentos consumidos, em sua grande maioria, não refletem a diversidade biológica e a diversidade cultural brasileira, mas refletem o marketing voltado para o setor da alimentação e de uma nova realidade social a qual os cidadãos brasileiros estão envolvidos de concentração nos centros urbanos e de tempo restrito para suas atividades.” MALUF e REIS (2005c, sp)

A II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2004) entende que uma alimentação saudável deve ser:

- Variada – com diferentes tipos de alimentos.
- Colorida – pois tende a ter diferentes tipos de vitaminas e minerais.
- Moderada – que atenda assim a necessidade do organismo.
- Equilibrada – com quantidade e qualidade (“de tudo um pouco”).
- Segura – sem riscos para a saúde.
- Prazerosa – tanto para o convívio social como quanto ao simbolismo que ela pode representar.

Porém estas características devem estar em equilíbrio e ao longo de todo o ciclo da vida. Assim também torna-se importante que as pessoas reflitam sobre os fatores subjetivos e

objetivos que as levam a alimentar-se de determinada maneira. A alimentação e nutrição têm uma relação direta e estreita com a questão da saúde.

A segurança alimentar nutricional implica em combinar ações:

- a) **Assistencialistas e/ou compensatórias** – frente às questões emergenciais como a fome, cataclismas, problemas pontuais. Por isso, também chamadas de ações **emergenciais**.
- b) **Estruturantes** – e, de ordem pensada, em ações que busquem a emancipação e o desenvolvimento da população, quer seja via trabalho e emprego ou melhoria na condição de renda.

As políticas emergenciais de segurança alimentar são “indispensáveis para o enfrentamento de problemas que não podem esperar o tempo da resposta de medidas estruturais que devem ser tomadas simultaneamente.” (MALUF, MENEZES e MARQUES, sd, p.41). Porém elas não devem ser confundidas como a única forma e estratégia a ser pensada e utilizada no combate da insegurança alimentar.

A necessidade de ações e programas com a característica compensatória e assistencial tornou-se permanente em face da contínua geração de desigualdades e de pobreza pela sociedade capitalista, inclusive, nos países avançados. Estas devem ser permanentes no sentido de assegurar direitos, mas, provisórias ou temporárias em termos de dependência desse tipo de ajuda aos indivíduos e famílias.

É preciso que políticas públicas façam ou permitam a redistribuição de renda e riqueza via trabalho, salários dignos, desconcentração da terra e riquezas, porém, com todas as discordâncias nos números apresentados a respeito, para algumas dezenas de milhões de famintos e desesperados que não podem almejar somente ações estruturantes, as ações emergenciais podem cumprir uma etapa importante para estas famílias e/ou pessoas. Importante também é assegurar que as pessoas tenham acesso a tais programas.

Para os países ditos desenvolvidos a preocupação com a segurança alimentar está voltada para a estabilidade no abastecimento e manutenção dos estoques estratégicos de

alimentos básicos e programas institucionais destinados aos segmentos mais débeis. Enquanto nos países, como o Brasil, a dificuldade ocorre pela incapacidade no acesso de alimentos pelo comprometimento da renda em adquiri-los.

No caso da revolução verde que deixou um razoável grau de destruição ambiental, deterioração da qualidade dos alimentos e exclusão de parcelas significativas da população rural, inclusive colocando em risco a possibilidade da continuidade do desenvolvimento agrícola no futuro, este padrão técnico adotado, com base no uso de intensivo de máquinas pesadas, insumos químicos, sementes melhoradas e híbridas, exigiram (e exigem) um grande consumo de energia, mostrando-se assim dispendioso e inadequado para a pequena agricultura familiar. Têm-se observado, além disso, um desequilíbrio sobre o ecossistema, multiplicação de pragas e doenças, esterilização dos solos, assoreamento de rios, poluição das águas, devastação de florestas, redução da biodiversidade, contaminação dos alimentos e envenenamento dos trabalhadores rurais.

A concentração da propriedade da terra e a extensão da miséria rural, as precárias condições vigentes nos pequenos e médios empreendimentos comerciais e industriais urbanos, os salários médios relativamente mais baixos da indústria alimentar e os impactos ambientais do padrão tecnológico predominante são características de um sistema agroalimentar que promove a exclusão social e contribui para a precariedade da qualidade dos alimentos e até mesmo a possibilidade de existência das gerações futuras, contrariando assim, o próprio conceito de desenvolvimento sustentável e segurança alimentar nutricional.

Através dos dados levantados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-03 a Figura 2.1 apresenta os rendimentos não monetários<sup>8</sup>, decompostos, para o país como um todo, em duas categorias, quais sejam a aquisição de alimentos oriundos da produção própria<sup>9</sup>

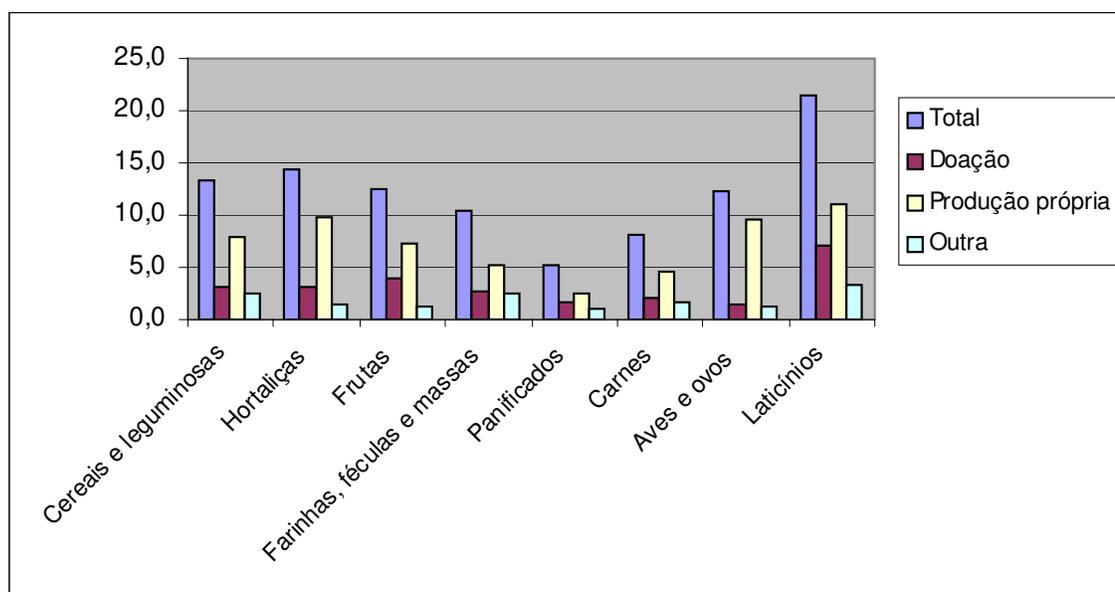
---

<sup>8</sup> Correspondem a tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado. (POF- 2002-03)

<sup>9</sup> Quando a aquisição do produto pelo morador representou uma retirada de sua própria produção (autoconsumo). Essa classificação só foi utilizada se nenhuma parte da produção foi comercializada, pois, caso contrário, representou uma retirada do negócio. (POF- 2002-03)

e por meio da doação<sup>10</sup>. Este gráfico confirma a importância da produção para autoconsumo e coloca em evidência a relevância das doações, para o consumo de alimentos no Brasil.

**Figura 2.1** : Aquisição domiciliar *per capita* anual de alimentos selecionados, por meio da realização de despesas não monetárias e sub-grupos, Brasil – 2002-03 (em %).



Fonte: POF- 2002-03

A POF (2002-03) traz análises e dados importantes quanto a alguns pontos que vêm ocorrendo no meio rural. Basta ver o quadro 2.1, retirado da seção “Comentários da POF”, quanto à média mensal familiar na participação da despesa de consumo, monetária e não monetária, quando confrontado com o Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) realizada em 1974-75 para a questão da alimentação no Brasil.

<sup>10</sup> Quando, na aquisição do produto pelo morador, não houve nenhum dispêndio em dinheiro, cheque, cartão ou bens e serviços, ou seja, o produto foi adquirido sem nenhum custo. (POF- 2002-03)

Quadro 2.1 – Participação na despesa de consumo monetário e não monetário médio mensal por famílias, por situação do domicílio na ENDEF e na POF, segundo os tipos de despesa – Brasil – 1974/2003

Tipos de Despesas	Participação na despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar					
	Total		Situação do domicílio			
			Urbano		Rural	
	ENDEF 1974- 1975	POF 2002- 2003	ENDEF 1974- 1975	POF 2002- 2003	ENDEF 1974- 1975(*)	POF 2002- 2003
<b>Alimentação</b>	33,91	20,75	30,13	19,58	53,24	34,12
<b>Habitação</b>	30,41	35,50	32,65	36,11	17,84	28,66
<b>Transporte</b>	11,23	18,44	11,93	18,49	7,50	17,88
<b>Assistência à saúde</b>	4,22	6,49	4,05	6,59	5,03	5,39
<b>Educação</b>	2,28	4,08	2,58	4,32	0,87	1,46
<b>Outros</b>	17,95	14,74	18,66	14,91	15,52	12,49

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003

(\*) Excluída a área rural da região Norte.

Observa-se, no referido quadro, que a população brasileira em geral diminuiu as percentagens de recursos empregados para a aquisição de alimentos, de 33,91 (em 1974-75) para 20,75% (em 2002-03) em média. Para o meio rural, o índice em 2002/2003 foi de 34,12% (tendo diminuído em quase 20 pontos em relação a 1974-5), ficando acima de todos os demais itens analisados (habitação com 28,66%, transportes com 17,88%, assistência à saúde, educação e outros). Nos domicílios urbanos a habitação aparece em primeiro (36,11%), seguido da alimentação com 19,58%, do transporte com 18,49%, e pelos demais itens abordados. Estes dados demonstram a importância do quesito alimentação no orçamento familiar, tanto para a família urbana como, principalmente, no gasto realizado por aqueles que vivem no meio rural.

A POF 2002-03 revela ainda que 56,9% das famílias situadas nas áreas rurais do Brasil apresentam algum grau de insuficiência na quantidade de alimentos consumidos enquanto que na região urbana este percentual é de 44,8% tendo como média brasileira 46,7%. Estes dados são preocupantes uma vez que seria o meio rural o provedor de alimentos para toda a população (não só rural como urbana). Esta pesquisa ainda revelou uma grande variação com

os valores gastos com alimentação na renda média mensal familiar no Brasil, conforme o nível da renda familiar medida em salários mínimos, descrito na Quadro 1.2.

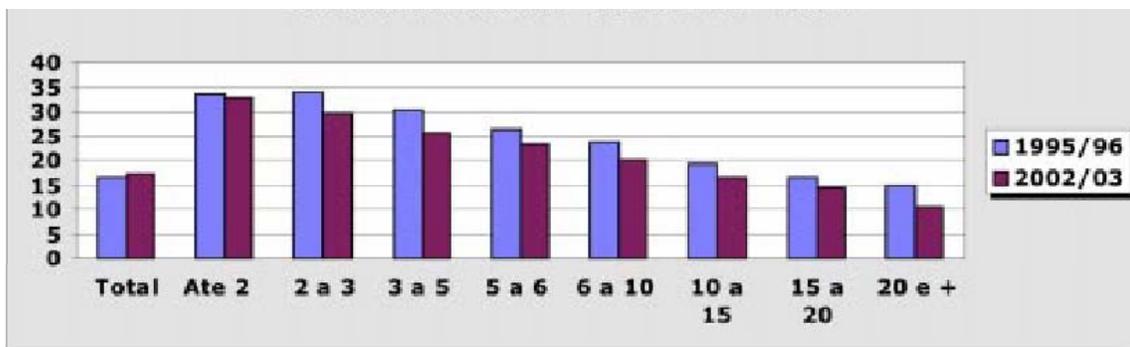
Quadro 2.2 – Percentual gasto com alimentação em relação ao número de salários mínimos da família

Salários Mínimos (N.º)	Percentual gastos em alimentação (%)
Até 2	32,68
2 a 4	29,76
6 a 7	20,90
10 a 15	16,24
20 a 30	11,78
+ de 30	9,04

Fonte: IBGE - POF 2002-2003

A figura 2.2, da mesma maneira confirma que os gastos com alimentação podem comprometer uma parcela substancial da renda das famílias dependendo do estrato de renda em que estes se encontram. Este fato é característico de países com elevada desigualdade social, como é o caso do Brasil.

Figura 2.2 - Evolução da participação das despesas com alimentação nas despesas totais realizadas pelas famílias, por classes de rendimentos, em salários mínimos – 1996 e 2003 (%).



Fonte: IBGE- POF 1995/96 – 2002-2003

Mesmo com uma pequena diminuição na proporção relativa aos anos 95/96 para 02/03, observa-se que as famílias mais pobres gastam a maior parte de sua renda (proporcionalmente a outros estratos de renda) com alimentação.

Pelo exposto até aqui, entender e estudar a questão de autoconsumo e da segurança alimentar no meio rural, em especial nos assentamentos rurais, indicando a necessidade de que o assentado mantenha alguns produtos básicos como poupança que lhe garantam, satisfatoriamente, a ele e a sua família, quantidade e qualidade de alimentos via produção de pomares, hortas, pequenos animais e cereais que seriam utilizados no dia a dia, parecem-nos importante como forma de garantir que estes permaneçam e se reproduzam socialmente em seu novo espaço.

Cabe citar que as políticas agrícolas e agrárias têm importância estratégica no desenvolvimento econômico dos países e, em especial, nos programas direcionados para o combate à fome e pobreza. Os programas de assentamento e reforma agrária entrariam neste sentido, pois sua contribuição dar-se-ia através da oferta de alimentos e matérias-primas às populações beneficiadas ou circunvizinhas a eles. Ao lado da política agrária, a política agrícola ocupa papel fundamental num modelo de desenvolvimento onde se busque maior nível de renda familiar e equidade.

A idéia de que a luta pela terra, presente na atualidade, e a concretização de assentamentos podem ser a saída para propiciar um desenvolvimento rural sustentável e diminuir a problemática do meio urbano qual seja a “urbanização da pobreza”<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> A população brasileira concentra-se cada vez mais nas áreas urbanas.

### Capítulo III: Assentamentos Rurais e Segurança Alimentar

*“Nós não herdamos a terra de nossos pais,  
apenas tomamos emprestado de nossos filhos.”*

**Tatanka Yopanka – Chefe Cheyenne**

A política de implantação de assentamentos rurais deve ser vista tanto pelos impactos econômicos, tais como: a criação direta e indireta de empregos a baixo custo, aumento da oferta de alimentos e matéria-prima para o mercado interno; aumento de arrecadação tributária; quanto pelos impactos sociais: com melhoria da qualidade de vida para os assentados, redução da migração rural-urbana visando reduzir os problemas urbanos (decorrentes do crescimento desordenado e mal planejado das cidades), entre outros.

“... a legitimidade da realização dos programas de reforma agrária associa-se à necessidade de oferecer alternativas aos dramáticos indicadores sociais no campo e na cidade... Nestes aspectos, os assentamentos rurais são avaliados em sua capacidade para aperfeiçoar os padrões de alimentação, educação, habitação, saneamento e emprego de uma significativa parcela da população rural situada entre os piores índices de condição de vida e trabalho no país.” (NORDER, 1997: 59-60)

MALUF, MENEZES, e MARQUES (sd:sp) mostram que há, em muitos países, uma correlação direta entre acesso à terra e aos alimentos no meio rural. Onde ocorreu um processo de reforma agrária (e certa consolidação do processo) a situação alimentar e nutricional da população mostra-se adequada, enquanto que em locais com terras concentradas e famílias sem terra é grave a situação de insegurança alimentar.

Os assentamentos rurais promovem impactos favoráveis à segurança alimentar, tais como:

- a) Importante política de geração de trabalho e renda, contribuindo assim para o aumento da possibilidade de acesso aos alimentos para consumo;
- b) Cria condições para que as famílias produzam os próprios alimentos que vão consumir;
- c) Fortalece a “segurança alimentar local” dada pela produção de alimentos para as áreas próximas.

Para ABRAMOVAY (1983:53) “o faminto de hoje vive num mundo de fartura” e para mudar essa realidade propõem a democratização da propriedade fundiária.

“A vitória contra a fome nestes países (*em desenvolvimento*) não pressupõe, no essencial, avanços na técnica agrônômica, mas sim a conquista política da democratização da propriedade fundiária. O sucesso da luta contra a fome, na maior parte das nações pobres, depende da capacidade que a maioria das sociedades terá em acabar com os privilégios daqueles que têm na terra antes de tudo um objeto de especulação.”(ABRAMOVAY 1983: 67).

No caso do Brasil a situação de insegurança alimentar pode estar relacionada com a desigualdade da estrutura fundiária e a exclusão social no campo, portanto promover a reforma agrária ou ampliar os programas de assentamentos rurais é um meio fundamental para redução deste grave problema.

### **3.1- Os projetos de assentamentos (P.A's) e a produção para o autoconsumo.**

No Brasil ainda não aconteceu reforma agrária *stricto sensu* como em outros países a exemplo do Japão, Estados Unidos, México, Chile, os projetos de assentamento rural implantados foram frutos das lutas pela terra mais do que da iniciativa do Estado. Estes se desenvolveram através da pressão sobre o Estado por parte dos movimentos de ocupação das terras ou de resistência à expulsão.

Os assentamentos apresentaram-se assim, como uma nova condição de acesso a terra, incorporando-se à estrutura fundiária com uma forma específica de organização da produção familiar na agricultura. Entre 1985 e 2001, o governo criou 3.535 projetos de assentamentos, em um total aproximado de 17.528 mil hectares, com 328.825 famílias de agricultores assentados em todo o território nacional (SPAROVEK, 2003)

Apesar de muitos agricultores familiares terem sido expropriados e expulsos da terra pelas mudanças ocorridas devido à “modernização conservadora” do campo<sup>12</sup>, quer seja pela dificuldade de competir com os padrões produtivos “impostos” pela revolução verde como também pelo endividamento por empréstimos no sistema financeiro, acredita-se que grande parte das famílias, ao voltarem para o campo via programa de assentamentos rurais, tem se preocupado com uma das atividades básicas para a sobrevivência, que é a produção de autoconsumo, concretizando assim, ou pelo menos em parte, a sua segurança alimentar.

As famílias que buscam os assentamentos rurais têm no acesso a terra uma primeira conquista, o objetivo principal, base para todas as outras. As origens dessas famílias são diversas: encontram-se posseiros com longa história de ocupação de terra, filhos de produtores familiares empobrecidos, sem acesso a terra para garantir sua independência; parceiros; pequenos produtores atingidos por obras públicas, como as famílias atingidas por construções de barragens; seringueiros, que passaram a resistir ao desmatamento; assalariados rurais; populações de periferias urbanas, eventualmente com origem rural ou não, mas dispostos à ocupação; aposentados, que buscam no acesso a terra um complemento de sua renda. (LEITE, HEREDIA et al; 2004).

Esse perfil da população atendida nestes programas, de uma forma geral, indica claramente que as constituições de assentamentos rurais vêm possibilitando o acesso à posse da terra por parte de uma população historicamente excluída e que, embora mantendo algum tipo de inserção no mercado de trabalho (em geral rural), o fazia em condições bastante instáveis e precárias. Grande parte teve experiência com o trabalho na agricultura. LEITE, HEREDIA et al (2004), constataram que 75% da população assentada estavam ocupadas anteriormente em atividades agrícolas, como assalariados rurais permanentes ou temporários, posseiros, parceiros, arrendatários e, originam-se do próprio município onde está o assentamento. A mesma pesquisa indica que mais de 80% dos responsáveis pelos lotes

---

<sup>12</sup> Algo em torno de 30 milhões de pessoas, entre os anos de 1960 a 1980, migrou do meio rural para o urbano. Para isso ver MARTINE (1990).

residiam no próprio município ou em municípios vizinhos àquele onde está localizado o assentamento.

No entanto, para que essas famílias vejam concretizadas suas expectativas é necessário que as políticas públicas fossem além da distribuição de terras, embora esse seja o primeiro passo, aliás, crucial. Junto com o acesso a terra outras políticas fazem-se necessárias, como já preconizava o Estatuto da Terra desde 1964<sup>13</sup>.

Portanto concordando com FERREIRA (1994:43):

“(...) o assentamento não se conclui com o acesso do trabalhador a terra, antes terão que lhe ser proporcionadas as condições necessárias e suficientes para que se concretize a determinação constitucional da terra cumprir sua função social. Se, por um lado a noção de assentamento envolve a fixação do homem a terra, não pode se desvincular do provimento das condições para torná-la produtiva.”

Nesse sentido, a existência de políticas públicas e ações do Estado que efetivamente apoiem a produção dos assentados, tais como, oferta de linhas de créditos, subsídios para primeiras plantações, trabalho qualificado da assistência técnica a extensão rural, política de preços mínimos e garantia de comercialização da produção, são fundamentais para que a segurança alimentar das famílias efetivamente aconteça.

Porém, o que de fato tem ocorrido nos últimos anos são políticas agrícolas e agrárias, promotoras do desenvolvimento no campo que desestimulam as práticas de autoconsumo.

MARTINS também faz algumas observações neste aspecto:

“O intenso processo de urbanização e a rápida industrialização que presenciamos nas últimas décadas trouxeram mudanças significativas no cotidiano dos brasileiros. As transformações sociais e tecnológicas associadas a esses processos possibilitaram que o estilo de vida urbano, baseado na satisfação das necessidades pessoais pela compra de bens, de serviços, se estabelecesse definitivamente em todo o país (...) A dieta básica dos brasileiros,

---

<sup>13</sup> “É dever do Poder Público: a) promover e criar as condições de acesso ao trabalhador à propriedade da terra economicamente útil,(...) b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.” (§ 2º, art. 2º, capítulo I, Título I da Lei 4.504).

resultado da mistura de hábitos indígenas, africanos e europeus e restrita pela capacidade natural que as diversas regiões tinham em produzir diferentes alimentos, passa a sofrer interferências do padrão urbano de consumo, com destaque para os produtos industrializados divulgados amplamente pelos meios de comunicação, típico para biscoitos, iogurtes, doces, refrigerantes, sucos industrializados (...)" MARTINS (1998:109)

Tradicionalmente, a pequena produção teve um papel primordial na alimentação da população brasileira, seja para autoconsumo da grande massa de pequenos produtores, seja pela produção de um excedente de alimentos básicos que passou a sustentar as crescentes massas urbanas. Com o processo de modernização, quase 30 milhões de produtores rurais foram transformados em consumidores urbanos - sendo a grande maioria deles de baixa renda. (MARTINE, 1990).

Observa-se, empiricamente, que a produção destinada para autoconsumo é própria da agricultura familiar, da atividade produtiva e de grupos específicos (como os indígenas e os quilombolas), embora existam outras formas de manifestação como as hortas domiciliares e comunitárias, por exemplo. A agricultura familiar também tem um padrão de desenvolvimento com inclusão social, que combina os objetivos da segurança alimentar e o uso sustentável dos recursos naturais, com a preservação do patrimônio natural, nele incluído a biodiversidade e a múltipla função do espaço rural.

Entretanto,

“Os modelos econômicos oriundos da perspectiva que as relações mercantis tendem a se espalhar por todos os cantos do planeta, ignoram que parte significativa das pessoas vivas ainda hoje se reproduz produzindo seu próprio alimento e outros bens, como é o caso de grande parte dos africanos, sul-americanos e asiáticos, ou se referem a essas manifestações como atrasadas e tradicionais, tendendo, portanto à modernização.” (MALUF, e REIS, 2005c).

Além do mais, as políticas agrícolas tendem a incentivar a especialização produtiva e adoção generalizada de um pacote tecnológico com elevado grau de mecanização e utilização de fertilizantes e defensivos químicos. Seus impactos ambientais podem esgotar os recursos naturais até o comprometimento da biodiversidade.

Nas décadas de 1960 e 70, as políticas visando à modernização da agricultura (baseada na “Revolução Verde”) estimularam a especialização dos produtores familiares e a sua completa integração aos mercados. Os agricultores, ao que parece, “foram perdendo”, assim, grande parte da diversidade de sua produção, entre elas a de autoconsumo.

Dessa forma, esse pacote enquanto produção monocultora que busca a produtividade, com objetivo e/ou a forma de uso da terra (por vezes de maneira não sustentável) quando atingem o pequeno produtor rural, geralmente subjugado ao capital, leva-o a “perda do hábito” de produzir o seu próprio alimento e buscar a sua sobrevivência via produção e venda de um produto típico das (não tão antigas) *plantations* ou ainda das “valorizadas” *comodities* para, após, adquirir seus produtos de consumo alimentar doméstico em algum comércio local.

Delma Pessanha Neves demonstra, em seu livro, um pouco do que ocorreu com os pequenos plantadores de cana da região de Campos, no Rio de Janeiro:

“A dedicação intensiva e extensiva à plantação de cana determinou a reordenação no uso dos fatores de produção. Quando a cana se constituía num dos produtos mercantis da roça esses produtores contavam com uma gama de produtos para o autoconsumo em quantidade tal que oferecia os meios de subsistência necessários à família. Na medida em que a cana foi ocupando quase toda a área de cultivo, os pequenos produtores passaram a depender mais amplamente do mercado para obter os meios de subsistência, porque os cultivos que atendiam a esse fim passaram a ocupar os espaços intersticiais ou residuais à cana. Todavia, essa minimização dos cultivos de subsistência é relativa, já que atualmente, eles desempenham importante papel na relativização dos mecanismos de subordinação ao capital industrial e financeiro.” (NEVES, 198:106).

O que não quer dizer que estes não venham buscar a superação desta condição, de apenas abastecimento interno, e busquem integrar-se ao mercado comercial através de suas produções. Neste sentido WANDERLEY (2001:41-42) afirma que os camponeses no passado, como atualmente, participam dos movimentos de luta e manutenção por/pela terra, com o objetivo de ter acesso a atividades estáveis e rentáveis. É esse objetivo que norteia suas estratégias econômicas, articulando-se em dois níveis complementares: a atividade mercantil e outro o do autoconsumo. Ressalta a autora que, mesmo dispondo de meios de produção em

condições precárias e insuficientes, o camponês procura, antes de qualquer coisa, assegurar o consumo alimentar da família.

No campo, o problema da fome por vezes é solucionado pelas próprias famílias, quando providas dos meios. BERGAMASCO (1994) já havia verificado que nos assentamentos Sumaré I e II, do Estado de São Paulo, os beneficiários, num primeiro momento, preocuparam-se em produzir, não só para o mercado, mas para a própria subsistência, com o cultivo de feijão e a criação de suínos.

Também isto fica demonstrado quando ZIMERMANN (1994, p. 207-8) faz um relato avaliativo das famílias assentadas no Rio Grande do Sul, quando estas se afirmavam como: “(...) saber prover a sobrevivência da família, de plantar o alimento sadio, de ter a galinha crioula, o pasto, o milho (...) e não precisar comprar o que vai comer, e, dessa forma se sentir colono (...)”.

ANDRADE (2002) cita o exemplo do assentamento de Promissão - assentamento com 630 famílias, instalado em 1987 pelo INCRA – onde a segurança alimentar evidencia-se como de grande importância para o sucesso da própria política de reforma agrária e na fixação e desenvolvimento das famílias, onde os produtores com maior grau de capitalização e bem estar familiar eram aqueles que dispunham de sistemas de produção mais diversificados, incluindo a produção para o autoconsumo da família.

Interessante também é observar a matemática e contabilidade que o agricultor faz quanto a riscos e lucros possíveis quando se trata de sua sobrevivência:

“(... ) a privação dos agricultores é de tal magnitude que eles não podem nunca se permitir obter uma quantidade de produtos abaixo do mínimo necessário à sua sobrevivência. Neste sentido, é claro que eles não optam por maximizar seus lucros em situações em que ganhos adicionais seriam eventualmente possíveis se houver em torno destes ganhos adicionais o risco de perdas que impliquem a redução do produto aquém da subsistência.” (ABRAMOVAY, 1998:87).

É desejável que o assentado produza para o autoconsumo, porém entendemos que ele não deve(ria) entrar para seu lote e se isolar do mundo comercial, pensando apenas no seu autoconsumo, mesmo porque isto é(seria) praticamente impossível de acontecer hoje em dia.

MALUF (2000:39) observa que:

“... a reprodução das unidades familiares sempre envolve relações mercantis em maior ou menor grau, assim como a produção para autoconsumo, que é um componente não desprezível na lógica de reprodução das famílias rurais que produzem regularmente para o mercado”.

Aponta ainda que as questões de abastecimento e a questão alimentar apresentam estreita relação com as políticas de desenvolvimento e seu objetivo de promover crescimento e equidade social.

Assim a:

“Integração parcial ao mercado não é isolamento nem produção exclusiva de auto-subsistência. A idéia não envolve, tampouco, um gradualismo pelo qual o envolvimento com o mercado seria cada vez menos parcial até se tornar completo. O importante não é simplesmente o autoconsumo que no limite existe em qualquer unidade de produção agrícola, mesmo num estabelecimento capitalista. O fundamental é a flexibilidade entre consumo e venda, em função de circunstâncias ocasionais. A produção de mandioca no Nordeste, por exemplo, responde a este critério de flexibilidade: o agricultor pode ‘jogar’ com as condições do mercado e optar pela venda ou pelo consumo direto do produto em função da situação momentânea e de sua expectativa com relação aos preços.” (ABRAMOVAY,1998: 115-6)

Para ilustrar essa idéia, citando ainda a produção de mandioca (cultura muito comum no meio rural) onde esta pode ser retirada em determinado período, mais conveniente e/ou necessário ao agricultor. Para venda ou ainda para ser utilizada no seu próprio consumo “in natura” e até mesmo processada, principalmente na forma de farinha, que também poderia, ou não, ser comercializada no momento que fosse adequado às suas necessidades. O fato de vender sua produção (beneficiada ou não), faz parte da estratégia na qual o assentado pode iniciar certo “grau de integração ao mercado”.

Afrânio Garcia Jr. (1990), também aborda a respeito desse produto muito utilizado tanto para o consumo da unidade produtiva como também para o mercado.

“(...) há uma esfera do consumo doméstico que pode ser abastecida diretamente do roçado para a casa, de produtos que podem ser autoconsumidos ou vendidos. Este é particularmente o caso da mandioca. São produtos que têm a marca da alternatividade. Alternatividade entre serem consumidos diretamente, e assim atender as necessidades domésticas de consumo, e serem vendidos, quando a renda monetária que proporcionam permite adquirir outros produtos também de consumo doméstico, mas que não podem ser produzidos pelo próprio grupo doméstico, como o sal, o açúcar, o querosene, etc. (GARCIA, 1990:117)”

No importante e pioneiro trabalho organizado por GUANZIROLI et al(1994) já se apontava a importância do autoconsumo na renda do assentado, basta observar que para a região estudada (sudeste), a renda de autoconsumo, ou seja, aquela que os assentados ao invés de comprar produção semelhante no mercado, estaria economizando devido produção própria, é algo como 43,51% na distribuição percentual da renda total. No Brasil, a média foi de 37,01%<sup>14</sup>, o que mostra a importância dessa atividade na participação da renda total, pois, caso não ocorresse, haveria um desembolso para aquisição desses alimentos.

A produção de autoconsumo tende a contribuir inclusive na segurança econômica que o agricultor (assentado ou não) necessita, por vezes, para se lançar em novos projetos e aumentar sua produção comercial, podendo funcionar como uma verdadeira poupança para a família, seja pela venda de animais e excedentes, seja por produzir seu próprio alimento ao invés de comprá-lo. Além do que o produtor, efetivamente, aumenta sua capacidade de resistir a adversidades tais como preços baixos, dificuldades na comercialização e frustração de safra.

Isto também é verificado por MALUF:

“No caso das famílias rurais, onde são registrados os mais elevados índices de pobreza do país, um elemento crucial para sua segurança alimentar é a produção de alimentos para autoconsumo que, por sua vez, não raro se

---

<sup>14</sup> A PNAD de 1999 apontou cerca de dois milhões de famílias com 3,2 milhões de pessoas que se dedicam exclusivamente à produção para autoconsumo (4,5% da PEA total e 18,5% da PEA agrícola ocupada uma hora ou mais na semana de referência), outros 3,3 milhões de famílias agrícolas nas quais a alimentação que é autoconsumida é inferior a 50% e ainda outras 547 mil famílias agrícolas aonde mais da metade da alimentação vem da produção agrícola. O país tem um total de 5,8 milhões de famílias com algum tipo de autoconsumo, sendo que dois terços delas são produtores agrícolas familiares por conta própria (www.ibge.gov.br).

defronta com restrições de acesso a recursos essenciais como água e terra (extensão e qualidade)”. (MALUF, 2003:4).

O autoconsumo aparece, portanto, como parte de uma estratégia diferenciada (pois não se pensa na venda para o mercado propriamente dito) dos assentados em busca de permanecer no lote/assentamento.

Para WEID (1991) o autoconsumo tem o papel essencial no sistema de produção, pois é ele que garante a estabilidade do produtor frente aos resultados oscilantes das culturas comerciais. Tem um papel de reserva de segurança para momentos difíceis, além de produzir eventuais excedentes, às vezes bastante significativos para o mercado local.

O autoconsumo, pelo visto até aqui, daria condições para que as famílias tivessem uma alimentação de melhor qualidade. Autores como NORDER(1997) e ANDRADE(2002), em seus trabalhos, ao transformarem essa produção em valores monetários e somando-os à renda familiar, concluíram que o autoconsumo contribui para que as famílias mais pobres superem a condição de estarem abaixo da linha de pobreza.

Muitas destas produções dependem de outras condições tais como proximidade com a água, declive, inserção do conjunto de assentamentos próximos (ou não) do mercado consumidor, resíduos dos cultivos anteriores e de seus hábitos para o plantio ou criação de determinado produto.

WHITAKER (2003: 278.) verificou em seus trabalhos que:

“... os assentados criam peixes, rãs ou bichos da seda, plantam limões ou citronela para o mercado e uma variedade quase infinita de frutas e legumes para subsistência, com venda do excedente em feiras e cidades próximas. Muitos criam porcos e galinhas, gado – vendem o leite ou fazem queijos – , além de doces para consumo ou venda.”

Documentos elaborados pelo setor de produção, meio ambiente e cooperação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) mostram uma clara preocupação com o autosustento dos assentados, afirmando que estes devem:

“(...) levar em conta a combinação das necessidades básicas de alimentação das famílias assentadas, ou seja, cada assentado deve ter no seu lote ou no coletivo várias espécies de frutas e verduras que são cultivadas em diferentes épocas do ano. Vários tipos de cereais que são necessários à alimentação humana e também animais e aves que garantam a carne, leite, queijo, banha, ovos, etc.” MST (2001:87).

A criação de pequenos animais e o cultivo de pomares e hortas caseiras, além da produção de arroz, feijão, milho, mandioca e leite no meio rural, podem contribuir para diminuir ou minimizar a insegurança alimentar, porém não é raro verificar que este tipo de produção é colocado à margem da “cultura principal” da propriedade, ou ainda, ser tratados como “trabalho feminino”. De fato, normalmente estas produções se concretizam com maior facilidade pela presença e trabalho das mulheres.

SANTOS E FERRANTE (2003) apontam que a mulher geralmente assume o papel com maior dimensão nas atividades de autoconsumo, quer seja pela elaboração e preparo das refeições ou atividades como criação e trato de hortas e pomares.

TEPICH (1973: 37-38), citado por ABRAMOVAY (1998:74), reafirma esta questão não somente em relação à mulher, mas para toda a mão-de-obra camponesa, nos países europeus.

“Na maior parte das unidades camponesas da Europa, o essencial dos trabalhos na lavoura é assegurado pelo chefe da família e pelos membros da família que se encontram em plena força. Já o serviço dos estábulos, dos chiqueiros e o que se refere aos pequenos animais é garantido, sobretudo, pelo trabalho em tempo parcial das mulheres, crianças e velhos, além das margens de tempo disponíveis pelo chefe de família, em suma, pelas ‘forças marginais’ da unidade produtiva. Poderíamos chamar estas forças, também, de não transferíveis, já que se esta família deixar sua exploração agrícola não poderá mais recorrer a estas forças para assegurar sua subsistência. Mas enquanto, por uma razão ou outra, a família camponesa não tem alternativa, é obrigada a aceitar por seu trabalho uma renda ‘marginal’ que completa seu mínimo de existência”.

Esta citação traz elementos que permitem observar a questão da composição familiar e os diversos sistemas produtivos dos assentamentos, onde claramente os homens, ou aqueles que podem contribuir com o seu trabalho para uma cultura que seria “a principal”, e que

forneceria a renda ao final da safra, estão alocados. Em contrapartida, a mão-de-obra de mulheres, crianças e idosos ficariam com as atividades “menos nobres” que a primeira.

Porém, nos assentamentos rurais, o que se tem observado é que as mulheres também têm contribuído no cotidiano com seu trabalho nas atividades práticas nas lavouras e manejo de criações. Geralmente, as mulheres assumem um papel de maior dimensão nas atividades de autoconsumo, uma vez que são elas que diariamente se ocupam do preparo das refeições, o que não as excluem de também colaborarem nos trabalhos braçais da lavoura. Isto também é observado no trabalho de NEVES (1981:111), a qual descreve como sendo a criação de aves e porcos, “Tarefa genuinamente feminina embora possa contar com a colaboração do esposo ou dos filhos, ela é realizada no terreno onde se localiza a casa ou moradia”. Também às mulheres, são reservados os trabalhos ditos da casa, tais como limpeza, preparo dos alimentos, trato e confecção de roupas, entre outros. No fundo são elas que decidem sobre o consumo e distribuição destes alimentos, não só para sua casa como também a possibilidade de troca, permuta ou doação com parentes e vizinhos.

Algo muito comum entre os pequenos produtores são as trocas de alimentos e/ou doações de produtos agrícolas oriundos de suas produções. Isto tem uma forte dimensão simbólica e ocorre, principalmente, entre vizinhos, conhecidos e familiares, pois referem-se a laços de amizade e vizinhança/proximidade.

“Essas trocas permitem, por um lado, a ampliação do auto-abastecimento de cada unidade familiar por um período mais prolongado, pela recuperação posterior do acesso a tais produtos, escassos ou restritos por fatores de produção para esse fim. Por outro lado, expressa o desejo da continuidade da relação social. Como as verduras e legumes são culturas perecíveis e devem ser rapidamente consumidas, sua produção se torna mais diminuta. Dessa forma, as trocas atendem muito mais a uma função simbólica (dom-contra-dom) do que propriamente econômica, já que cada uma dessas doações complementa apenas algumas refeições das unidades que as recebem”.(NEVES, 1981:112):

Esses produtos também podem transformar-se numa maneira de relacionamento social entre as famílias, funcionando como base de trocas entre as famílias ou grupos envolvidos e

despertando o sentimento de companheirismo e pertencimento à comunidade, algo muito típico no meio rural e nos movimentos sociais de luta pela terra.

O sistema produtivo baseado na policultura também é algo corriqueiro dentro da agricultura familiar e assentamentos, porém tampouco significa a resolução de todas as questões de segurança alimentar, mas aparece sim como importante forma de garantia da sobrevivência das famílias camponesas, embora, como cita WANDERLEY(2001:29):

“(...) o sistema de policultura-pequena criação é concebido como um todo, estruturado de forma a garantir a subsistência camponesa. Porém, não elimina a fragilidade da agricultura camponesa nem impede a emergência das situações de miséria e de grandes crises: seus resultados dependem de causas aleatórias de origem natural – os efeitos das intempéries – ou das relações político dominantes, especialmente a extração da renda da terra”.

Esse tipo de produção é importante para garantir que, na terra e a partir de seu cultivo, elas propiciem o seu autoconsumo, garantindo sua reprodução social e a diminuição da pobreza, sobretudo no meio rural.

MALUF, MENEZES e MARQUES (sd:sp.) observam que os adeptos da modernização e especialização da agricultura vêem a produção para autoconsumo como sinônimo de atraso, enquanto que entendem ser este componente um importante instrumento de proteção frente às incertezas e oscilações da produção mercantil, e que a inexistência desta produção “são causas de insuficiência alimentar que somam aos indicadores de pobreza rural medidas em termos de renda monetária”.

Vários autores defendem as práticas de autoconsumo, procurando mostrar suas vantagens e desvantagens. GARCIA, por exemplo, destaca que:

“... as práticas de autoconsumo não aparecem associadas às unidades mais pobres, e a melhoria de padrão de vida não implica necessariamente em queda do autoconsumo. É a venda da força de trabalho em maior escala que está associada claramente aos maiores níveis de pobreza: é lícito concluir que quanto maior a possibilidade de se praticar o autoconsumo ainda maior será a tendência para ofertar trabalho a preços vis; quanto mais recursos monetários e alimentares dispuserem o grupo doméstico, maior será sua capacidade de administrar as épocas e condições do trabalho assalariado”. GARCIA (1994:90)

Esse autor sugere ainda a necessidade de conhecer melhor as práticas de autoconsumo e seus efeitos econômicos e sociais por serem fundamentais sob vários ângulos. Para ele, não levar as práticas de autoconsumo em consideração significa na prática, ou aceitar como inevitável a pauperização crescente desses contingentes, ou, acreditar na possível transferência de recursos através do Estado ou de instituições de caridade que assegurem a sobrevivência de tais parcelas. Em continuidade ao pensamento desse autor:

“... verifica-se que as práticas de autoconsumo estão associadas a maior participação dos agentes na gestão de suas vidas cujas alternativas reais são a inanição ou a condição de assistidos, de dependentes, talvez o elemento mais tradicional da vida política brasileira.” (GARCIA, 1994:92)

Mesmo com as previsões de Thomas Malthus, no séc. XIX, de crises de fome que resultariam da tendência de crescimento mais acelerado da população em relação à capacidade de produção de alimentos, o avanço tecnológico dessa produção reduziu muito o risco de escassez, porém colocou em pauta a pressão da produção extensiva sobre os recursos naturais e sobre o êxodo rural. O diagnóstico malthusiano leva-nos a focalizar a disponibilidade de alimentos em lugar das restrições de acesso a esses bens por insuficiência de renda ou por incapacidade de produzir o próprio alimento. No que diz respeito ao acesso aos alimentos, a abordagem de segurança alimentar e a produção de autoconsumo, permite-nos compreender porque junto com o crescimento da capacidade de produção de alimentos, cresceu também a dificuldade de um número significativo de pessoas e grupos sociais de os acessarem, algo que também deve ser melhor analisado e estudado.

### **3.2) O Pontal do Paranapanema.**

A região do Pontal do Paranapanema está localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, inserido na confluência dos rios Paraná e Paranapanema. O Pontal foi, inicialmente, ocupado por desbravadores e exploradores florestais nos anos de 1920. A madeira provinda dos desmatamentos servia de matéria-prima para os dormentes da ferrovia da região denominada Alta Sorocabana, bem como “exportadas” para outras regiões do Estado, liberando assim grandes áreas para lavouras de café, cujo ciclo declinou após a crise

mundial. A partir daí a lavoura algodoeira, no bojo do crescimento da indústria paulista e da enorme expansão das exportações de algodão brasileiro nos anos da Segunda Guerra Mundial. Posteriormente outras culturas passaram a fazer parte da produção local, em especial a mamona e a menta.

Paralelo ao aumento da cultura algodoeira cresceram os problemas com o desmatamento, provocando desequilíbrio regional. Devido a forma predatória como esta exploração estava ocorrendo, o governo paulista, por iniciativa do legislativo, criou as reservas florestais do Morro do Diabo, da Lagoa São Paulo e do Pontal, em 1942, na busca de impedir o desmatamento que estava ocorrendo. Estas reservas foram sistematicamente desrespeitadas e invadidas pelos fazendeiros locais, para extrair madeira e formarem pastagens. A cultura do algodão ainda mantinha-se, pois parecia ser uma atividade rentável para a região.

A fragilidade dos solos e ausência de práticas conservacionistas esgotou rapidamente o potencial produtivo das terras, passando assim a predominar a pecuária de corte que além de ser mais adaptável aos solos pobres, fortaleceu a maneira extensiva de ocupação territorial, consolidando os grandes latifúndios na região, que são marcados pela fraude na titularidade dominial através da grilagem<sup>15</sup> e formas violentas na disputa e expulsão de indígenas e pequenos posseiros que a região continha, ou ainda, transformando estes em trabalhadores temporários para a lavoura local.

A lavoura canavieira, estimulada pelo programa Pró-Álcool nos anos 1970 e a colheita de sementes de forrageiras passaram a constituir como alternativas sazonais de ocupação da mão-de-obra. Nesta mesma época, a construção de três usinas hidroelétricas (UHE), Rosana, Taquaraçu e Porto Primavera, nos rios Paraná e Paranapanema, além de empregar a população regional, “importou” milhares de trabalhadores de outras regiões. Com a finalização e consequente diminuição das obras, o contingente de desempregados gerou uma massa de

---

<sup>15</sup> A palavra *grilo* ou *grilada* tem sua origem na prática relatada pelos antigos agricultores, segundo a qual grandes fazendeiros falsificavam documentos de terra para delas se assenhorearem, deixando o documento falso em um recipiente com grilos vivos. Estes iam comendo as bordas do papel até morrer, quando exalavam certa substância que amarelecia o documento, dando-lhe um aspecto envelhecido (Fonte: ITESP, 1998).

excluídos que, juntando-se a outro grupo social, os chamados “ribeirinhos”<sup>16</sup>, os pequenos arrendatários e os “bóias-frias”, trazem à tona conflitos, contribuindo para criar um clima tenso no local, com centenas de desempregados vivendo em precária situação ao lado de extensas fazendas de gado subutilizadas tornando-se, de certa maneira, evidente a necessidade de programas de assentamentos para a região.

Estes, portanto, são os trabalhadores que a partir da década de 1980 passam a contar com apoio de entidades organizadoras de contingentes de Sem Terra, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), passando a dar assim aos trabalhadores, um ingrediente mais politizado, de manifestação de luta pela terra e alteração da estrutura fundiária, diferenciando-o, desta maneira, de outros tipos de programas (colonização, re-assentamento, entre outros) (LEITE, 1999).

Segundo FERNANDES (2003:86)

“... nas décadas de 1970 e 1980, auge da implantação do atual modelo econômico da agropecuária, que privilegiou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa, ocorreram os maiores índices de decréscimo da população rural. Esse modelo de desenvolvimento (da “revolução verde”) provocou intenso êxodo rural, quando todas as cidades do Pontal perderam grande parte da população rural. Nesse período, em quase todo o Brasil, a trajetória de grande parte das famílias camponesas foi em direção às cidades do seu município à cidade pólo da região e rumo às metrópoles.”

Isto é possível de ser comprovado através dos dados populacionais retirados dos censos desde 1970 e compilados no Quadro 3.1 abaixo. Verifica-se claramente a inversão das origens das populações urbanas e rurais quando comparadas com aquelas encontradas nos anos 70 e aqueles residentes em 2000 naquela região, podendo inclusive se considerar que é uma área de baixa densidade populacional, cuja principal atividade econômica é a pecuária realizada, até então, em grandes fazendas.

---

<sup>16</sup> População que vivia nas margens dos rios e que tinha tido suas terras inundadas pelas barragens, assim perdendo casas e fontes de subsistência

Tabela 3.1 - Decréscimo da população rural e crescimento da população urbana  
Pontal do Paranapanema – 1970 – 2000.

<b>Censo</b>	<b>População rural</b>	<b>%</b>	<b>População Urbana</b>	<b>%</b>	<b>População Total</b>
<b>1970</b>	185.571	-	230.081	-	415.652
<b>1980</b>	107.075	-73,3	312.690	35,9	419.765
<b>1991</b>	82.241	-30,2	415.419	32,8	497.660
<b>2000</b>	80.402	-2,2	473.177	13,9	553.579

Fonte: FERNANDES (2003)

FERNANDES(2003:88) aponta ainda que o “atual modelo de modernização da agricultura” tem sido um dos principais elementos para a expropriação das famílias trabalhadoras rurais e que em compensação para o Pontal os assentamentos tem trazido novos sistemas agrários como a pecuária leiteira e a produção de mandioca. Com isso apresentam uma grande inserção sócio-econômica na região.

A democratização das terras ocorreu somente após grandes ocupações de áreas e pressão popular, ou seja, depois que trabalhadores sem terra ocuparam diversas fazendas na região. O projeto de assentamento Gleba XV de novembro, de 1984, serve como marco desse momento histórico. Apesar de toda mudança que o país passou desde então, até 1994 o governo federal havia viabilizado apenas dois assentamentos (Água Sumida e Areia Branca) e o governo estadual outros cinco (Tucano, Santa Rosa, Santa Rita do Pontal, Santa Clara e São Bento), assentamentos estes que envolveram aproximadamente duas mil famílias na região<sup>17</sup>.

Os assentamentos contribuíram para a dinamização do município e do seu entorno. Não somente para geração de empregos e de serviços, mas também pelo maior volume de negócios no comércio local. A entrada de um grande contingente de famílias de um assentamento e seu impacto no comércio foi observado tanto pelo consumo destas famílias

---

<sup>17</sup>A respeito desse histórico consultar as obras de FERNANDES (1985), FERNANDES (1996), LEITE (1981), SOUZA (1994), TARELHO (1988), THOMAZ JR. (1988) etc. Não nos aprofundaremos na análise das lutas que compuseram o MST no Estado de São Paulo por não ser objeto dessa dissertação.

(nas feiras e supermercados) como na venda dos produtos produzidos pelos assentamentos das cooperativas e associações criadas. (BERGAMASCO et al, 2003).

É possível observar que as regiões que estavam estagnadas como a do Pontal do Paranapanema, a relação de consumo entre os assentados e o mercado local, tanto dos bens alimentares como também de limpeza e higiene e os serviços de manutenção mecânica, serviços bancários, cartorários, assistência médica, educação, transportes, lazer, vestuário, mobiliário, entre outros cresceu com a entrada destes “novos moradores”. Segundo o ITESP (2006b) o município de Teodoro Sampaio passou de uma arrecadação Municipal de R\$ 8.990.214 em 1996 para R\$ 21.345.765,00 em 2004. Já Mirante do Paranapanema passou de R\$ 1.839.254,00 em 1994 para R\$ 12.400.000,00 em 2004<sup>18</sup>.

A região apresenta uma forte presença e organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e grande quantidade de famílias acampadas, o que indica a possibilidade de novas mobilizações sociais em busca de terras que, em sua maioria, são devolutas e griladas por fazendeiros, que se dizem proprietários destas áreas. Isto tornou a região bastante conhecida, principalmente a partir de 1995-96, devido aos constantes conflitos pela posse e uso destas terras. Dados recentes da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no Quadro 3.2 a seguir apontam que a região contava até 18/01/2006 com 5.513 (54,9% do total), famílias assentadas, em 102 assentamentos (61% do total), dentre os 167 existentes no Estado de São Paulo conforme quadro 3.2 aparecendo como uma das maiores concentrações de assentados e assentamentos do país.

Tabela 3.2: Assentamentos do Estado de São Paulo

<b>Regiões segundo o ITESP</b>	<b>Nº. de assentamentos</b>	<b>Nº. de Famílias</b>	<b>Percentual (%)</b>
Leste: Araras	11	409	4,1
Vale do Paraíba: Taubaté	02	58	0,6
Sudoeste: Sorocaba	05	324	3,2
Sudoeste: Iaras	03	94	0,9
Sudoeste: Itapeva	07	383	3,8
<b>Oeste: Pontal do Paranapanema</b>	<b>102</b>	<b>5.513</b>	<b>54,9</b>
Noroeste:	19	1.879	18,7
Norte	16	1.286	12,8
<b>Total do Estado</b>	<b>167</b>	<b>10.049</b>	<b>100</b>

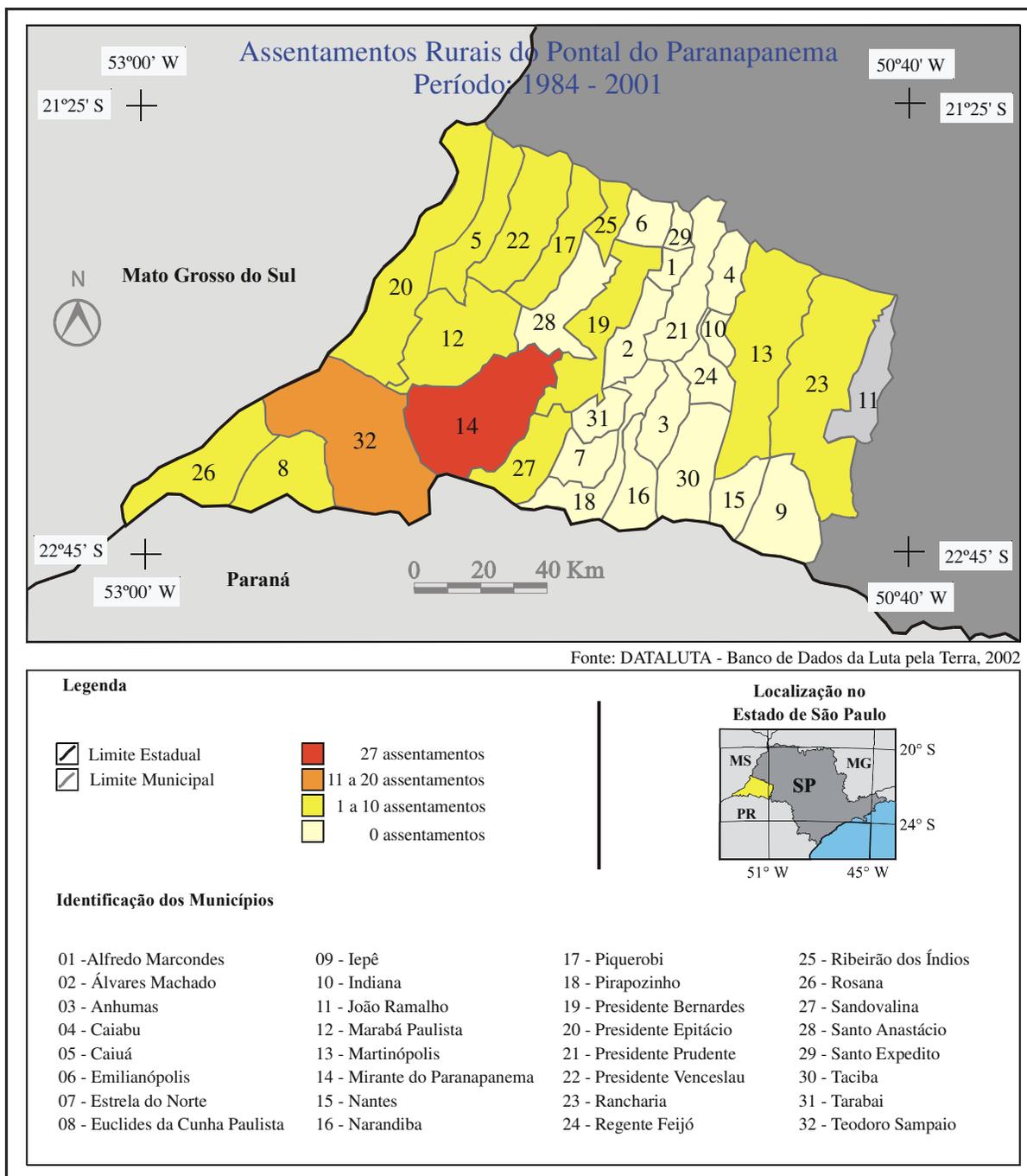
Fonte: [www.itesp.gov.br](http://www.itesp.gov.br) (acesso 18/01/2006)

Conforme figura 3.1, organizado pelo Núcleo de Estudos de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente, é possível verificar a extensão e localização de cada município, além da concentração de assentamentos por município, bem como os limites geográficos com os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul de acordo com os dados de 2002.

---

<sup>18</sup> Estes valores foram retirados da publicação do ITESP(2006b), e, como não sabemos se foram deflacionadas optamos por deixar os valores indicados daquele material de referência bibliográfico.

Figura 3.1 – Mapa da região do Pontal do Paranapanema.



Fonte: FERNANDES (2003)

Figura 3.2 – Mapa de localização do projeto de assentamento estudado bem como dos demais projetos de assentamento do Município do Mirante do Paranapanema (SP).

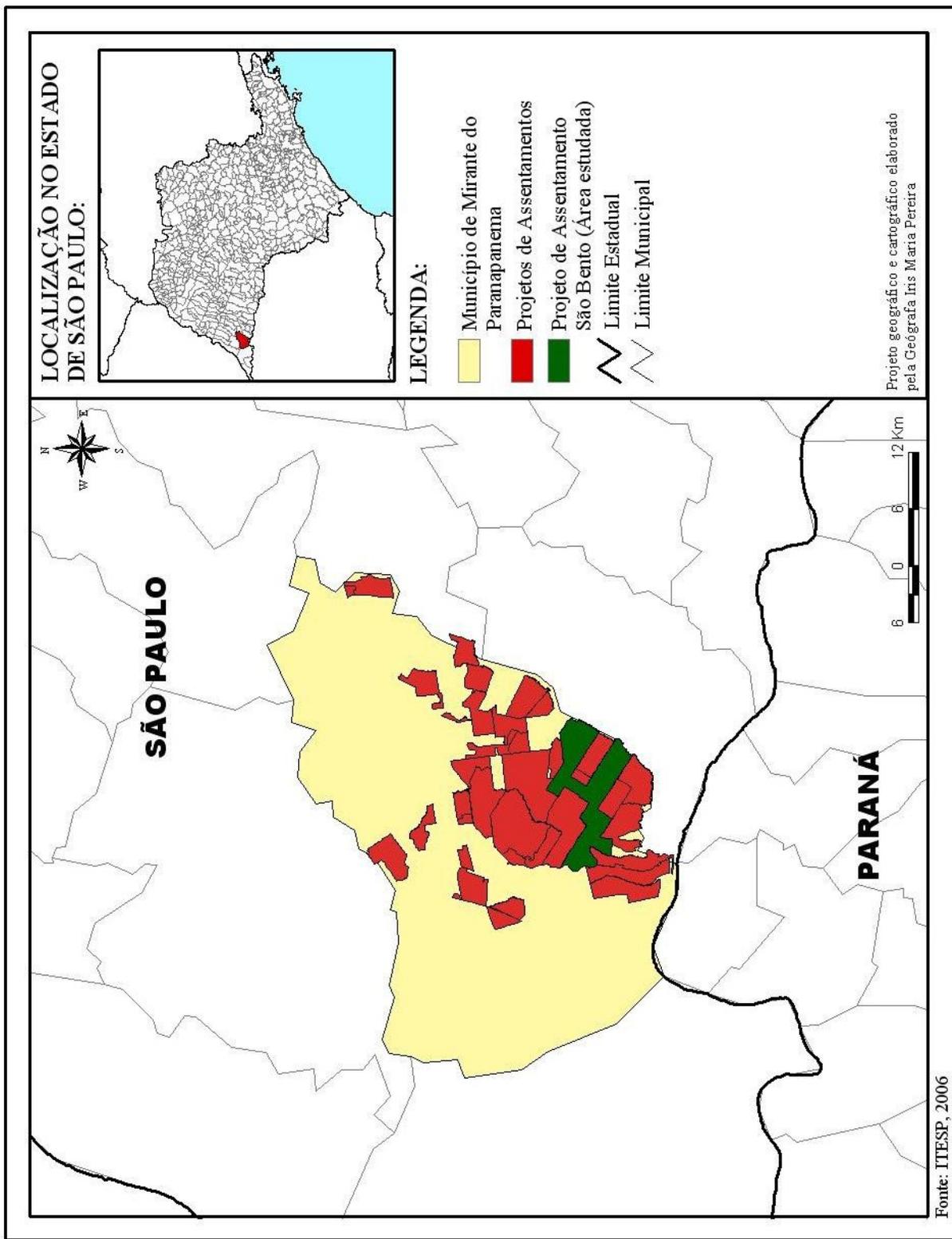
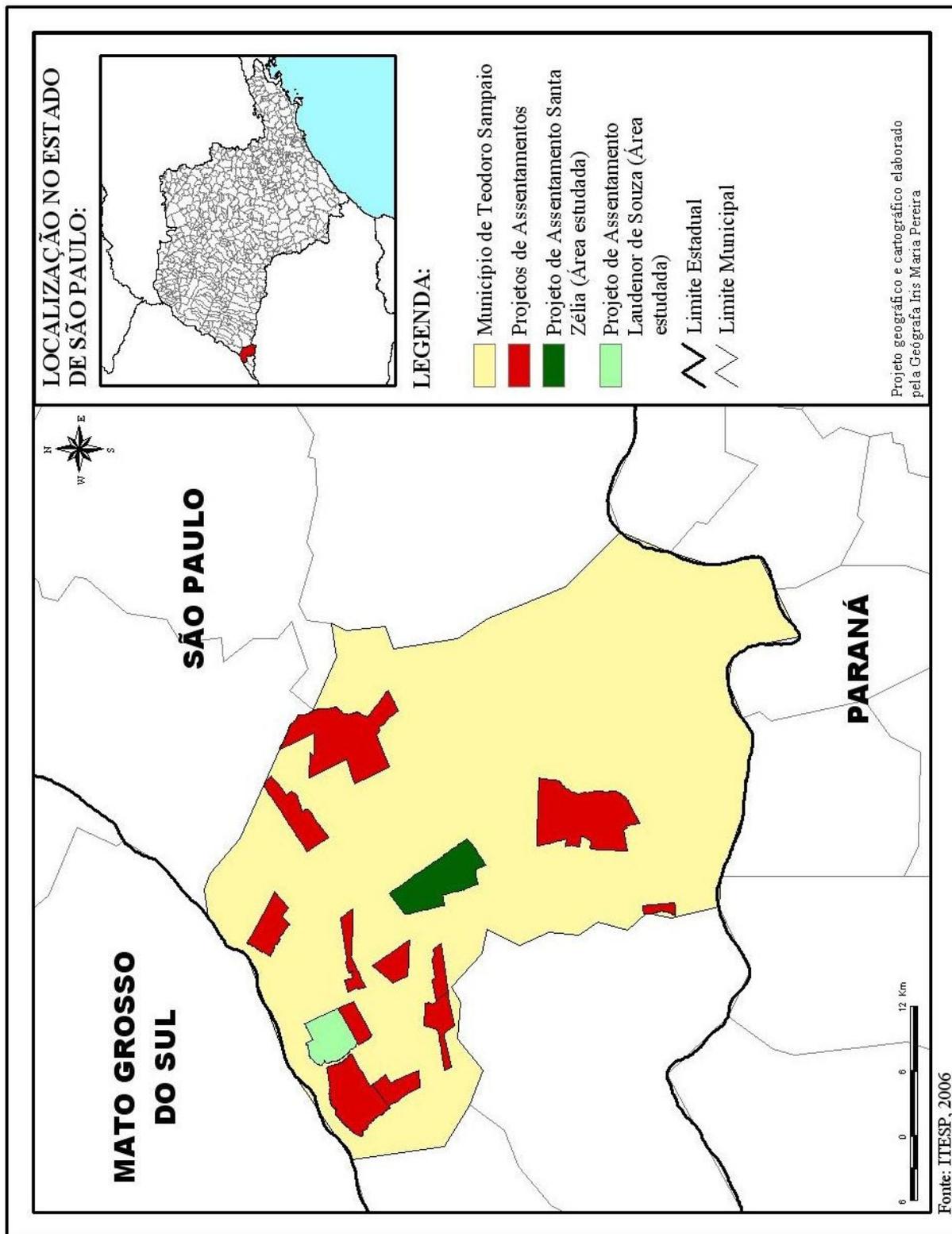


Figura 3.3 – Mapa de localização dos projetos de assentamento estudados bem como dos demais projetos de assentamento do Município do Teodoro Sampaio (SP).



Destacam-se os municípios de Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio e Euclides da Cunha, que concentram o maior número de assentamentos (60) e assentados (3.214), representando 58,3% para ambos aspectos, na região estudada, conforme demonstrado na Tabela 3.3.

Tabela 3.3: Assentamentos na Região do Pontal.

<b>Municípios</b>	<b>Nº. de assentamentos</b>	<b>Nº. de Famílias</b>	<b>Percentual (%)</b>
Caiuá	6	344	6,2
<b>Euclides da Cunha</b>	<b>9</b>	<b>1041</b>	<b>18,9</b>
Marabá Paulista	6	255	4,6
Martinópolis	2	124	2,2
<b>Mirante do Paranapanema</b>	<b>31</b>	<b>1324</b>	<b>24,0</b>
Piquerobi	3	84	1,5
Pres. Bernardes	8	266	4,8
Pres. Epitácio	4	318	5,8
Pres. Venceslau	5	249	4,5
Rancharia	2	199	3,6
Ribeirão dos Índios	1	40	0,7
Rosana	3	201	3,6
Sandovalina	2	198	3,6
<b>Teodoro Sampaio</b>	<b>20</b>	<b>849</b>	<b>15,4</b>
Tupi Paulista	1	31	0,6
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>5513</b>	<b>100,0</b>

Fonte: [www.itesp.gov.br](http://www.itesp.gov.br) (acesso 18/01/2006)

Importante destacar que os assentamentos do Pontal foram responsáveis na safra agrícola 2002/03 por 56 milhões de litros de leite, ou 48%, 32.678 toneladas de mandioca (28,7%) e ainda 27% de algodão e cerca de 8,3% do milho, do total produzido na região; tendo assim uma comprovada participação na dinâmica sócio-econômica e produtiva daqueles municípios onde estão inseridos (ITESP, 2004).

Devido a importância desta região na questão agrária foram escolhidos intencionalmente três assentamentos para a Pesquisa “(In)Segurança Alimentar em Grupos de Agricultores Familiares do Brasil”, desenvolvida pela FCM e FEAGRI/UNICAMP<sup>19</sup>. O projeto de assentamento São Bento, criado em 1994, com capacidade, para 182 lotes

<sup>19</sup> Pesquisa cadastrada pelo número 503527/2003-3, realizado através dos recursos disponibilizados através do edital promovido pelo CTAGRO/MCT/CNPq/MESA 01/2003.

familiares e área total de 5.190,50ha, sendo considerado um dos mais “antigos e grandes” da região com sede no município de Mirante do Paranapanema e os assentamentos Laudenor de Souza com 60 famílias, 1.545,20ha de área e criado em 1997 e o Santa Zélia, criado em 1999, com 104 lotes e 2.730,35ha, esses dois últimos localizados no município de Teodoro Sampaio tendo, todos, como domínio da terra o governo estadual. (BERGAMASCO e NORDER, 2002).

Os critérios considerados para a escolha dos municípios e assentamentos estudados basearam-se:

- Municípios com menor IDH; (Mirante do Paranapanema com 0,735 e Teodoro Sampaio com 0,757).
- Preferencialmente em assentamentos de diferentes municípios;
- Número de lotes nos assentamentos e que totalizariam aproximadamente 300 famílias;
- Questões de facilidade logística, como acesso, trafecabilidade, próximo à cidade onde os pesquisadores ficariam.

Por fim escolheram-se estes assentamentos devido à importância e representatividade que têm para a região, e por reunirem diversidade de culturas produtivas, social, participação e presença de mulheres, crianças e idosos, além de apresentar idade de instalação que permite vislumbrar um bom objeto de estudo e repostas às interrogações da citada pesquisa e deste trabalho.

## **CAP IV – A Segurança Alimentar e a produção de Autoconsumo em Assentamentos do Pontal do Paranapanema**

*“... educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.”*

**Paulo Freire**

Situações de insegurança alimentar podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas tais como: fome, obesidade, desnutrição, doenças associadas à má alimentação, o consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente natural ou as relações econômicas e sociais, alimentos e bens essenciais com preços abusivos e a imposição de padrões alimentares que respeitem a diversidade cultural (MALUF e REIS, 2005a), seriam alguns exemplos.

A vigilância alimentar e nutricional é, segundo MALUF E REIS (2005d), o monitoramento, a análise e a divulgação de dados sobre a situação alimentar e nutricional de dada população, incluindo informações sobre: produção, comercialização, consumo e utilização biológica dos alimentos. Para esses autores o monitoramento permite traçar perfis periódicos do quadro alimentar, nutricional e das condições gerais de saúde de populações específicas, identificar tendências e modificações ao longo do tempo e analisar suas causas. Isso possibilitaria uma compreensão integrada das diferentes dimensões que compõem a segurança alimentar e nutricional, possibilitando assim contribuir como ferramenta para tomada de decisões e formulações de ações públicas uma vez que: fornece diagnóstico; pode orientar ações intersetoriais e, ainda, contribuir para avaliar o impacto mais geral das intervenções implementadas.

Por meio da vigilância é possível identificar os grupos de risco que devem ser priorizados nos programas que compõem uma política de segurança alimentar, de forma precoce desses grupos, delineando as áreas geográficas de maior risco, possibilitando assim um encaminhamento prioritário desses segmentos para os programas sociais existentes. Permitindo que programas nas áreas de produção e comercialização de alimentos; suplementações; ou ainda ações de educação alimentar possam ser monitoradas.

Segundo MALUF e REIS (2005a) aos indivíduos e agrupamentos sociais, concorrem três fatores para a manifestação de insegurança alimentar.

1. Classes Sociais ou nível de renda.
2. Condição de gênero e geração.
3. Raízes étnicas e raciais.

A segurança alimentar pode (e deve) abranger os diversos setores relativos à produção, comercialização, consumo, utilização biológica dos alimentos e suas relações com a saúde humana. Pois somente promovendo uma intersectorialidade com ações integradas e operações conjuntas é possível alcançar, com maior facilidade, seu objetivo de garantir acesso a comida por parte dos cidadãos. (MALUF e REIS, 2005d).

#### **4.1- As Metodologias Mais Utilizadas para Captar a Insegurança Alimentar<sup>20</sup>**

Cinco são os métodos frequentemente adotados quando se trata em buscar maiores informações a respeito da segurança alimentar.

##### *a) Método para estimar as calorias disponíveis per capita.*

Este método, muito utilizado pela FAO, estima o consumo das calorias *per capita* disponíveis, tendo como parâmetro médio o valor de 2.242Kcal e 53g de proteínas, baseado na

---

<sup>20</sup> As anotações deste item foram retiradas de uma palestra proferida pelo Professor Rafael Perez-Escamilha da Universidade de Conecticut (EUA), dia 02/06/2005 no XII Congresso Brasileiro de Sociologia.

média da produção e estoques, importações e exportações e estimativas de número de habitantes do país avaliado.

A metodologia não permite identificar indivíduos ou famílias com insegurança alimentar, tampouco desagregar por idade ou sexo. Tem ainda a desvantagem de medir a disponibilidade, porém não o acesso de alimentos, tampouco a qualidade da dieta, conseqüentemente, não mensurando a vulnerabilidade à insegurança alimentar.

Apresenta a vantagem de que muitos países têm a disponibilidade dos dados para realizar essa média calórica, podendo assim ser atualizados constantemente. É útil para monitorar tendências nacionais, regionais ou globais, permitindo inclusive comparações entre os países. O Brasil, segundo Peliano (1993), tinha na época de seu estudo cerca de 3.280Kcal e 87g de proteína, porém mesmo assim eram apontados 32 milhões de brasileiros em risco de fome.

*b) Pesquisa de ingressos e gastos no domicílio.*

Baseia-se na entrevista de uma pessoa da família que se reporta quanto à entrada ou saída, do que se gasta com alimentos ou ainda aqueles alimentos recebidos como doação ou produzidos no domicílio, para um determinado período de referência, geralmente uma ou duas semanas ou até mesmo um mês.

Apresenta como desvantagem o fato de que os dados referem-se aos alimentos disponíveis e não efetivamente consumidos, tampouco aqueles consumidos em refeições realizadas fora. Este método não permite identificar pessoas (indivíduos) com insegurança alimentar. Poucos países aplicam este método devido inclusive dificuldade de padronização, apresenta um alto custo para digitação e processamento de informações. Pode ainda acarretar em erros devido a não inserção de elementos na questão dos gastos ou entradas ocorridos antes ou após do referido período de referência.

Como vantagem tem o fato de permitir identificar domicílios com insegurança alimentar, o que permite elaborar mapas de riscos, mensurando o risco calórico, qualidade da

alimentação e vulnerabilidade. Este método possibilita fazer investigações sobre as causas da insegurança alimentar e ainda avaliar programas nacionais contra a pobreza e a fome.

*c) Pesquisa de consumo de alimentos.*

Determina o consumo de alimentos que as pessoas tiveram por certo período de tempo (um dia, semana ou mês), podendo assim converter a ingestão de nutrientes de acordo com as proporções de porções consumidas. Isso é feito através de questionários em que as repostas informam o tamanho das porções, ou ainda, pesado os pratos individualmente, antes e após de alimentar-se em cada refeição.

As principais desvantagens para este método seriam: alto custo em caso de pesquisas nacionais; pode apresentar erro na medição devido à memória, ou tamanho e exatidão da resposta do sujeito, ou ainda alteração no padrão de consumo durante a pesquisa devido a esta ser, de certa maneira, invasora da privacidade do entrevistado. A biodisponibilidade dos nutrientes é diferente para o consumo de cada alimento e há pouco consenso sobre os requerimentos humanos para os distintos nutrientes.

Como vantagem apresenta a oportunidade de medir o consumo, e, não somente a aquisição de alimentos como o método anteriormente descrito no item b. Apresenta a quantidade (calorias) e qualidade (micronutrientes) dos alimentos consumidos. Identifica os indivíduos em risco de insegurança alimentar e permite estudar a distribuição intra-familiar de alimentos.

*d) Antropometria.*

Realiza a medição dos tamanhos, proporções e composição do corpo humano. Geralmente o peso e a altura dos indivíduos são os principais dados anotados como indicadores para este método. Esta é uma técnica altamente padronizada.

A desvantagem neste método é que os valores encontrados não, necessariamente, dizem respeito ao estado nutricional para as questões de insegurança alimentar, podendo refletir sim aspectos de saúde e não sobre a nutrição da pessoa avaliada naquele momento.

Apresenta a vantagem de que muitos países adotam esta metodologia, permitindo assim comparações (como entre crianças menores de cinco anos e mulheres adultas em idade reprodutiva). Pode servir ainda para detectar tendências, desde o nível nacional até familiar ou individual. Seu custo é considerado como um dos mais baixo quando comparado com as metodologias de avaliação dietéticas.

*e) Percepção de IA no domicílio.*

Metodologia desenvolvida a partir da década de 80, tendo nas investigações qualitativas e quantitativas, baseadas na escala produzida pela Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, quatro categorias de segurança alimentar e insegurança alimentar de acordo com a pontuação apresentada como respostas a um questionário. Este é aplicado em cada domicílio e respondido por um adulto (geralmente mulher adulta a cargo da alimentação daquele lar), quanto à percepção deste sobre a insegurança alimentar em sua residência, permite medir distintos graus de insegurança quanto à preocupação e/ou vulnerabilidade, qualidade da dieta e quantidade de alimentos, demonstrado, principalmente, para a fome em adultos e jovem ou criança.

Tem a desvantagem de ser uma metodologia com medidas subjetivas, sujeito a erro caso a pessoa entrevistada pense que poderá receber algum benefício ou recompensa pelo fato de responder sub ou superestimando sua realidade. Nos EUA, embora a escala forneça várias dimensões do fenômeno de insegurança alimentar, não captura a dimensão da segurança do alimento (qualidade microbiológica e de contaminação).

Sua principal vantagem é o fato de medir diretamente o fenômeno de interesse. A construção da escala foi baseada em pesquisas qualitativas e quantitativas rigorosas e sólidas. É o único método que trabalha com as informações físicas e também psicológicas da segurança alimentar. Possibilita monitoramento da insegurança alimentar, além de possuir baixo custo e capacidade de obter informação de forma rápida. Permite ainda realizar pesquisas sobre causas e conseqüências de insegurança.

O resultado do uso desta metodologia, nos Estados Unidos, contribuiu para mudar a atitude dos legisladores e população que julgavam não haver insegurança alimentar em um país rico onde a obesidade é freqüente (STUDDERT, 2001).

Este último método, devido sua aplicação para o Brasil estar sendo investigada e em fase final de adaptação, avaliação e validação é que foi utilizado para o presente trabalho.

#### **4.2- A construção da metodologia brasileira.**

Para VALENTE (sd) a “desnutrição, insegurança alimentar e fome são dimensões diferentes de um mesmo processo, e cada um deve ser medido de maneira adequada”.

Segundo s BICKEL (2000), as diferentes dimensões da insegurança alimentar<sup>21</sup> são quanto a:

- a) Receio ou medo de sofrer insegurança alimentar no futuro próximo (componente psicológico da insegurança).
- b) Problemas de qualidade da dieta de adultos e/ou crianças.
- c) Problemas de quantidade de alimentos para adultos e/ou crianças.
- d) Fome entre adultos e/ou crianças.

Nos EUA, a avaliação da insegurança alimentar e fome das famílias, por meio indireto, foi possível através de medidas baseadas em duas pesquisas do início dos anos 1990:

- a pesquisa qualitativa desenvolvida pela Universidade de Cornell e,
- os estudos do “Community Childhood Hunger Identification Project – CCHIP” (Projeto de Identificação da Fome na Infância).

Além dos EUA, também o Canadá, Senegal, Indonésia, Venezuela e Havaí vêm aplicando tal metodologia.

---

<sup>21</sup> O conceito de "insegurança alimentar" será aquele utilizado por BICKEL (2000) e WOLFE (2001) citado por MARIN-LEON et al (2005), como sendo “desde a percepção de preocupação e angústia ante a incerteza de dispor regularmente de comida, até a vivência de fome por não ter o que comer em todo um dia, passando pela perda da qualidade nutritiva, incluindo a diminuição da diversidade da dieta e da quantidade de alimentos”. ( MARIN-LEON et al, 2005)

Esta metodologia foi investigada, adaptada, debatida e validada para o Brasil, na busca de se obter a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), como forma de ter um indicador eficiente para identificar e acompanhar grupos populacionais sob risco (nutricional, alimentar, de fome, de insegurança alimentar). Para isto foi aprovado um questionário, composto por 15 perguntas sobre segurança. Para cada resposta positiva, sim é atribuído um ponto e a soma total destas respostas constitui o escore que classifica a situação de (in)segurança alimentar daquela família entrevistada.

O escore zero (0), nenhuma resposta positiva, indica família em situação de segurança alimentar. A somatória de 1 a 5 respostas positivas indica insegurança alimentar leve (IL) para as famílias com menores de 18 anos e 1 a 3 naqueles sem menores; a insegurança moderada (IM) corresponde a pontuação de 6 a 10 em famílias com menores e de 4 a 6 pontos naquelas sem e, por fim, a insegurança alimentar grave (IG) sendo estabelecida nas pontuações 11 a 15 para as famílias com menores e 7 e 8 naquelas sem estes.

Segundo SEGAL-CORREA (2003 e 2004), esta escala permite classificar/estimar a insegurança alimentar em diferentes categorias:

- a) Segurança Alimentar (SA).
- b) Insegurança Alimentar Leve (IL) – situação que não é observada fome entre os membros da família, mas já enfrentando dificuldades no acesso aos alimentos. Identifica a preocupação relativa a possibilidade do alimento vir a faltar, além de problemas com a qualidade da alimentação.
- c) Insegurança Alimentar Moderada (IM) – quando os adultos da família passam a sofrer restrições quantitativas na sua dieta.
- d) Insegurança Alimentar Grave (IG) – situação na qual a restrição alimentar é de tal ordem que a fome é observada também entre crianças da família.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), como os estudos até então realizados, apresenta: alta validade preditiva; associações significativas entre estratos de renda familiar mensal e níveis de insegurança alimentar, constituindo-se como um indicador de

medida direta da segurança e insegurança alimentar com validade para uso nos diversos contextos sociais e culturais brasileiros. Ressalva é feita para a população indígena restando a necessidade para realização de validação a este agrupamento por apresentar particularidades culturais e idiomáticas.

### **4.3 –A pesquisa de campo.**

Foi realizado treinamento, por parte das coordenadoras da pesquisa maior “*(In)Segurança Alimentar em Grupos de Agricultores Familiares do Brasil*”<sup>22</sup>, Maria de Fátima Archanjo Sampaio, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, Julieta Teresa Aier de Oliveira, Letícia Marin-Leon e Lúcia Kurdian Maranhã, nos dias 14 e 15 de março de 2005, com os 10 pesquisadores (alunos de programas de mestrado e doutorado) ligados, a FEAGRI/UNICAMP, que iriam para o Pontal do Paranapanema. Apresentaram-se os objetivos e necessidades a serem atingidas, bem como do questionário a ser aplicado, assim dividido:

- 1) Informações gerais;
- 2) Caracterização da propriedade/lote de produção;
- 3) Caracterização de Segurança Alimentar/Fome;
- 4) Caracterização sobre a obtenção de alimentos e seu consumo;
- 5) Condições de saúde e trabalho;
- 6) Apoio e Proteção Social;
- 7) Caracterização do Trabalho e da renda;
- 8) Antropometria
- 9) Observações gerais.

Todas as questões do questionário foram lidas e debatidas como deveriam ser coletadas e preenchidas no intuito de sanar as dúvidas que pudessem aparecer no momento da coleta. No dia 15 realizou-se o treinamento no que se refere à “antropometria”, ministrado pela pesquisadora Lucia Kurdian Maranhã, que constitui em pesar e medir a altura dos

---

<sup>22</sup> Pesquisa desenvolvida pela FCM e FEAGRI/UNICAMP, processo número 503527/2003-3, realizado através do edital promovido pelo CTAGRO/MCT/CNPq/MESA 01/2003.

entrevistados. Para os adultos foram utilizados os próprios entrevistadores, já para as crianças menores de cinco anos visitou-se uma escola infantil para que a técnica pudesse ser repassada.

Entre os dias 17 e 26 de março de 2005, os 10 pesquisadores foram para a região do Pontal do Paranapanema, para aplicar o questionário da pesquisa e assim buscar os dados relativos aos assentados daquela região.

O objetivo foi coletar informações, via aplicação de questionários, em 300 lotes/famílias de três Projetos de Assentamentos (PA's) distintos a saber:

a) PA São Bento, com 182 lotes cadastrados na lista de beneficiários e localizado no município de Mirante do Paranapanema.

b) PA Santa Zélia, com 104 lotes cadastrados na lista de beneficiários e localizado no município de Teodoro Sampaio.

c) PA Laudenor de Souza, com 60 lotes cadastrados na lista de beneficiários e também localizado no município de Teodoro Sampaio.

Totalizando assim 346 lotes possíveis de serem visitados. Destes, 301 responderam os inquéritos da pesquisa assim discriminados: No PA São Bento 159 (87,36% do total), no PA Santa Zélia 92 (88,46%) e no Laudenor de Souza 50 (83,3% do total). Observa-se assim, mesmo não intencionalmente, certa percentagem homogênea na coleta dos dados nos diferentes assentamentos conforme descrito na Tabela 4.1.

Tabela 4.1 – Número de lotes e percentual visitado em cada um dos assentamentos onde foi realizada a pesquisa.

<b>Assentamento</b>	<b>Total de lotes do assentamento (N)</b>	<b>Lotes visitados (n)</b>	<b>Porcentagem visitada do total de lotes (n/N em %)</b>
<b>Laudenor de Souza</b>	60	49	81,67
<b>Santa Zélia</b>	104	93	89,42
<b>São Bento</b>	182	159	87,36
<b>Total</b>	<b>346</b>	<b>301</b>	<b>86,99</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Não foi realizado o censo principalmente devido: lotes vagos e/ou esperando por regularizações; ausência de moradores no momento da passagem do entrevistador e ainda algumas poucas recusas para fornecer as informações necessárias. As “não coletas” não afetaram os dados finais uma vez que temos um número alto e representativo (mesmo proporcionalmente) dos moradores e lotes dos assentamentos em questão.

Foram utilizados três carros (locados em Presidente Prudente) para tal fim, além de instrumentos como balanças digitais, utilizadas para pesar os entrevistados e crianças (as de colo eram pesadas junto com o responsável e ao final descontado o peso deste), além de antropômetros para medir a altura de adultos e crianças e materiais como pranchetas e mapas dos PA's.

Adotou-se como estratégia ir para campo todo o grupo, com os três carros ao mesmo tempo, para o mesmo assentamento buscando assim obter com maior rapidez na aplicação do questionário naquele assentamento estudado, além de poder assim mostrar aos pesquisadores as diferenças, características e dificuldades entre as três áreas de estudo.

Os assentados foram avisados através de bilhetes distribuídos na escola do assentamento que a equipe de pesquisa estaria coletando dados para a pesquisa. Esta estratégia apresentou resultados, pois muitas famílias tinham crianças estudando e através destes ficavam sabendo de nossa “passagem”. Os assentados que não receberam os bilhetes geralmente ficavam sabendo pelos vizinhos ou no momento que chegávamos para entrevistá-los, porém não apresentavam qualquer resistência para receber os pesquisadores que na maioria das vezes eram bem recebidos.

O São Bento, por ser o maior e por isso apresentar-se como de maiores dificuldades (devido a distâncias entre os diversos assentados dispersos na área e com piores estradas para trafegabilidade em alguns setores) foi o primeiro a ser coletado. Neste assentamento, tivemos, ainda, que retornar para buscar mais questionários, devido ter ficado o maior número de lotes sem informações para fechar o número mínimo de 300 amostras a serem coletadas.

O assentamento Santa Zélia foi o segundo visitado, utilizando-se da mesma metodologia do anterior, avisava-se os professores da escola do local um ou dois dias anterior a nossa visita para “preparar” o público de nossa visita.

Por último foi aplicado o questionário no PA Laudenor de Souza por se apresentar como mais distante, dentre os pesquisados, e com o menor número de famílias, onde por isso se buscava aplicar os questionários em apenas um dia. Neste assentamento utilizou-se de uma reunião, um dia antes de iniciarmos os trabalhos naquele PA, que foi feita pelos técnicos da Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços aos Assentados no Pontal (COCAMP) para além de avisar as famílias que iríamos fazer o trabalho, também aproveitou-se para aplicar o questionário nas pessoas que lá estavam. Isto foi interessante, pois os sete pesquisadores que lá foram conseguiram entrevistar em duas horas um quarto das famílias do assentamento. O público principal desta reunião foram as mulheres que também estavam acompanhadas das crianças que, quando se enquadravam na pesquisa, também eram pesadas e medidas.

O processamento e a organização do banco de dados foi realizada por uma equipe especializada (que trabalhou na pesquisa maior, pois inclusive envolveu a coleta de outros campos de estudos, além do Pontal do Paranapanema) utilizando-se de um bolsista de Estatística da UNICAMP, Sergio Coichev, que trabalhou no software Microsoft Access uma vez que este programa permite uma segurança e controle de digitação no momento de passar todos os questionários para o computador. Após a digitação do banco de dados, os dados foram organizados e transportados para o software Statistical Packet for Social Sciences – SPSS que resultou em tabelas específicas de acordo com a necessidade de análise para a “pesquisa mãe” das quais muitos dados foram utilizados para esta pesquisa. Paralelamente a isso foi realizado o trabalho de "limpeza nos dados" buscando uma apuração criteriosa do banco construído. Nesse sentido, foram realizados vários procedimentos, dentre os quais, análises descritivas e exploratórias para análise da consistência dos dados coletados.

Cada uma das tabelas contidas no questionário aplicado requereu um procedimento específico para utilização dos dados, por exemplo, nas tabelas de produção vegetal, animal, de

alimentos processados, extração vegetal dentre outras, existiu a necessidade de equalização dos dados no sistema métrico internacional, dentre outras medidas de avaliação e correção que ainda estão sendo processadas e, portanto, dados e resultados específicos para este trabalho não puderam ser utilizados.

#### **4.4) Resultados e Discussões**

Os resultados do teste estatístico, que mede a significância de consistência, denominado Alpha de Chronbach, encontram-se, para os questionários aplicados nos assentados do Pontal do Paranapanema, em 0,8893, portanto dentro de um valor mínimo aceitável de 0,85, apresentando significativa consistência dos dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

Dos 301 domicílios/lotes visitados, encontrou-se como idades dos chefes de família uma média de 47,06 tendo uma variação de 20 (como o mínimo encontrado) e máximo de 80 anos, sendo uma mediana de 46 anos. Destes 13 (4,3%) chefes de família freqüentavam a escola no período realizado pela pesquisa e 277 (92%) não e 11 (3,7%) ficaram sem informação. A maior concentração (quase 70%)<sup>23</sup> da escolaridade dos chefes de família situa-se no nível fundamental, (mais ou igual a quatro anos de estudo, com 37,9%; mais que quatro 21,3% e completo, ou seja, 8 anos de estudo com 10%), demonstrando ser, os assentamentos, assim como o meio rural brasileiro, um importante local de postos de trabalho para pessoas com poucos anos de estudo.

Para simplificação do estudo, resolveu-se agrupar o quadro de escolaridade, tendo as seguintes variáveis: chefes com menos de quatro, de quatro a oito e acima de oito anos de estudo. A concentração dos chefes de família, da população estudada, concentra-se principalmente abaixo de 8 anos de estudo, praticamente 90%, enquanto que os acima de oito anos ficam pouco mais de 10% destes (Tabela 4.2).

---

<sup>23</sup> Sem contar os sem informação (3,7%), sem escolaridade (4,0%), os que não sabe ler e escrever (6,6%) e aqueles que sabem ler e escrever (5,6%), totalizando, 19,9%. Portanto somente algo próximo a 10%, dos titulares assentados, possui escolaridade acima do ensino médio.

Tabela 4.2 – Escolaridade, número de casos e porcentagem dos chefes de família dos assentamentos pesquisados.

<b>Escolaridade</b>	<b>Casos</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Porcentagem dos casos Válidos (%)</b>
≤ 4	163	54,2	56,6
4 a 8	94	31,2	32,6
> 8	31	10,3	10,8
<b>Total válidos</b>	288	95,7	100,0
<b>Sem informação</b>	13	4,3	-
<b>Total</b>	<b>301</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

Para se obter o nível de segurança alimentar - (I)SA – que também foi utilizado para o cruzamentos das diversas variáveis tais como raça, renda, escolaridade, produções vegetais e animais entre outras utilizadas neste trabalho, chegou-se ao total de 297 questionários válidos, após tabulação do dados, e possíveis para se efetuar as comparações. A Tabela 4.3 apresenta estes valores encontrados.

Tabela 4.3 - Detalhamento no nível de (In)segurança Alimentar nos assentamento estudados.

<b>Condição de (I)SA</b>		<b>Laudenor de Souza</b>	<b>Santa Zélia</b>	<b>São Bento</b>	<b>Pontal do Paranapanema</b>
<b>SA</b>	Nº. de famílias em cada condição (n)	22	37	6,3	<b>122</b>
	% dentro da condição	44,9	40,7	40,1	<b>41,1</b>
<b>IL</b>	Nº. de famílias em cada condição (n)	18	37	66	<b>121</b>
	% dentro da condição	36,7	40,7	42,0	<b>40,7</b>
<b>IM</b>	Nº. de famílias em cada condição (n)	6	16	20	<b>42</b>
	% dentro da condição	12,2	17,6	12,7	<b>14,1</b>
<b>IG</b>	Nº. de famílias em cada condição (n)	3	1	8	<b>12</b>
	% dentro da condição	6,1	1,1	5,1	<b>4,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Esta tabela (4.3) apresenta, detalhadamente, para cada um dos assentamentos estudados, os respectivos níveis de (in)segurança alimentar, mantendo entre estes e o índice encontrado, certa proporcionalidade, inclusive o total para o conjunto dos três assentamentos estudados no Pontal do Paranapanema.

Os valores máximos e mínimos encontrados em cada um dos níveis para os assentamentos estudados no Pontal foram: para a segurança alimentar (SA), de 44,9 e 40,1; na insegurança leve (IL) 42,0 e 36,7; na insegurança moderada (IM) 17,6 e 12,2 e a insegurança grave (IG) 6,1 e 1,1.

Os valores encontrados para o Pontal foram: para segurança alimentar (41,1%) e o de insegurança alimentar leve (40,7%), ou seja, a “fome psicológica” ou possibilidade de vir a faltar e/ou problemas na qualidade, o que nos leva a afirmar que 80,8% dos assentados estudados estão com condição de “garantia alimentar”; enquanto 14,1% em situação preocupante (IM) com restrições alimentares e 4,0% em situação precárias e/ou passando fome. Estes dois últimos agrupamentos, portanto, devem ou deveriam ser alvos de políticas emergenciais (tais como cestas básicas) seguidas de ações estruturantes (tais como kit hortas, pomar, créditos e assistência técnica diferenciada, entre outras ações) para melhorar suas condições.

As figuras 4.1, 4.2 e 4.3 trazem a visualização dentro de cada um dos assentamentos estudados para cada uma das condições de (in)segurança alimentar apresentada. Este modo pode ser muito útil para que a assistência técnica utilize-se de estratégias diferenciadas para cada uma das regiões caracterizadas e ainda buscar entender o porquê de determinado nível predominar em determinado espaço. Ou até mesmo busque se compreender o que leva alguns lotes não terem as mesmas condições alimentares dos que seus vizinhos, tais como: edáficas, cultural, acesso à assistência técnica e/ou crédito, vínculo familiar, entre outras possibilidades a serem observadas e levantadas “*in loco*”.

Figura 4.1 - Assentamento Laudenor de Souza (Teodoro Sampaio) contendo os índices de (in)segurança alimentar por lote.

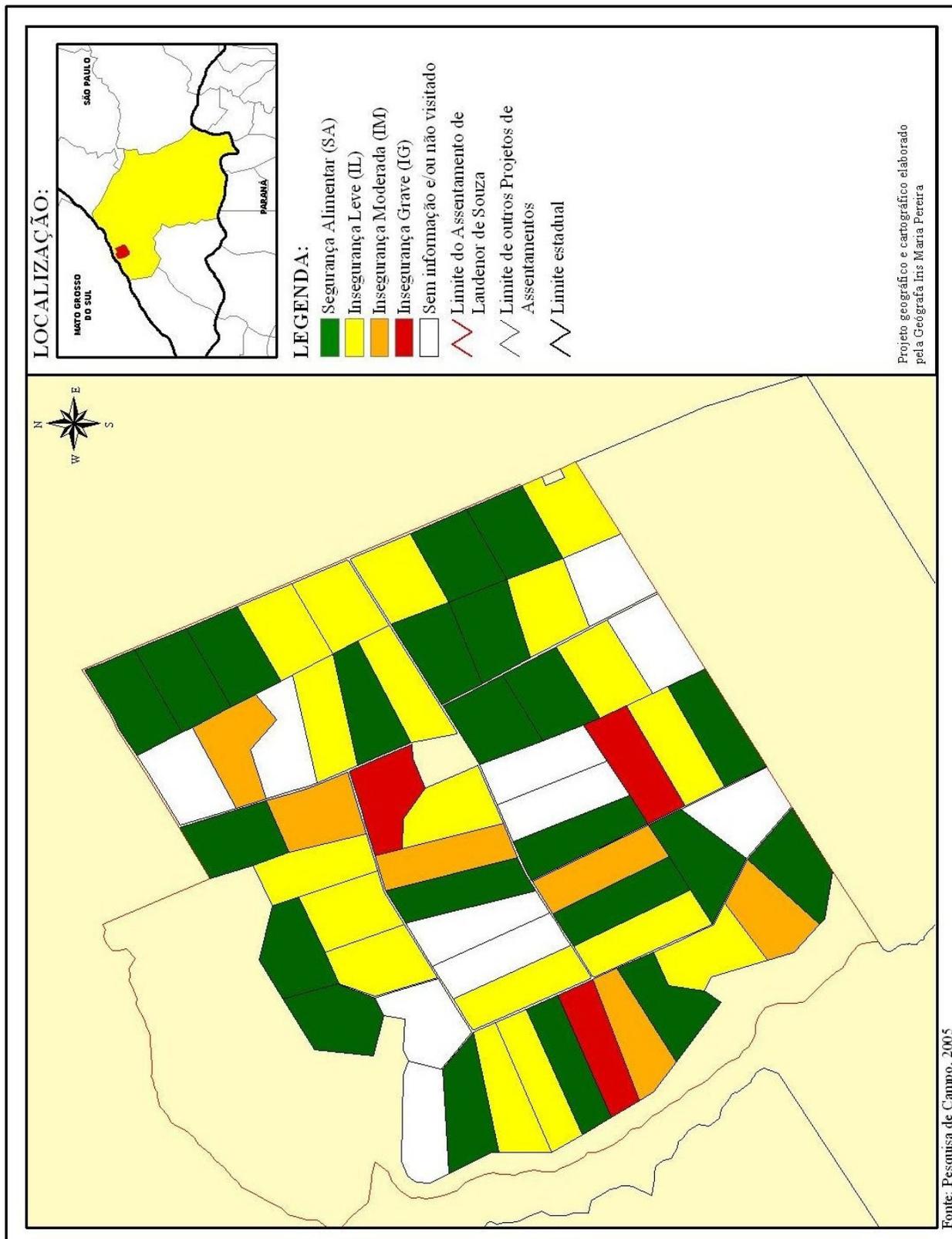


Figura 4.2 - Assentamento Santa Zélia (Teodoro Sampaio) contendo os índices de (in)segurança alimentar por lote.

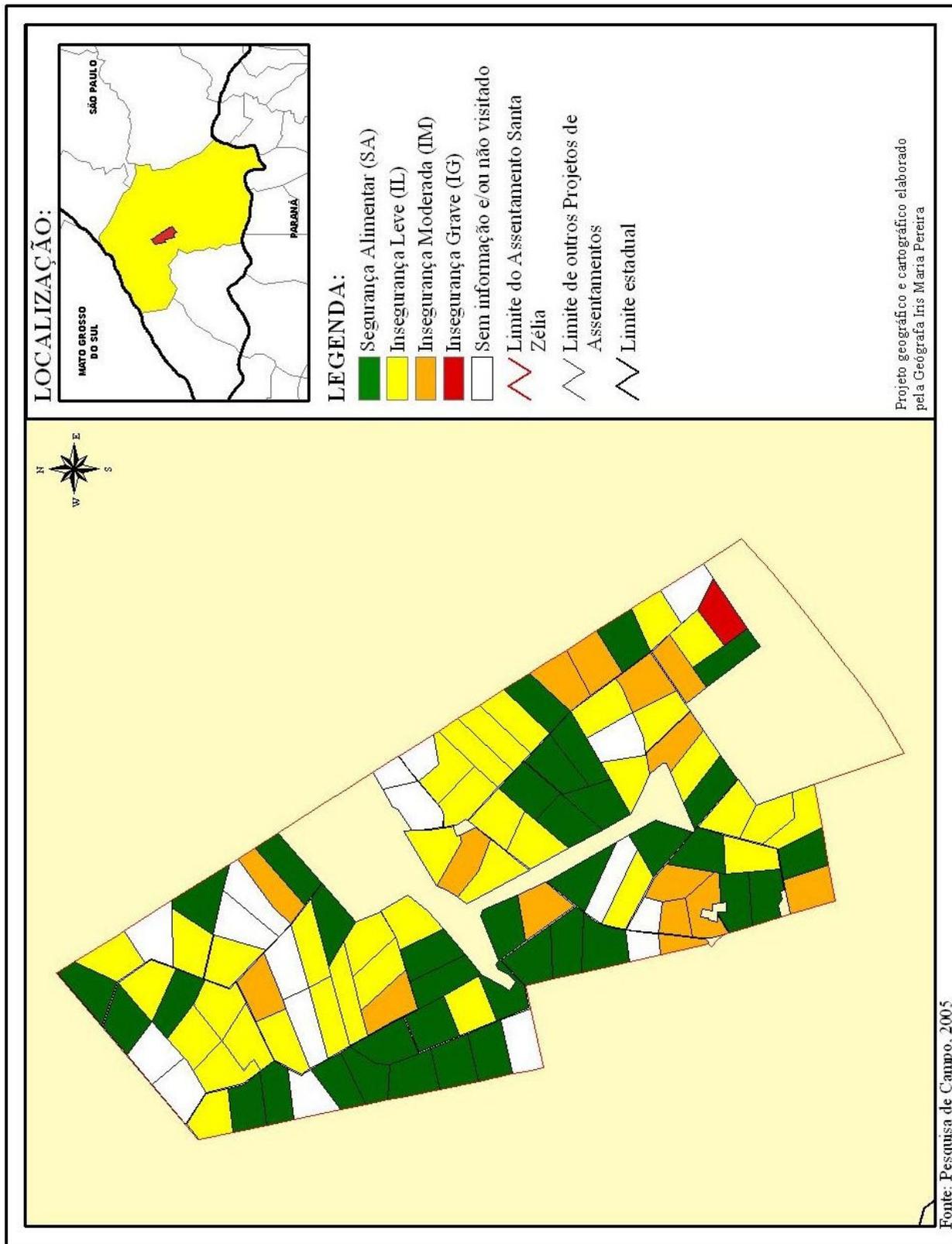
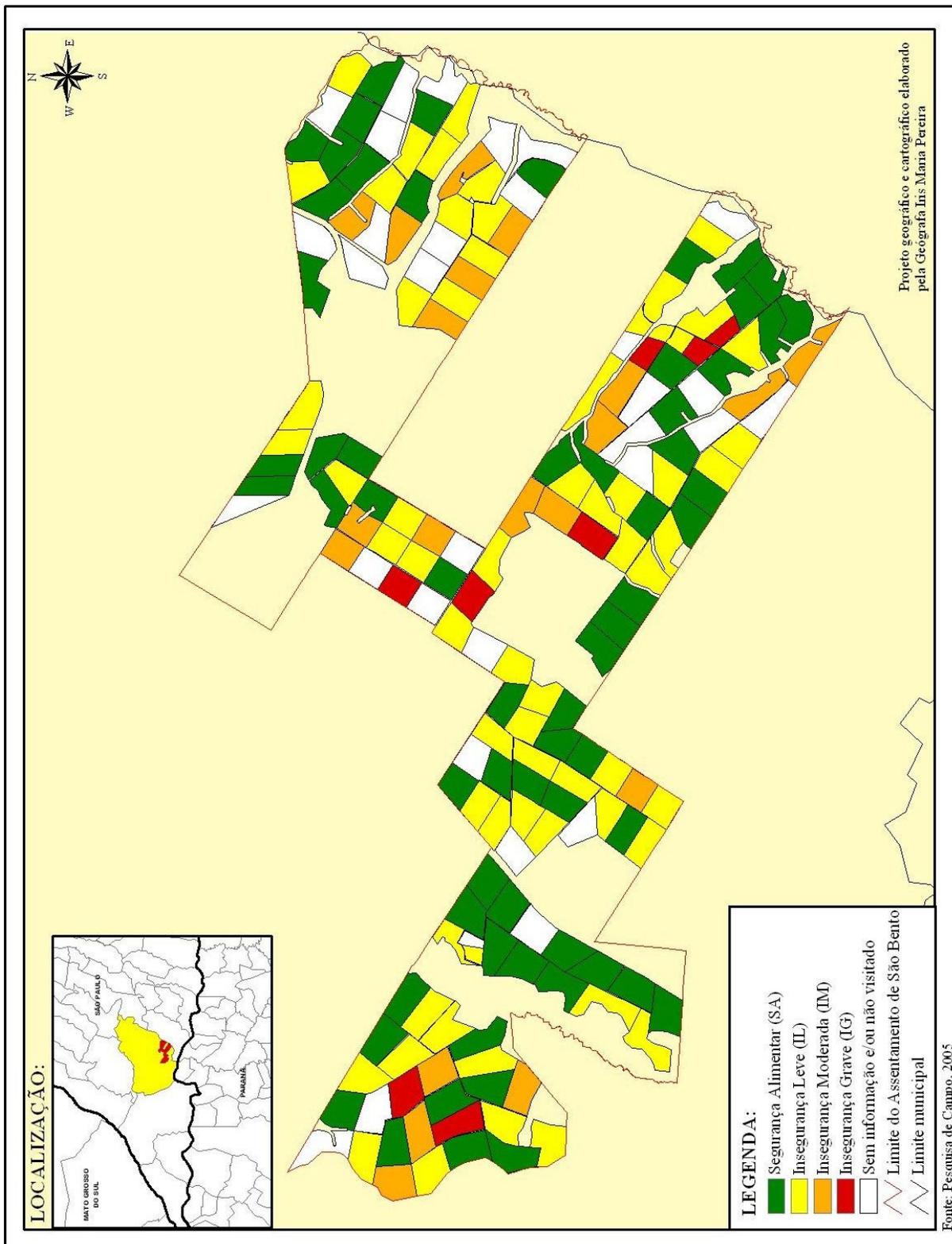


Figura 4.3 - Assentamento São Bento (Mirante do Paranapanema) contendo os índices de (in)segurança alimentar por lote.



Os mapas (figuras 4.1, 4.2 e 4.3) contendo o detalhamento das condições de (I)AS permitem constatar que se deve realizar uma ação específica para determinadas famílias, devido à proximidade espacial que apresentam entre si, pois algumas regiões apresentam-se com predominância de famílias em níveis de Insegurança Alimentar Leve (IL) bem como Moderada (IM) como nos caso dos P.A.´s Santa Zélia e São Bento. Da mesma maneira verificam-se “blocos” de famílias com níveis de segurança alimentar também nestes mesmos assentamentos. Já para o assentamento Lauderor de Souza, observa-se que este requer que sejam realizadas ações no intuito de melhorar as condições de Insegurança Leve que está muito próxima geograficamente, das famílias em níveis de segurança alimentar (SA).

Neste trabalho poucos entrevistados foram os que se definiram como negros, apenas 19 (6,3% do total) dos chefes de família, muitos como brancos (123, 40,9%), por vezes não sendo, aparentando serem mais próximos do grupo dos pardos (141, 47,2%), que também foram chamados de morenos; 19 (6,3%) lotes ficaram sem informação quanto a cor/raça. Para o cruzamento desta variável para se encontrar o nível de (in)segurança, (Tabela 4.4) foram validadas 283 famílias(94,0%) enquanto 18 ficaram fora (5,9%) das 301 entrevistadas. No intuito de evitar um resultado que pudesse apresentar uma melhor realidade da questão racial, optou-se por juntar o grupo dos negros e pardos. Embora apresentem valores inferiores aos brancos para a segurança alimentar (SA), nos demais níveis apresentam-se em condições melhores que estes.

Tabela 4.4 - Detalhamento no nível de (In)segurança Alimentar nos assentamentos com relação a cor/raça nos assentamentos estudados.

COR/RAÇA		SA (%)	IL (%)	IM (%)	IG (%)	Total
<b>Branco</b>	<b>n</b>	54	44	20	5	123
	<b>%</b>	43,9	35,8	16,3	4,1	100,0
<b>Negro+Pardo</b>	<b>n</b>	63	73	19	5	160
	<b>%</b>	39,4	45,7	11,9	3,1	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>n</b>	<b>117</b>	<b>117</b>	<b>39</b>	<b>10</b>	<b>283</b>
	<b>%</b>	<b>41,3</b>	<b>41,3</b>	<b>13,8</b>	<b>3,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Outro dado importante, e estudado para a questão da segurança alimentar, é a relação com o nível de renda familiar. Este dado foi retirado através de uma pergunta direta elaborada no questionário, onde se perguntava quantos salários mínimos mensais aquela família tinha disponível. Para os assentamentos estudados verificou-se a composição, conforme Tabela 4.5, descrito a seguir.

Tabela 4.5 – Quantidade de famílias e suas rendas nos assentamentos estudados.

<b>Renda (em Salários Mínimos)</b>	<b>Quantidade de famílias encontrada</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Porcentagem Valida (%)</b>
<b>até 0,5</b>	13	4,3	4,5
<b>De 0,5 a 1</b>	67	22,3	23,1
<b>de 1 a 2</b>	124	41,2	42,8
<b>de 2 a 3</b>	50	16,6	17,2
<b>de 3 a 4</b>	23	7,6	7,9
<b>+ de 4 SM</b>	13	4,3	4,5
<b>Total com resposta</b>	290	96,3	100,0
<b>Sem respostas</b>	11	3,7	-
<b>Total geral</b>	<b>301</b>	<b>100,0</b>	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A maioria dos assentados estudados (83,1%) está localizada nos estratos de renda variando de meio até três salários mínimos.

Na pesquisa realizada com famílias urbanas e rurais por SEGAL-CORREA et al (2003; 2004), apontou a não existência de segurança alimentar para as famílias que recebiam menos de um salário mínimo, e, naquelas com mais de cinco, a insegurança alimentar é praticamente inexistente.

Na pesquisa de campo, com os assentamentos, apesar de poucas famílias declararem-se com renda inferior a um salário mínimo, o índice de segurança alimentar foi de 22,5%,

conforme a Tabela 4.6. Para este cruzamento foram validados 287 casos (95,3%) enquanto que 14 (4,7%) deles não puderam ser utilizados devido à composição das variáveis utilizadas pelo programa SPSS. Para simplificação dos resultados, foram estratificados em três variações de intervalos de renda em salários mínimos.

Tabela 4.6 - Detalhamento, no nível de (In)segurança Alimentar com relação ao nível de renda nos assentamentos estudados.

<b>Renda em Salário Mínimos (SM)</b>	<b>SA</b>	<b>IL</b>	<b>IM</b>	<b>IS</b>
<b>&lt; 1</b>	22,5	37,1	20,2	20,2
<b>≥ 1 a &lt; 3</b>	43,4	42,2	12,1	2,3
<b>≥ 3 a &lt; 4</b>	71,4	25,7	2,9	0,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

De um modo geral, para os assentamentos estudados, observou-se que para as famílias com rendimento acima de três salários mínimos mensais, não existe a fome ou restrição alimentar, tendo apenas caso de insegurança leve (a fome psicológica), ou seja, não necessariamente passam por problemas de acesso aos alimentos.

A pesquisa “Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária”, que na época gerou um intenso debate, realizada entre março e novembro de 1991, refletia o conhecimento/ avaliação dos assentamentos daquele período. Foi feita com 1,1% do universo de famílias assentadas (828 famílias entre 74.938). De uma maneira geral demonstra que as condições de vida dos assentados estariam, para os mesmos extratos de renda, melhores que outras categorias de trabalhadores rurais. O trabalho demonstrava assim a viabilização dos assentamentos, uma vez que os assentados teriam cerca de 3,7 salário mínimo/família/mês e com grande contribuição para isso da produção de autoconsumo (GUANZIROLI et al, 1994). Para este estudo foi encontrado um valor (percentual) do autoconsumo<sup>24</sup> menor para as famílias com maiores rendas e maior para aquelas que têm menor renda.

<sup>24</sup> Renda de autoconsumo: é a renda gerada pela atividade de consumo de sua própria produção, as quantidades consumidas (segundo declaração) foram avaliadas de acordo com os mesmos preços de venda, ou seja, trata-se de renda que o agricultor obterá se vendesse, ao invés de consumir esta parcela da produção (GUANZIROLI et al, 1994).

CASTRO (1994:89) aponta a precaução e cuidado as serem tomados quando se colocar valores que seriam (são) obtidos do autoconsumo na renda total, pois tende a falsear o valor/renda que a propriedade/família tira através da relação com o mercado e aponta que cerca de 37% da renda total são provindas das práticas de autoconsumo.

No trabalho de SANTOS e BOTTA FERRANTE (2003), na média per capita para o Estado de São Paulo, foi encontrado um autoconsumo de cerca de 419,86 Kg/ano, correspondendo a R\$ 402,17 o valor econômico dos itens para autoconsumo, tais como pequenas criações, pecuária, horta, lavoura, pomar e derivados. Quando estudadas as quantidades consumidas, seria a pecuária (principalmente pelo leite), pomar, lavouras, pequenas criações, hortas e derivados e processados. O valor médio mensal por pessoa foi de R\$ 23,31 (em compras realizados mercados) e mais R\$ 33,04 (provindos do lote), ou seja, uma média de R\$ 56,36 por mês/pessoa.

No que se refere à esfera agrícola ou rural, onde se localizam os mais elevados índices de pobreza (INSTITUTO CIDADANIA, 2002), a produção agroalimentar constitui-se simultaneamente na principal fonte de renda na maioria das famílias mesmo considerando que essa renda seja crescentemente composta de outros elementos (atividades não agrícolas, transferência de renda como a previdência, etc.). A renda dos agricultores familiares provém das atividades agrícolas, embora tenha a discussão da pluriatividade e serviços nas unidades produtivas. As estratégias de sobrevivência baseiam-se em combinações de diferentes fontes de renda.

O trabalho copilado por GUANZIROLI et al (1994) retrata que a renda de autoconsumo não obteve variação significativa nos diferentes assentados das regiões estudadas na época, mantém-se de certa forma, constante. Ainda apontava que um aspecto a ser sublinhado era de que as famílias dos assentados melhor sucedidas dedicam-se integralmente às atividades agrícolas, pecuárias e de autoconsumo (esta última que também é uma atividade agrícola e pecuária).

Para ROMEIRO (1994:78) este trabalho (de GUANZIROLI et al, 1994) ainda demonstra que ocorreu um aumento no patrimônio (desde o início de assentado), ou seja, ocorreu uma reprodução ampliada.

“(...) a renda real auferida é significativamente superior, dado que a renda de autoconsumo, que representa mais 1/3 da renda mensal, foi calculada com base nos preços de venda obtidos pelos produtores, os quais são, via de regra, irrisórios quando comparadas com os preços de venda desses produtos nos mercados urbanos. Em outras palavras, a cesta de consumo alimentar do trabalhador beneficiários do acesso a terra é significativamente superior ao do trabalhador urbano para iguais níveis de renda monetária”.

Os assentamentos rurais levam, certamente, a uma melhoria na distribuição de renda e, conseqüentemente, a um aumento na demanda por alimentos, por parte das famílias que não se alimentavam adequadamente. Além dos integrantes da força de trabalho familiar, que são empregados diretamente na atividade do lote, no estado de São Paulo, segundo a Fundação Instituto de Terras de São Paulo (ITESP,1998) cada lote gera 3,2 empregos diretos da força de trabalho familiar, o processo de assentamento apresenta um importante potencial de geração de empregos diretos e indiretos.

A sociedade brasileira é caracterizada por uma elevada concentração de renda, em que boa parte da população não tem acesso à segurança alimentar, então preços mais altos de alimentos contribuem para agravar as desigualdades sociais. A agricultura tem como uma das suas características mais importantes a geração de emprego e renda, em especial para empregar mão-de-obra pouco qualificada (anos de estudo), fato concreto de grande parte das pequenas e médias cidades de nosso país.

A escolaridade do chefe de família também foi um dos critérios avaliados. Foram considerados, 284 (94,35%) questionários válidos nesta condição, para correlacionar com o estado de (I)SA e a escolaridade do chefe de família, enquanto 17 (5,65) foram desconsiderados para esta análise, conforme resultados apresentado no Quadro 4.7.

Quadro 4.7 - Detalhamento no nível de (In)segurança Alimentar com relação a escolaridade do chefe de família, nos assentamentos estudados.

Anos de estudo	Especificações	Condição de (I)SA (%)				Total
		SA	IL	IM	IG	
≤ 4	Quantidade de famílias no Pontal e em cada condição	67	64	6,4	7	161
	% dentro da escolaridade do chefe de família	41,6	39,8	14,3	4,3	-
4 a 8	Quantidade de famílias no Pontal e em cada condição	37	39	13	3	92
	% dentro da escolaridade do chefe de família	40,2	42,4	14,1	3,3	-
>8	Quantidade de famílias no Pontal e em cada condição	13	15	3	0	31
	% dentro da escolaridade do chefe de família	41,9	18,4	9,7	0,0	-
Total	Quantidade de famílias em todos os assentamentos e em cada condição	117	118	39	10	284
	% dentro do total amostrado e válido para esta variável no Pontal	41,2	41,5	13,7	3,5	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

A condição de (I)SA, não diminui bruscamente com o aumento do nível escolar do chefe de família para o agrupamento pesquisado para as condições de segurança alimentar e insegurança leve. Neste estudo 67 (41,6%) famílias, com chefes de família com menos de 4 anos de estudo, estão em situação de segurança alimentar, mantendo-se em 40,6% para as escolaridades de 4 a 8 anos e 41,9% para os com mais de 8 anos, para uma média do total pesquisado de 41,2%. Já para a condição de insegurança alimentar, os percentuais encontrados apresentam, para os casos de insegurança leve, uma relação direta aumentando de acordo com o aumento da escolaridade. Para os casos de insegurança moderada e insegurança grave, mostrou-se uma relação inversa (quanto mais estudos, menor o índice de insegurança) como realmente é de se esperar. Não ocorreu nenhum caso de insegurança grave para os chefes de família com escolaridade maior que oito anos e apenas três casos (representando 9,7%) no nível de insegurança moderada. Mesmo para as escolaridades entre 4 a 8 anos de estudo, os

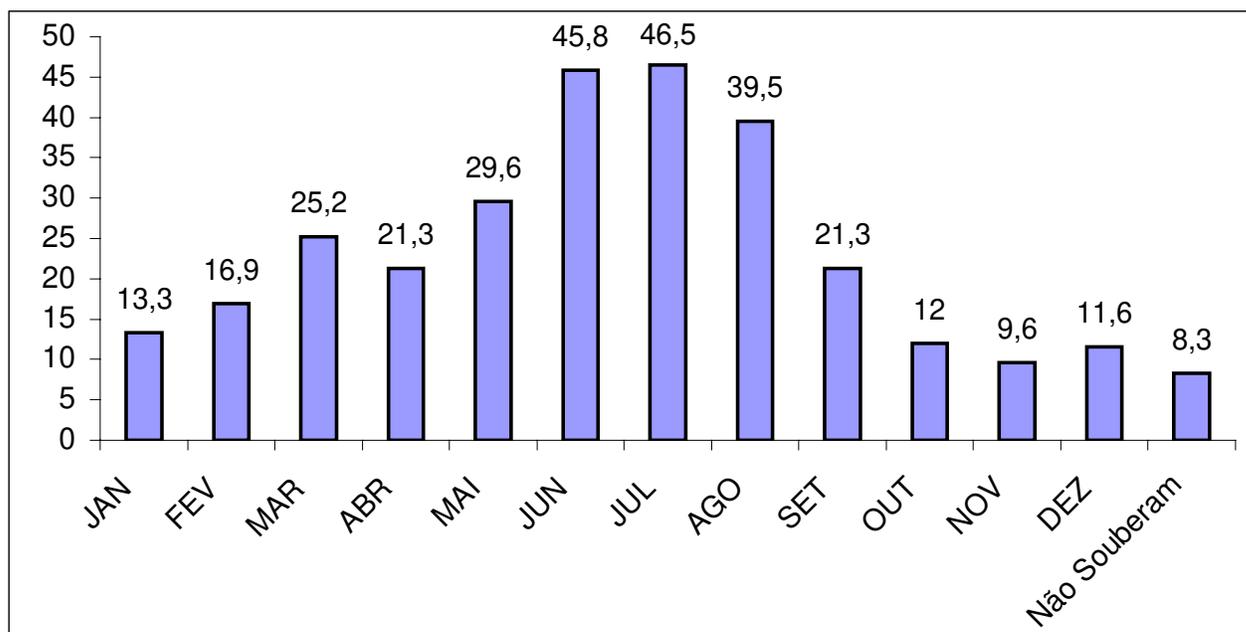
índices de insegurança grave (3,3%) ficaram abaixo da registrada para a região(3,5%) para esta variável.

Com isso verifica-se que nos casos extremos de insegurança alimentar moderada (IM) e grave (IG), quanto maior o nível de escolaridade do chefe de família, menor a propensão a entrarem nesta faixa de classificação.

Das 301 famílias visitadas, em 90,4% delas (272) o chefe de família “toca lavoura/criação”, 6 % (18) não fazem nenhuma dessas atividades e 3,7% (11) ficaram sem informação. Daqueles que tocam a lavoura/criação, quase 70% trabalham exclusivamente no lote e cerca de 30% trabalham também fora de seu estabelecimento. Quando cruzados os dados destes com os índices de (in)segurança alimentar, encontram-se 286 famílias para serem avaliadas, sendo que dos que tocam (268) lavoura/criação 40,7% (61) estavam em estado de segurança alimentar, 40,7% em insegurança leve, 14,9% em moderada e 3,7% em insegurança grave. Já os que não tocam lavoura/criação, ou seja, apenas 18 lotes, 40,9% desses estão em segurança alimentar, 41,3% em insegurança leve, 14,3% em insegurança moderada e nenhuma em insegurança grave. Como poucas foram as famílias que não “tocam lavoura/criação” não foi realizado maior detalhamento para estas famílias.

Quando perguntados quais os meses mais difíceis para a produção e /ou sobrevivência das famílias no lote, de uma maneira geral, as respostas foram positivas para cada mês e estão demonstradas na figura 4.4.

Figura 4.4: Percepção dos assentados sobre os meses do ano mais difíceis para o trabalho e/ou sobrevivência da família (em %)

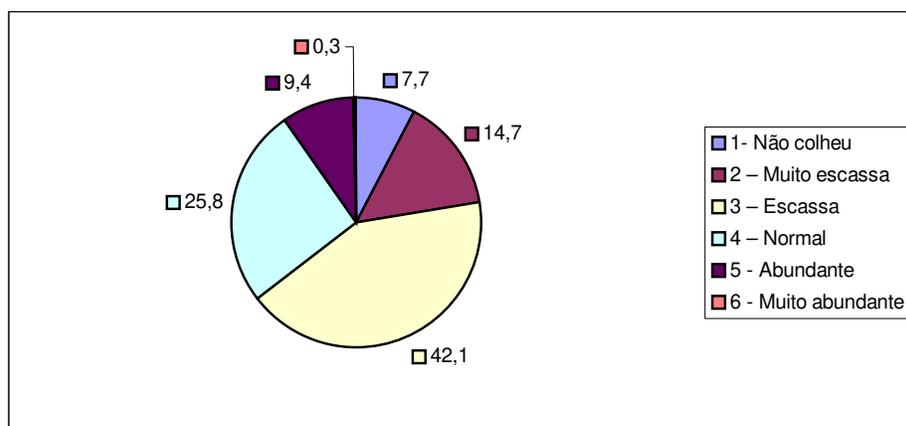


Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Observa-se que nos períodos de invernos (Mai-Ago) são os considerados, na percepção dos moradores, como os piores meses para a sobrevivência. Estes dados servem como indicativo para demonstrar o período de maior importância para a ação de políticas públicas que busquem contribuir no desenvolvimento daquela população, demonstrado pela fragilidade que se percebe àquela época do ano, ou até mesmo ações emergenciais que devam ser tomadas no intuito de minimizar aquela situação detectada.

Quando perguntados com relação à produção do lote nos seis meses anteriores à pesquisa, cerca de 42% (Figura 4.5) consideraram a produção escassa, que somada a muito escassa e aqueles que não colheram, encontra-se um resultado total de 64,5%. Isto pode indicar a possibilidade dessas famílias, num futuro próximo, de sofrer algum tipo de insegurança alimentar devido a frustrações nas safras, quer seja para construir sua renda ou até mesmo não ser obtida sua produção de autoconsumo.

Figura 4.5: Consideração quanto a percepção do entrevistado com relação à produção nos seis meses anteriores a pesquisa nos assentamentos estudados.



Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Das famílias estudadas 88,7% (267) tinham algum tipo de produção vegetal e 94,4%(284) alguma produção animal. Poucas foram as famílias que continham outros tipos de produção: cerca de 11,0%(33) das famílias entrevistadas possuíam algum tipo de produção processada, 9%(27) realizam algum tipo de extrativismo e cerca de 8,7%(26) tinham alguma forma de produção não agrícola, podendo inclusive mais de uma produção aparecer para a mesma família.

A avaliação realizada por SANTOS e BOTTA FERRANTE (2003), em diversos assentamentos do Estado de São Paulo, apontou que não houve grandes modificações nos hábitos produtivos e alimentares entre os assentados estudados por elas. Apenas a região de Sorocaba, devido à proximidade com grandes centros urbanos, alguns casos estudados desestimularam-se para a produção de autoconsumo alimentar (isto talvez se explique pela “especialização” para a produção de olerícolas) assim como muitas pessoas trabalhando fora do lote.

Para a construção da variável autoconsumo, tanto vegetal como animal, devido os dados coletados terem sido preenchidos de diversas formas, unidades e anotações de volume ou conteúdo, optou-se por se convencionar para este trabalho, a seguinte maneira: para as famílias que não foi indicado qualquer tipo de consumo (produto ou produção-vegetal ou

animal) como, não tendo autoconsumo. Caso tenha sido anotado, para algum produto ou produção, em qualquer percentagem, foi considerado para aquela família como tendo autoconsumo, para aquele item. Caso na resposta do questionário não tivesse assinalado, qualquer produto ou produção que estivesse sendo produzido, como não vendido, nem tampouco informado consumo, na época da pesquisa, foi considerado como tendo (ou teria) autoconsumo.

Com relação ao autoconsumo, das 301 famílias estudadas, 256 possuíam algum tipo de produção, para este fim, provindo da “lavoura” (culturas anuais e/ou perenes), tendo aparecido no mínimo um e no máximo dez produtos diferentes para este item. Uma média de 71,25% destes produtos teve, em algum momento e percentual, utilização para uso pela própria família. As hortas domésticas apareceram em 105 lotes, sendo que destes produtos, 96% deles foram utilizados para consumo próprio em alguma quantidade. Já os pomares apareceram para 262 assentados, sendo que, em média, 91% destas frutas eram utilizadas em algum percentual para seu autoconsumo no período de referência desta pesquisa.

SANTOS e BOTTA FERRANTE (2003) trazem em seu trabalho que são consumidos 100% das hortícolas e frutas produzidas no lote, comprando apenas as mais exigentes no trato como o tomate, alho, cebola e batata. E suprimindo-se de ovos, frangos e suínos do próprio lote, comprando carne bovina. No Pontal todos se suprem com o próprio leite produzido no lote. Foi observado que quanto mais longe dos centros urbanos, menos vão comprar estes produtos ou aumentam o período para irem comprar.

Para o cruzamento das variáveis destinadas ao autoconsumo vegetal (lavoura, hortas e pomares), com o índice de (in)segurança alimentar, foram encontradas 287 famílias possíveis de realizar esta correlação, descritos na Tabela 4.8.

Tabela 4.8 - Detalhamento do nível de (In)segurança alimentar com relação a presença ou não de Autoconsumo de origem vegetal.

Condição de (I)SA	Especificação	Lavoura		Hortas		Pomar	
		NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
SA	Nº. de famílias encontradas (N)	69	53	86	36	51	71
	% de (I)SA	38,8	44,5	41,3	40,4	43,6	39,4
IL	Nº. de famílias encontradas (N)	74	47	83	38	47	74
	% de (I)SA	41,6	39,5	39,9	42,7	40,2	41,1
IM	Nº. de famílias encontradas (N)	29	13	31,0	11	13	29
	% de (I)SA	16,3	10,9	14,9	12,4	11,1	16,1
IG	Nº. de famílias encontradas (N)	6	6	8	4	6	6
	% de (I)SA	3,4	5,0	3,8	4,5	5,1	3,3

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

Os dados da Tabela 4.8 revelam que as famílias que possuem, além da produção comercial, alguma lavoura para autoconsumo apresentam nível de segurança alimentar muito superior (44,5%) e as que não possuem (39,8%), sendo menores os valores de insegurança alimentar, demonstrando assim sua importância para a população estudada.

Diferentemente, porém, ocorreu para as famílias possuidoras de hortas e pomares onde os índices de segurança alimentar (SA) mostraram-se inferiores àquelas famílias que não continham tais produções, embora possamos considerar que os índices de insegurança alimentar Leve apresentam-se melhores quando comparados com os demais índices de insegurança (leve e grave). Portanto outras pesquisas mais exploratórias, tanto qualitativas como quantitativas (pois talvez a própria quantidade e/ou diversidade de frutas e olerícolas podem estar sendo insuficientes para suprir as demandas dessas famílias) devem ser consideradas para compreender melhor porque isto ocorreu.

Embora o presente trabalho não tenha realizado avaliações qualitativas, os produtos para horta que se destacaram no trabalho de SANTOS e BOTTA FERRANTE (2003) para o Estado de São Paulo, foram a abobrinha, alface e a batata doce, além de outras folhosas, como a acelga, agrião, alho japonês, almeirão, chicória, couve, espinafre, repolho, rúcula e taioba. Para as raízes aparecem ainda beterraba, cará, cenoura, inhame, mandioca, salsa e rabanete. Para aqueles ditos frutos ou flores, tem-se a abóbora, maxixe, berinjela, brócolos, caxi, chuchu, couve-flor, jiló, pepino, pimenta, doce, pimentão, quiabo, tomate e vagem. Nos temperos destacam-se o alho, açafraão, cebola, cheiro verde e pimenta. Assim como para a produção animal foi: Banha, lingüiça de porco, mel, toucinho, carneiro, frango, pato, peixe, porco e galinha d'angola, tendo ainda ovos e frango como os produtos animais mais consumidos. Destaque para o leite com média de 118,87kg/ano.

Para as questões relativas ao autoconsumo animal, pode-se observar que a situação de segurança alimentar é melhor para as variáveis pesquisadas de bovino de leite e suíno, praticamente igual para bovino misto e levemente inferior para quem produz galinhas, em relação as que não tem essa forma de autoconsumo, fortalecendo assim a hipótese da importância dos animais como fornecedores de alimentos (e proteínas) para os assentados.

Já para os índices de inseguranças, as famílias com produção de bovinos tipo mistos, suínos e galinhas apresentaram-se com valor de insegurança leve (IL) superiores com relação as que não possuem e inferior a insegurança moderada (IM), o que nos leva a crer que estas produções permitem uma melhor condição para as que produzem do que para as que não criam tais animais. Resultado interessante foi o apresentado pela inexistência de insegurança grave (IG) para as famílias que produzem (e consomem) porcos. Ainda quanto a este índice, os valores de insegurança grave (IG) apresentados para as famílias com a produção de bovinos, de leite e de galinhas, também aparece superiores às que não possuem este tipo de criação, o que demandaria estudos mais aprofundados para compreender melhor estas questões e situações.

Quadro 4.9 - Detalhamento do nível de (In)segurança alimentar com relação a presença ou não de Autoconsumo de origem animal.

Condição de (I)SA	Bov. Leite		Bov. misto		Suíno		Galinhas	
	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
<b>SA</b>	37,6	43,0	40,7	40,0	40,8	43,4	40,9	38,3
<b>IL</b>	42,8	39,5	39,0	44,5	28,5	49,1	39,8	41,9
<b>IM</b>	16,2	12,3	15,4	12,7	16,1	7,5	17,0	13,8
<b>IG</b>	3,5	5,3	4,9	2,7	3,7	0,0	2,3	6,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

Portanto, pelos dados coletados por esta pesquisa e com esta metodologia, tanto para o autoconsumo vegetal como animal, esta estratégia e forma de produção apresentaram-se como importantes para se garantir índices mais elevados de segurança alimentar, e inferiores de insegurança, quando comparados com as famílias que não possuem tal componente produtivo.

SANTOS e BOTTA FERRANTE (2003) observaram uma inter-relação entre a produção comercial, a produção de autoconsumo e o desempenho econômico dos assentados, onde parte importante da alimentação é retirada, ou depende, da produção comercial de seu lote. O consumo é tanto maior quanto melhor o desempenho econômico do assentado.

“uma produção expressiva de autoconsumo tem suas raízes na bagagem cultural que o assentado traz, mas também depende da superação das limitações técnicas e ambientais que os assentados apresentam. No entanto esse contexto também exige maior amplitude na sua abordagem, pois os valores da sociedade moderna, ressaltados na fala do técnico, e a relação dos indivíduos como ela colocam essas questões para além da discussão meramente técnica de produção.” (SANTOS E FERRANTE, 2003: 95)

Logicamente que clima, solo, mercado consumidor, entre outros, contribuem para determinada vocação dos assentamentos refletindo na diversidade e na quantidade de produtos consumidos pelas famílias, tendo como exemplo leite e mandioca no Pontal, feijão em Itapeva, hortaliças na região de Sorocaba.

“(...) enquanto não se acabar com o latifúndio no país, garantindo que com o acesso à terra, os pobres do campo possam produzir alimentos, o país continuará produzindo para o mercado externo, a fome não desaparecerá e o sistema continuará produzindo marginalidade e exclusão.” (WHITAKER, 2003).

DULLEY e CARVALHO (1994) verificara que embora “a atividade de subsistência seja naturalmente desenvolvida pela maioria dos assentados, ela é pouco considerada, ou até mesmo marginalizada, pela assistência técnica, preocupada apenas em viabilizar as culturas de objetivo comercial. Isto pelo menos se verificou nos assentamentos de São Paulo”, algo que parece estar mudando nesta última década, visto a implantação dos *kits* horta, pomar e pequenos animais(galinhas) implementados pelo ITESP e outras experiências realizadas pelos próprios assentados.

Com tudo que foi exposto, portanto, crê-se que os assentados estão na conta-corrente da forma de produção quando comparados às formas dominantes da agricultura mundial, refletindo assim uma forma camponesa de reprodução social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Quem tem fome, tem pressa ...”*

**Betinho**

Com toda a dificuldade para responder a uma realidade complexa e as questões levantadas, considera-se que algumas pistas foram dadas e que a busca de respostas a tantos outros questionamentos merecem ser tratadas constantemente. A produção agrícola mundial tem sofrido uma expansão ao longo dos últimos anos, porém o fato de existir disponibilidade de alimentos não implica que todos terão acesso a esses alimentos em quantidade e qualidade necessária.

Segurança Alimentar é um tema transversal e que atravessa diversos contextos tanto para as ciências sociais como para as biológicas e físicas. As ações e políticas públicas, neste sentido, participam da difícil tarefa de associar o dinamismo econômico e a promoção de equidade social.

Uma política de segurança alimentar deve abranger as dimensões de: produção, acesso, consumo; deve estabelecer relações entre alimento e saúde, a utilização biológica do alimento, bem como sua utilização comunitária e familiar. Nessas dimensões pode-se ter ações emergenciais ou estruturais. Essas políticas devem(riam) ter como objetivo a inclusão social, buscando romper a dependência da população atendida, numa perspectiva emancipatória.

Compreender os porquês dos assentados estarem ou não produzindo para o seu autoconsumo, possibilita pensar e avaliar as políticas públicas voltadas para suas demandas, principalmente aquelas que buscam a sua reprodução enquanto um setor importante da agricultura familiar.

A segurança alimentar é fundamental para a fixação dos agricultores no campo, pois garante um item básico da cidadania e elimina uma preocupação fundamental de suas vidas: a alimentação da família. Além disso, a criação de pequenos animais, a pecuária leiteira, a

produção de olerícolas e de frutíferas, exigentes em mão-de-obra, envolvem decisivamente mulheres e jovens no trabalho do lote, aumentando a estabilidade do grupo familiar.

O acesso ao alimento pode ser garantido, total ou parcialmente, pela produção para o próprio consumo, dessa maneira o acesso a terra é fator determinante para acabar com a fome, visto os valores comparativos para os resultados alcançados na pesquisa de validação da EBIA realizados entre abril de 2003 e fevereiro de 2004, entre as comunidades urbanas e rurais, sendo que o nível de segurança destas últimas foi praticamente o dobro das urbanas.

No Brasil, o objetivo da segurança alimentar ficou, por longo período, com seu foco restrito ao flagelo da fome e com ações específicas de combate à desnutrição infantil. Ambas através de políticas sociais compensatórias das desigualdades sociais que a sociedade brasileira gera permanentemente. Fortalecer os espaços de discussão e principalmente a prática dela deve ser entendido como fundamental para ser alcançado trazendo atores para autores do processo.

Pesquisas como a POF(2002-3) nos demonstra (e reforça) a necessidade de compreender quais são as dificuldades que são apresentadas pela famílias que vivem no meio rural para que estas busquem sua satisfação com a questão alimentar, uma vez que muitas não produzem o suficiente, tanto quantitativa como qualitativamente. Portanto, políticas públicas neste sentido, podem permitir que sejam evitadas migrações indesejáveis às cidades e aos grandes centros metropolitanos que não mais permitem qualidade de vida digna a todos os moradores.

O autoconsumo, portanto, aparece como uma importante atividade para reduzir a dependência que as famílias têm em relação ao mercado, ou seja, diminuir a necessidade de gastar seu dinheiro para a aquisição de alimentos, principalmente nas famílias rurais. Pelo que foi demonstrado pela revisão bibliográfica, bem como pela pesquisa de campo, as rendas mensais dos assentados não ultrapassam muito mais que dois salários mínimos mensais para quase 70% dos casos, e, esse “não gasto” e garantia de segurança alimentar através do

autoconsumo, por parte destes, permite colaborar na permanência das famílias e maior possibilidade de sucesso dos programas e projetos de assentamentos rurais.

Por todo o exposto, é lícito admitir que, tanto os projetos de assentamentos (P.A's), quanto o fortalecimento da agricultura familiar são muito importante, não somente para estes como também para a população local e para o país. Esses setores garantem de forma rápida, barata e eficiente a geração de renda, emprego e cidadania nas áreas rurais brasileiras. A garantia de casa, comida e trabalho é, no mínimo, uma política de combate à exclusão e à miséria.

Ainda sob a ótica da segurança alimentar, estes atores constituem-se numa política estratégica, ao propiciar diretamente o alimento a eles próprios e ao contribuir para a segurança alimentar das populações circunvizinhas, que passarão a ter acesso não apenas aos alimentos produzidos por estes, mas também, e, principalmente, ao emprego e renda decorrentes da dinamização e desenvolvimento das economias locais, que aumentarão seu acesso aos alimentos e à dignidade de cidadão.

Então, saber os porquês dos assentados estarem ou não produzindo o autoconsumo, uma vez que este tipo de produção tende a garantir a necessidade primária e básica do ser humano que é se alimentar; bem como compreender a relação e percepção que os assentados têm quanto à produção de autoconsumo no tocante aos temas abordados neste trabalho, aparecem como necessidades de serem melhor detalhados em outras pesquisas.

Com este estudo buscou-se contribuir com a metodologia de avaliação denominada de Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), detendo-se principalmente com a produção de autoconsumo, uma vez que este inquérito mostra-se como uma importante ferramenta para avaliação de políticas públicas nesta temática.

Mesmo quando for o caso de se comparar com outras categorias de populações rurais, através desta metodologia, é preciso levar em consideração que as razões de desenvolvimento, bem como características de cada um dos grupos pesquisados de agricultores familiares

(assentados, reassentados atingidos por barragens, agricultores tradicionais e/ou os agricultores integrados as agroindústrias, entre outros) são muito distintos entre si.

Afinal a fome que subsiste no Brasil é, essencialmente, uma questão de acesso aos alimentos e não uma questão de disponibilidade. O país produz mais que o necessário para atender as demandas alimentares da população e, no entanto, não consegue promover uma distribuição equitativa desses alimentos. Os projetos de assentamentos podem ser vistos como alternativas, pois comparando, grosso modo, com as famílias de mesmo extrato de renda, com esta mesma metodologia, apareceu uma porcentagem muito maior de famílias na situação de segurança alimentar inclusive algo demonstrado através desta pesquisa para os assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema.

Pode-se até se ter pobreza (quando medida através da renda vinculada à variação de meio ou um salário mínimo mensal) no meio rural, porém tem-se segurança alimentar superior a muitas famílias urbanas. E, pelos dados levantados, poucas são as famílias que efetivamente passam fome, ao menos para a região e momento da pesquisa realizada. Concordando com NORDER (1997), existe uma necessidade latente de se aprofundar em como fazer o debate metodológico bem como sobre como medir e inferir o autoconsumo e sua importância para a agricultura familiar, em especial, neste caso, para os projetos de assentamentos.

Portanto, discutir as condições e determinantes visando responder o quê e o(s) porquê(s) leva(m) o(s) assentado(s) – ou qualquer outro agrupamento de produtores, familiares ou não – a adotar(em) ou abandonar(em) essa estratégia de produção e situações de (in)segurança alimentar, parece-nos ser assunto de interesse na atualidade e que jamais deverá sair de moda, pelo menos, até conseguirmos exterminar a fome e pobreza pelo quais milhares de família, quer sejam rurais ou urbanas, passam todos os dias.

## **Comida.**

Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sergio Brito, gravado pelos Titãs, no disco Jesus não tem dentes no país dos banguelas - WEA em 1987.

*Bebida é água*

*Comida é pasto*

*Você tem sede de que?*

*Você tem fome de que?*

*A gente não quer só comida,*

*A gente comida, diversão e arte*

*A gente não quer só comida,*

*A gente quer saída para qualquer parte*

*A gente não quer só comida,*

*A gente quer bebida, diversão, balé*

*A gente não quer só comida,*

*A gente quer a vida como a vida quer*

*A gente não quer só comer,*

*A gente quer comer e quer fazer amor*

*A gente não quer só comer,*

*A gente quer prazer pra aliviar a dor*

*A gente não quer só dinheiro,*

*A gente quer dinheiro e felicidade*

*A gente não quer só dinheiro,*

*A gente quer inteiro e não pela metade*

*Desejo,*

*Necessidade e vontade*

*Necessidade e desejo*

*Necessidade e vontade*

*Necessidade e desejo*

*Necessidade e vontade.*

***Você tem fome de que?***

## ANEXOS

Anexo 1 – Quadro contendo os Assentamentos do município de  
Mirante do Paranapanema até janeiro/2006

Assentamento	Famílias assentadas	Início
Alvorada	21	mar/97
Antonio Conselheiro	65	nov/00
Arco-Íris	105	dez/95
Canaã	55	dez/95
Che Guevara (Santa Clara)	46	jan/95
Estrela D' Alva	31	jan/95
Flor Roxa	39	dez/95
Haroldina	71	dez/95
King Meat	46	dez/95
Lua Nova	17	jun/96
Marco II	9	abr/97
Nossa Senhora Aparecida	9	nov/97
Novo Horizonte	57	jun/96
Paulo Freire	62	Nov/00
Pontal (Santa Rosa 2)	13	jun/96
Repouso (Santo AntonioII)	21	out/00
Roseli Nunes (Nhancá)	55	mar/03
Santa Apolônia	104	dez/96
Santa Carmem	37	dez/95
Santa Cristina	35	jun/96
Santa Cruz	17	dez/95
Santa Isabel 1	70	jun/96
Santa Lúcia	24	jun/96
Santa Rosa 1	24	jun/96
Santana	29	dez/95
Santo Antonio	17	jun/96
Santo Antonio	17	mar/05
Santo Antonio II	7	dez/05
<b>São Bento</b>	<b>182</b>	<b>jan/95</b>
Vale dos Sonhos	23	jun/96
Washington Luís	16	jun/96
<b>Total</b>	<b>1324</b>	

Fonte: [www.itesp.gov.br](http://www.itesp.gov.br) (acesso 18/01/2006)

Anexo 2 – Quadro contendo os Assentamentos do município de Teodoro Sampaio até janeiro/2006

<b>Assentamento</b>	<b>Famílias assentadas</b>	<b>Início</b>
Água Branca I	29	out/98
Água Sumida	121	fev/88
Alcídia da Gata	18	out/98
Cachoeira do Estreito	29	nov/97
Córrego Azul	9	nov/97
Fusquinha (Recanto do Porto X)	43	set/03
Haidéia	27	nov/97
<b>Laudenor de Souza (Porto Alcídia)</b>	<b>60</b>	<b>set/97</b>
Padre Josimo (São Pedro da Alcídia)	96	jul/03
Santa Cruz da Alcídia	25	jan/00
Santa Edwiges	25	set/03
Santa Rita da Serra	40	nov/97
Santa T. da Água Sumida	48	jul/99
Santa Terezinha da Alcídia	26	out/98
Santa Vitória	27	nov/97
<b>Santa Zélia</b>	<b>104</b>	<b>mar/99</b>
Santo Antonio Coqueiros	23	nov/97
Santo Expedito	30	nov/05
Vale Verde	50	nov/97
Vô Tônico	19	out/98
<b>Total</b>	<b>849</b>	

Fonte: [www.itesp.gov.br](http://www.itesp.gov.br) (acesso 18/01/2006)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAG. **A Segurança Alimentar: Uma Abordagem de Agribusiness.** São Paulo: Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), 1993.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome?.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Campinas: HUCITEC, Editora da UNICAMP, 1998.

ANDRADE, Tânia, **Reforma Agrária, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural,** pág 199-218, In: Takagi Maya; Graziano da Silva, Belik, José W. (orgs) **Combate à Fome e à Pobreza Rural.** São Paulo: Instituto da Cidadania, 2002,

BARRETO, Lima. **Triste Fim de Policarpo Quaresma.** 5ed. São Paulo: Ática, 1989.

BERGAMASCO, Sonia M.P.P. Assentamentos Rurais: Reorganização do Espaço Produtivo e Processos de Socialização. In: MEDEIROS, L. et al. **Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar.** São Paulo: EDUNESP, 1994.. (p.225-235)

\_\_\_\_\_ et al. **Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo.** Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

\_\_\_\_\_ NORDER LUIZ A. **A Alternativa dos Sem Terra: Organização Trabalho e Política.** São Paulo: Terceira Margem, 2002.

CARMO, Maristela Simões do. **Reestruturação do Sistema Agroalimentar no Brasil: A Diversificação da Demanda e a Flexibilidade da Oferta.** 235p. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1994.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional,** Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, 2004.

CASTRO, Marcio H.M. A Mensuração da Renda nos Assentamentos Rurais: Contribuição ao Debate. In: Romeiro, A.R et al. (org). **Reforma Agrária: Produção, emprego e renda.** O relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes, p.71-74, 1994.

DULLEY, Richard Domingues; CARVALHO, Yara Maria C. **Uso do Solo e Meio Ambiente nos Assentamentos.** p.145-153.

FAO/PNUD/MARA. **Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária.** Brasília: FAO/MARA, 1992

FERNANDES, B. M.; MENEGUETTE, A.; LEAL, G. M.; FAGUNDES, D. C. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. B. (Orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de Intervenção do Estado em Áreas de Assentamento: As Políticas de Assentamento do Governo Federal, In: MEDEIROS, L et al. **Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, p.29-47, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_ **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, M. E. **A Reforma Agrária no Discurso dos Lavradores da Fazenda "Primavera"**. Tese (doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 46ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2002.

FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTARIA.. **Declaração Final del Foro Mundial sobre Soberania Alimentaria**. Havana, 2001.

GARCIA JR, Afrânio R. **Sul: o caminho do roçado**; estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Rio de Janeiro: Marco Zero; Brasília, CNPq, 1989.

GARCIA JR, Afrânio. Geração de Renda, sua Distribuição e Trajetória Diferenciais em Assentamentos de Reforma Agrária (1985-1989): Comentários sobre um estudo da FAO. In: Romeiro, A.R et al. (org). **Reforma Agrária: Produção, emprego e renda**. O relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes, 1994.

GUANZIROLI, Carlos H.; Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária., p.13-68 In: ROMEIRO, A., GUANZIROLI, Carlos.; PALMEIRA, Moacir.; LEITE, Sérgio (org); **Reforma agrária: Produção, Emprego e Renda**, o relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: VOZES/IBASE/FAO, 1994.

GASQUES, José Garcia. Políticas Específicas de Combate a Fome: Mudanças na Política Agrícola e o Papel da Agricultura. In: **Combate à Fome e à Pobreza Rural**. Takagi, Maya et al. (Org). São Paulo: Instituto Cidadania, p.161-178, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003** - Aquisição alimentar domiciliar per capita Brasil e Grandes Regiões, Rio de Janeiro, 2004, acessado em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) em 30/05/2005.

\_\_\_\_\_ **Pesquisa de Orçamento Familiares 2002-2003**, acessado em 30/05/2005 no site [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

\_\_\_\_\_ **Censo 2000**, Acessado em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) 30/05/2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Radar Social**, Brasília, 2005.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Terra e cidadãos**: Aspectos da ação de regularização fundiária no Estado de São Paulo. Série Cadernos ITESP n.º 4. São Paulo: ITESP, 1998.

\_\_\_\_\_ [www.itesp.gov.br](http://www.itesp.gov.br), acesso 18/01/2006, 2006a

\_\_\_\_\_ **Assentamentos do Pontal**: Uma política de geração de emprego e renda, 2006b (no prelo).

\_\_\_\_\_ **Fatos da Terra**, ano IV n.º14, nov/dez, 2004.

JORNAL DO BRASIL, 31 de janeiro de 2005. **A fome nos dados do IBGE** - Francisco Menezes, Presidente CONSEA.

LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. Tese ( livre docência em Geografia) - Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 1981.

LEITE, S. O estudo dos assentamentos Rurais e os parâmetros da Ciência Econômica. In: Romeiro, A.R et al. (org). **Reforma Agrária**: Produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes, p.202-215, 1994.

LEITE, S., MEDEIROS, L (org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS/CPDA., 1999.

LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS, L., PALMEIRA, M., CINTRÃO R. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. (Estudos NEAD , nº 6). Brasília: MDA/INCRA/NEAD/Ed. Unesp. 2004

MALUF, Renato S. O novo contexto Internacional do Abastecimento e da Segurança Alimentar, In: Belik, W. e Maluf, R et al. (org.). **Abastecimento e segurança alimentar**: os limites da liberalização. Campinas: IE/CPDA, p 37-63, 2000.

\_\_\_\_\_ **Erradicação da Fome, Segurança Alimentar Nutricional e Padrões de Desenvolvimento no Brasil**. (digitado)- versão original, publicada como: Hambre cero y lucha a la Pobreza en Brasil, Política Internazionale, IPALMO (Roma), Año XXX, N.1-2, Enero-Abril, p. 81-88, 2003.

MALUF, Renato S; MENEZES, Francisco e MARQUES, Susana Bleil. **Caderno de Segurança Alimentar**, sd. (digitado)

MALUF, Renato S; REIS, Márcio C. **Módulo 2: Manifestação de Insegurança Alimentar, Roteiro de Aula, Curso Conceitos e Princípios em Segurança Alimentar**, promovido pela REDECAPA, 2005a, (digitado, material de curso).

\_\_\_\_\_ **Módulo 6: Acesso a Alimentos, Roteiro de Aula, Curso Conceitos e Princípios em Segurança Alimentar**, promovido pela REDECAPA 2005b, (digitado, material de curso).

\_\_\_\_\_ **Módulo 10: Consumo Alimentar, Roteiro de Aula, Curso Conceitos e Princípios em Segurança Alimentar**, promovido pela REDECAPA 2005c, (digitado, material de curso).

\_\_\_\_\_ **Módulo 11: Sistemas Locais de SAN, Roteiro de Aula, Curso Conceitos e Princípios em Segurança Alimentar**, promovido pela REDECAPA, 2005d, (digitado, material de curso).

\_\_\_\_\_ **Módulo 12: Indicadores e Monitoramento da Segurança Alimentar, Roteiro de Aula, Curso Conceitos e Princípios em Segurança Alimentar**, promovido pela REDECAPA, 2005e, (digitado, material de curso).

\_\_\_\_\_ **Módulo 7: Produção Agroalimentar, Roteiro de Aula, Curso Conceitos e Princípios em Segurança Alimentar**, promovido pela REDECAPA 2005f, (digitado, material de curso).

\_\_\_\_\_ **Módulo 8, O papel da agricultura familiar, Roteiro de Aula, Curso Conceitos e Princípios em Segurança Alimentar**, promovido pela REDECAPA 2005g, (digitado, material de curso).

MARTINE, George. **Fases e Faces da Modernização agrícola. Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, nº 3, pág 3 a 44, jun., 1990.

MARIN-LEON et al. **A percepção de insegurança alimentar em famílias com idosos em Campinas**. São Paulo: Cad. Saúde Pública, vol.21, n.5, p.1433-1440. set./out., 2005.

MELGAR-QUINONEZ, H.; KAISER L. L; MARTIN A. C.; METZ D.; OLIVARES A. **Inseguridad alimentária en latinos de Califórnia**: observaciones de grupos focales. Salud Publica, 45:198-205, 2003.

MOVIMENTO DO TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Construindo o Caminho**. São Paulo, jul., 2001.

NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e pequenos produtores de Cana**: Estudos das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

NORDER, Luiz Antonio Cabelo. **Assentamentos Rurais: Casa, Comida e Trabalho**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1997.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

\_\_\_\_ **Comitê de Desenvolvimento Econômico e Social**, acessado em 25/07/2005

\_\_\_\_ **Comitê de Direitos Econômicos e Sociais**. Comentário Geral nº 12, 1999.

ONU/FAO. **Cúpula Mundial da Alimentação**. Roma, 1996

PELIANO, Anna Maria T.M (coord). **O mapa da Fome: Subsídios à formulação de uma política de Segurança Alimentar**. Brasília: IPEA, p. 93, 31 p. (documento político, 14)

PEREZ-ESCAMILHA, R. Avaliação de segurança alimentar de famílias residentes em área rural no Senegal: validação de metodologia. In: **III Seminário sobre segurança alimentar de famílias brasileiras – OPS – BRASIL**. Brasília, 2003.

PESSANHA, Lavínia D. R., **Políticas Públicas de Combate à Pobreza e Acessibilidade Alimentar: A Experiência Brasileira Recente**. XL SOBER. Passo Fundo.2002. CD-rom.

PROJETO FOME ZERO, **Sumário Executivo**, acessado em 15/08/02, no site [www.craisa.com.br](http://www.craisa.com.br)

RADIMER, K.L; OLSON C.M; GREENE, J.C; et al. **Undersanding hunger and developing indicators to assess it in women and children**. J.Nutr. Educ, 24: 36S 45S, 1992.

ROMEIRO, A.R. Renda e emprego: a viabilidade e o sentido da reforma agrária. In: Romeiro, A.R et al. (org). **Reforma Agrária: Produção, emprego e renda**. O relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_ **Agricultura e Desenvolvimento sócio-econômico: o sentido atual da Reforma Agrária no Brasil**. (texto para discussão nº37), Niterói: UFF, 1990

SEGGAL-CORREA, Ana M.; ESCAMILHA, Rafael P.; MARANHA, Lúcia K.; SAMPAIO, Maria F.A.; **Relatório Técnico: Acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras**: validação de metodologia e de instrumentos de coleta e informação. Campinas: FCM/UNICAMP, 2003.

SEGALL-CORREA, Ana; et al. **Acompanhamento e avaliação da Segurança Alimentar de famílias brasileiras**: Validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação urbano/rural, Relatório Técnico, versão preliminar, 2004.

SOUZA, Maria Antonieta de. **A Formação da Identidade Coletiva: Um Estudo das Lideranças de Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1994.

SPAROVEK, Gerd. **A Qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: USP/MDA/FAO, Páginas & Letras, 2003.

TARELHO, L. C. **Da consciência dos Direitos à Identidade Social: Os Sem Terra de Sumaré**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988.

TEÓFILO FILHO, Francisco Edson: A organização da Produção nos Assentamentos: Subordinação ou Autogestão? In: Romeiro, A.R et al. (org). **Reforma Agrária: Produção, emprego e renda**. O relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes, 1994.

THOMAZ Jr., Antonio. **A Territorialização do Monopólio: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

TEPICHT, J. **Marxism et agriculture: Le Paysans Polonais**. Paris: Aramnd Colin, 1973.

UNITED STATE DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Food security in the United States: history of the food security measurement project**. Acessado em 22/08/2003, Disponível em [www.ers.usda.gov/briefing/foodsecurity/history/](http://www.ers.usda.gov/briefing/foodsecurity/history/)

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Breve Análise do Documento INGE sobre POF e alimentação** (Nota 2), correspondência pessoal.

VALLADARES, Licia. **A Gênese da Favela Carioca Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 15, nº 44, out., 2000

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro, In: Tedesco, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar, Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, p. 21-55, 2001.

WEID, Jean Marc von der. **Revista ComCiência; Entrevista: A Fome e os Transgênicos**; de 10/05/02, acessado em 19/11/2003 no site [www.comciencia.br](http://www.comciencia.br)

WHITAKER, Dulce: A questão da diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara. In: Bergamasco, S.M.P, Aubrée, M, Ferrante, V.L.S.B, (orgs). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara -SP: UNIARA; São Paulo, SP:INCRA, 2003.

ZIMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento Rural. In: Medeiros, L (et al.). **Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, p.205-224, 1994.